

Termo de abertura.

Sevirá este livro para as atas das
sessões do Conselho Técnico e
Administrativo da Faculdade
de Direito do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 23 de Março de 1930.

Luiz Frederico Saubermann Cordeiro
Diretor.

Década de 30

29/01/1935

Realizada no salão nobre da Associação Cristã de Moços, à Rua Araújo Porto Alegre nº 26, na Esplanada do Castelo, a primeira reunião preparatória dos organizadores da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

“Os fundadores da Faculdade de Direito eram todos advogados que tinham alguma ligação em função da atividade que exerciam. Então, havia esse grupo de advogados, entre eles Roberto Lyra, papai, Homero Pires, Oscar Tenório, Ary Franco, que queriam fazer e ministrar o Direito como uma escola de Direito livre. Porque naquela altura, em 1935, o que existia era a Faculdade Nacional de Direito, que era a grande faculdade, e que era uma expressão do poder governamental no ensino do Direito. Eles queriam exatamente fazer uma escola que representasse o ensino livre do Direito. E assim fundaram a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.”
(Ricardo Cesar Pereira Lira)



Termo de abertura do primeiro livro de atas da Congregação da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, assinado pelo diretor provisório Alcides Bezerra. 29/01/1935.



Sede da Associação Cristã de Moços (ACM). Década de 1930



Reunião do corpo docente da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, no salão nobre da antiga sede da Associação Cristã de Moços (ACM), à Rua Araújo Porto Alegre nº 26. C.1935.



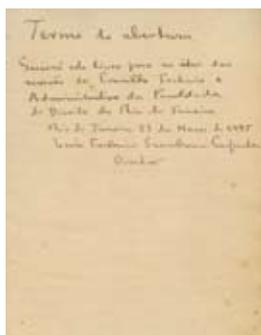
Anuário da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Fotografias da piscina e do ginásio da antiga sede da Associação Cristã de Moços (ACM), à Rua Araújo Porto Alegre nº 26, na Esplanada do Castelo. 1938.



Vista da Esplanada do Castelo, área conquistada com a demolição do Morro do Castelo, antigo núcleo urbano colonial da cidade do Rio de Janeiro. Ao centro, o prédio da Associação Cristã de Moços (ACM), uma das primeiras construções da nova esplanada, localizado na Rua Araújo Porto Alegre. A Faculdade de Direito do Rio de Janeiro funcionou neste prédio de 1935 até 1943, quando mudou-se para a Rua do Catete.



Capa do primeiro livro de atas do Conselho Técnico-administrativo da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. 1935.



Termo de abertura do primeiro livro de atas do Conselho Técnico-administrativo da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, assinado pelo diretor Luiz Carpenter. 1935.

25/03/1935

Acontece a primeira reunião do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, com a presença dos professores Luiz Carpenter, Alcides Bezerra, Marcílio de Lacerda e Oscar Tenório.

“Evidentemente, devo ter eleito a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro por influência paterna. Tendo sido o meu pai um dos fundadores da faculdade, desde a minha pré-adolescência ele me levava pelas mãos, porque nós morávamos ali no Flamengo, e íamos para o Catete. Ele me levava para assistir às sessões do então CTA, que era o Conselho Técnico Administrativo, e que hoje é o Conselho Departamental. Então, eu ia lá e assistia... Ary Franco, Oscar Tenório, Roberto Lyra, Marcílio de Lacerda e todos aqueles antigos fundadores. Eu ia lá e ficava assistindo. Na época eu até gostava de ir e ver os velhos lá discutindo... Discutindo muito. Existia o Raimundo, que era um gordão, o porteiro da Faculdade, que ficava ali. O livreiro era um judeu, uma figura extraordinária, Uri Zwerling. Era um grande amigo meu. E então por isso eu devo ter escolhido a Faculdade. Porque eu via o meu pai trabalhando muito.” (Ricardo Cesar Pereira Lira)

Março/1935

Fundada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma organização política de esquerda liderada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). À frente da ANL está o líder Luís Carlos Prestes.

Abril/1935

É criada a Universidade do Distrito Federal (UDF). A UDF, idealizada pelo professor Anísio Teixeira, é composta de cinco escolas (Ciências, Educação, Economia, Direito e Filosofia) e o Instituto de Artes. O principal objetivo da nova universidade é encorajar a pesquisa científica, literária e artística e “propagar as aquisições da ciência e das artes pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular”. O professor Afrânio Peixoto, catedrático de Medicina Legal da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, é indicado para assumir a reitoria da nova universidade.

30/04/1935

A Faculdade de Direito do Rio de Janeiro realiza o seu primeiro vestibular. Foram constituídas bancas examinadoras nas seguintes disciplinas: Psicologia e Lógica, Latim, Literatura, Higiene e Geografia. São admitidos à 1ª série o total de 54 alunos.

11/05/1935

Inaugurado o curso de bacharelado da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em solenidade no salão nobre da Associação Cristã de Moços, sede provisória da nova instituição. A cerimônia, presidida pelo professor Luiz Carpenter, teve como conferencista o professor Roberto Lyra, que proferiu a palestra “Utilidade do Ensino Livre”.



Sede da Associação Cristã de Moços (ACM), localizada à Rua Araújo Porto Alegre, na Esplanada do Castelo. Década de 1930.

01/09/1935

Fundado o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, sendo o primeiro presidente o aluno Gastão de Souza Ferreira.

18-2-935

Pela criação de novas faculdades de ensino livre

Como o sr. Afrânio Peixoto, em entrevista ao DIÁRIO DA NOITE, fixa as deficiências do ensino universitário

O NÚMERO DE ALUNOS É QUÁTR O E CINCO VEZES SUPERIOR A CAPACIDADE DAS ESCOLAS



Um instante dos catechizantes da nova Faculdade de Direito

Foi inaugurada, há dias, na sede da Associação Cristã de Moços, uma nova Faculdade de Direito, organizada nos moldes do ensino livre. De seu corpo docente fazem parte alguns católicos, entre eles, o sr. Afrânio Peixoto.

Tendo em vista o acatamento em que é tido nos nossos meios culturais o Ilustre professor de Medicina Legal, resolvemos pedir-lhe uma explicação das razões que, a seu ver, tornam justificada a criação de uma nova Faculdade de Direito no Rio de Janeiro.

Em nome em resposta falou ao DIÁRIO DA NOITE o dr. Afrânio Peixoto:

— Há muito que dizer, começando por dizer, meu amigo, a primeira coisa parece uma empresa ineficaz de fazer bacharelado, concorrendo com os produtos potencializados pelo desenvolvimento e não concorrentes ao estabelecimento oficial...

A INSUFICIÊNCIA DOS ESTABELECIMENTOS ACTUAES

— Das-10-4 o mesmo com as faculdades oficiais. A nova Faculdade de Medicina tem 2.000 alunos. É evidente que não tem salas de ensino para mais de 200. A nova e ampla e bellissima Faculdade de S. Paulo tem apenas 400. Com um refero ilustre, o director Ferrão de Cunha, veio reduzir a 200 por anno, limitada a matrícula, impedida e transformada, de ser a ficar com 1.500... Três faculdades em uma; um tempo de curso a cada alumno! Foi por isso que apanhei, há pouco que, dentro de alguns annos, teriamos milhens de 1ª classe, os de S. Paulo, matriculas limitadas a 50 annualmente e milhens de 2ª e 3ª classe as das outras Faculdades, officinas, com um tempo, um quarto de ensino, pois que o pó do ensino limitado é distribuido a 200...

Paulo e, quando chegou, estava a meio anno incluindo para melhorar as condições legais. Mas, malgrado a vida espiritual é estéril. Não posso resumir. Apellido com o sr. Peixoto, não trabalhar. Será mais que a vida espiritual de ensino. A vida de Nova York, veja bem, a cidade e o o. Então, tem muitos universitários. Por que o Rio não poderá ter duas faculdades de direito? - Os elementos apropriados para a mesma limitação de curso e de curso. Não são professores officinas, ministros da Suprema Corte, não estudantes, entusiastas de ensino. A colaboração estimulará a obra vinda.

— Teremos, portanto, a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro com o crescimento natural. A recepção oficial estava curta. O governo tem mais que fazer que descer as balanças... Vamos ajudar o movimento. O apelo do sapato de ferro chinês, encorajados, para não desistirem no desenvolvimento natural.

“Pela criação de novas faculdades de ensino livre”: o professor Afrânio Peixoto, em entrevista ao jornal Diário da Noite, afirma a importância da nova escola de ensino jurídico fundada na Capital Federal, a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. 13/02/1935.

Novembro/1935

Eclode em quartéis de Natal, do Recife e do Rio de Janeiro a Intentona Comunista. Líderes da Aliança Nacional Libertadora (ANL) promovem, com a adesão de militares opositores ao governo, uma rebelião com o objetivo de derrubar o Presidente Getúlio Vargas e instalar um governo socialista no país. Segue-se imediatamente a reação e os revoltosos são logo dominados. Centenas de civis e militares são presos e julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional, órgão criado exclusivamente para julgar os envolvidos no movimento. O professor Luiz Carpenter, diretor e fundador da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, é preso, assim como outros importantes intelectuais de esquerda, como Leônidas Rezende e Hermes Lima. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) é posto na ilegalidade e a Aliança Nacional Libertadora é extinta.

“Eu me lembro de um ou dois alunos que eram da Polícia Especial. Era ela que batia. Foi criada na administração do Filinto Müller como chefe de polícia do antigo Distrito Federal. Praticou-se tortura largamente durante a ditadura Vargas, sobretudo em presos políticos. Os comunistas e os integralistas haviam sido as principais vítimas.” (Célio de Oliveira Borja — ex-aluno da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Ministro da Justiça, ex-presidente da Câmara dos Deputados e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal)



Solenidade de inauguração da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro no salão nobre da antiga sede da Associação Cristã de Moços (ACM), à Rua Araújo Porto Alegre n° 26. Da esquerda para a direita: professor Marcílio de Lacerda (2°); professor Roberto Lyra (3°); professor Luiz Carpenter (5°, em pé, discursando); professor Adamastor Lima (6°); e professor Aguinaldo Costa Pereira (7°). 11/05/1935.

1935

O prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, oficializa o desfile das escolas de samba. A campeã é a Vai Como Pode, que mais tarde daria origem à Portela, com o enredo “O Samba dominando o mundo”. Mas o grande sucesso canavalesco do ano é a marchinha “Cidade Maravilhosa”, de André Filho, na voz de Aurora Miranda:

*“Cidade maravilhosa
Cheia de encantos mil
Cidade maravilhosa
Coração do meu Brasil”*

1936

O historiador Sérgio Buarque de Holanda publica Raízes do Brasil, ensaio agudo e fecundo de interpretação das bases políticas e sociais de nosso país.

Líderes do exército espanhol, entre eles José António Primo de Rivera e Francisco Franco, apoiados por setores conservadores do clero, por monarquistas e por membros da Falange Fascista, se rebelam contra as crescentes tendências socialistas e anticlericais do governo do presidente Manuel Azaña, da Frente Popular Republicana. Inicia-se uma sangrenta guerra civil, que se estenderia até 1939, causando a morte de cerca de um milhão de pessoas.

É criada a Rádio Nacional pelo grupo A Noite, no Rio de Janeiro. A partir de 1940, a rádio se tornaria célebre ao ser adquirida pelo Governo Federal, alcançando altos índices de audiência.

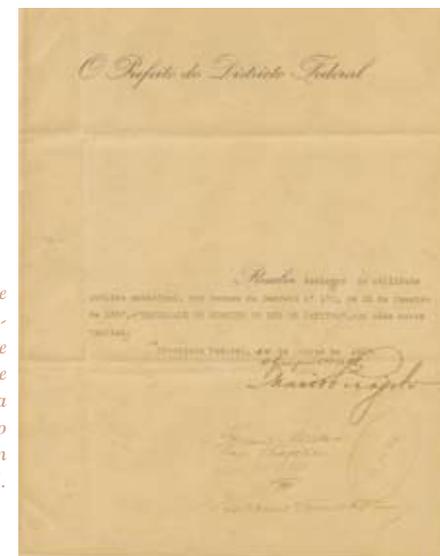
A cantora Carmem Miranda assina um contrato milionário com a Rádio Tupi, transformando-se em uma das cantoras de rádio mais bem pagas do país. Ao lado de sua irmã Aurora, também cantora, a “Pequena Notável” apresenta-se pela primeira vez no sofisticado Cassino da Urca, no Rio de Janeiro.

São lançadas duas grandes obras de interpretação das bases políticas e sociais do Brasil: Raízes do Brasil, publicado pelo historiador Sérgio Buarque de Hollanda, e Sobrados e Mocambos, de Gilberto Freyre.

24/03/1937

A Faculdade de Direito do Rio de Janeiro é declarada de utilidade pública, de acordo com o Decreto Municipal nº 170, (baseado no projeto de lei do vereador Ernani Cardoso) pelo prefeito interventor da Capital Federal, Cônego Olímpio de Melo.

*Declaração de
utilidade pública mu-
nicipal da Faculdade
de Direito do Rio de
Janeiro, assinada
pelo prefeito cônego
Olímpio de Melo, em
março de 1937.*

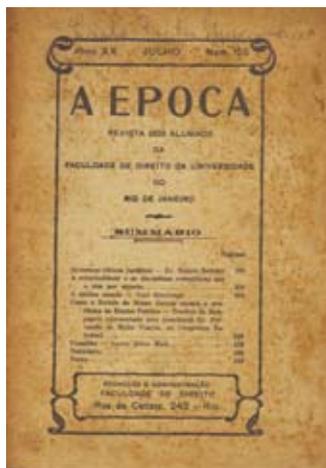


Julho/1937

É fundada a Universidade do Brasil (UB), dando continuidade à antiga Universidade do Rio de Janeiro (URJ), criada na década de 1920 como a reunião das escolas superiores existentes na cidade. A idéia de ampliar a URJ já havia sido anunciada em 1931, pelo então ministro da Educação e Saúde Francisco Campos. A Universidade do Brasil será constituída por 15 faculdades, que passarão a se chamar “nacionais”, 16 institutos e o Museu Nacional.



Capa da Revista da Universidade do Rio de Janeiro (URJ). 1926



Revista A Época, uma publicação da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, que deu origem à Universidade do Brasil (atual UFRJ). Esta faculdade funcionou no mesmo prédio onde, em 1943, iria se instalar a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, na Rua do Catete 243.

Setembro / 1936

É deferido o pedido de inspeção federal feito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro ao Conselho Nacional de Educação. O processo de inspeção federal é uma exigência do Ministério da Educação e Saúde (MES) para o reconhecimento oficial de novas instituições de ensino superior no país. É designado para a função de inspetor Alberto Porto da Silveira, que seria substituído posteriormente por Augusto Tavares de Lyra Filho.

10/11/1937

Getúlio Vargas, eleito indiretamente Presidente da República em julho de 1934, dá um golpe de estado, fecha o Congresso Nacional e outorga uma nova Constituição. Inicia-se o Estado Novo. Os partidos políticos são extintos, inclusive a Ação Integralista Brasileira (AIB).

“Meu pai ministrava Direito Civil, foi duas vezes diretor... Foi na época em que ele foi Deputado Federal na Assembléia Constituinte. Em 1934, ele era Deputado Federal, e o Getúlio, em 1937, fechou o Congresso. Ele voltou então para a Faculdade e para a advocacia. E para a Light.” (Ricardo-Cesar Pereira Lira)

“Entre na Universidade no Pré-Jurídico, em 1937. É o Clássico de hoje. O Pré-Jurídico, aliás, era muito melhor: você já entrava no curso preparatório da Faculdade de Direito, com as disciplinas de Economia, Sociologia, História do Direito, Filosofia do Direito e, com isso, desde logo no estudo de matérias que eram base, fundamento do estudo do Direito. Hoje, não: você vai ter matérias que não vai encontrar nunca na sua vida. Por coincidência, esse ano de 1937 foi, precisamente, o ano do golpe do Getúlio. Nós, na escola, nos posicionamos todos 100% contra o Getúlio. Aconteceu então um episódio muito interessante. O professor de História de Civilização era um grande orador, muito bom expositor, Ildefonso Mascarenhas da Silva. Era irmão do Geraldo Mascarenhas, secretário particular de Getúlio. E ele, uns dias antes do golpe, dando aula, disse: “Se algum dia nesse país atentarem contra a liberdade, eu serei o primeiro a me revoltar.” Resultado: quando, uns dias depois, houve o golpe, pensamos: o irmão dele está lá, ele não vai falar nada. Fui, então, incumbido de interpelá-lo, se ele não dissesse nada contra o golpe. Mas ele chegou na sala.: ‘...Consumou-se contra a liberdade nesse país o maior atentado...’ E espinafrou o Getúlio. Saiu carregado.” (Oscar Dias Corrêa – Professor Titular de Economia da Faculdade de Direito da UERJ, membro da Academia Brasileira de Letras, ex-Ministro da Justiça e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal.)

1937

É constituído o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a fusão do Conselho Nacional de Estatística com o Conselho Nacional de Geografia.

É criado no Ministério da Educação e Saúde o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A novo órgão, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade tem como objetivo promover o tombamento, a defesa e a restauração de centenas de obras arquitetônicas espalhadas pelo país. A antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto, é o foco principal das ações do SPHAN.

Maio/1938

Levante integralista no Rio de Janeiro. Um grupo cerca e invade o Palácio da Guanabara, residência oficial do presidente. O movimento é rechaçado e os revoltosos são presos. Plínio Salgado, principal líder integralista, parte para o exílio em Portugal.

Agosto/1938

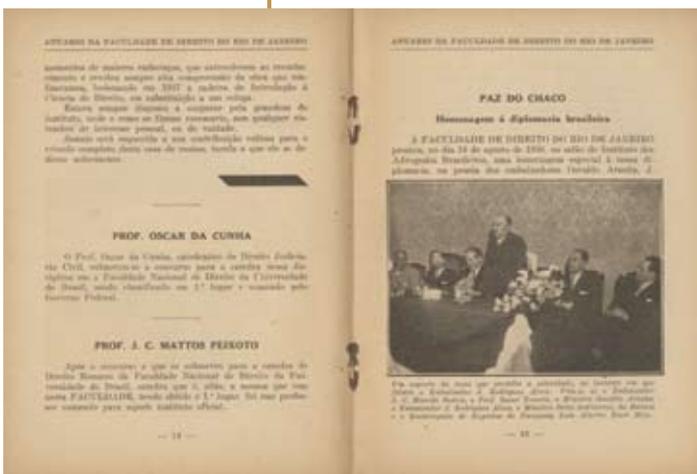
A Faculdade de Direito do Rio de Janeiro presta uma homenagem à diplomacia brasileira, na ocasião do tratado de paz que pôs fim a Guerra do Chaco (1932-1935), conflito armado entre a Bolívia e o Paraguai.

A solenidade, presidida pelo professor Oscar Tenório, teve lugar no salão nobre da sede do Instituto dos Advogados Brasileiros e contou com a presença dos embaixadores brasileiros Osvaldo Aranha, J. Rodrigues Alves e Macedo Soares, além dos embaixadores da Argentina, Chile, Perú, Bolívia e Paraguai.

1938

O escritor alagoano Graciliano Ramos publica o romance *Vidas Secas*.

“Era meu colega no Colégio Lafayette um primo-irmão, que até então eu pouco freqüentara; logo, nos tornamos muito amigos. Ele resolveu entrar para o Partido Comunista Brasileiro, de carteirinha mesmo, fichado e tal. E quando chegou o fim do terceiro ano, tínhamos de escolher o orador da turma e o paraninfo que ele sugeriu foi Graciliano Ramos. Eu gostava dele e do seu jeito sertanejo. Sylvio e eu, quando íamos às livrarias, passávamos pela José Olympio, na Rua do Ouvidor, e lá estava o Graciliano, habitualmente sentado no fundo da loja, para onde nos dirigíamos na esperança de um dedo de prosa. A contundência do que dizia compensava o pouco que falava.” (Célio de Oliveira Borja – ex-aluno da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Ministro da Justiça, ex-presidente da Câmara dos Deputados e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal)

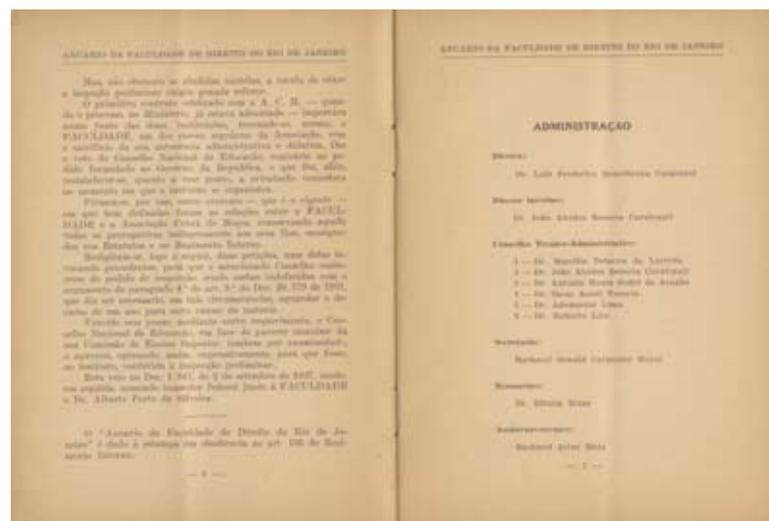
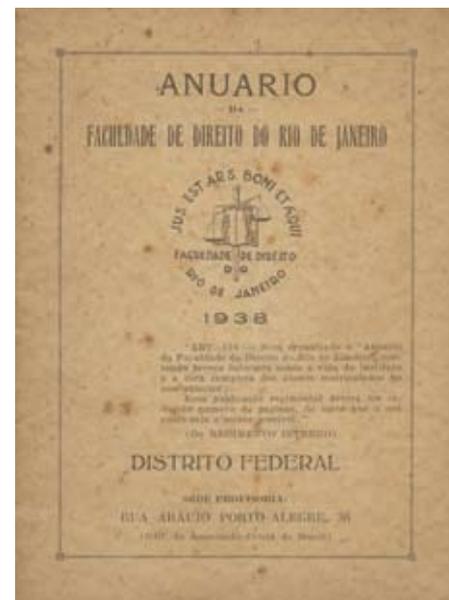


Homenagem prestada pela direção da Faculdade de Direito ao Itamaraty, ocorrida no salão nobre do Instituto dos Advogados Brasileiros, em agosto de 1938. Estiveram presentes à solenidade os embaixadores J. Rodrigues Alves e Macedo Soares; o ministro das Relações Exteriores Osvaldo Aranha; o professor Oscar Tenório, da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro; Ortiz Guttierrez, ministro das Relações Exteriores da Bolívia; e Luis Alberto Riart Rijo, encarregado dos negócios do Paraguai.

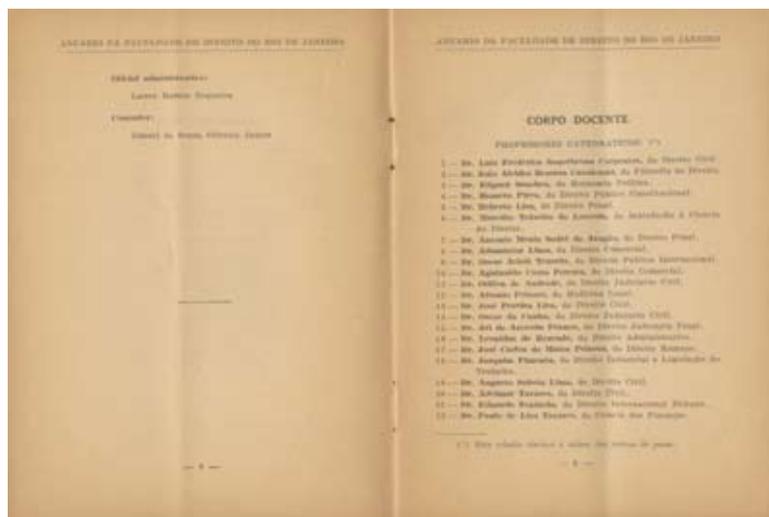
1938

A Faculdade de Direito do Rio de Janeiro publica o seu primeiro anuário, com informações variadas sobre o funcionamento da instituição, como a relação de alunos matriculados e de professores, a lista das disciplinas do curso de bacharelado e um resumo das atas das reuniões da Congregação.

É criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), subordinado à Presidência da República, com o objetivo de organizar e racionalizar o serviço público no país.

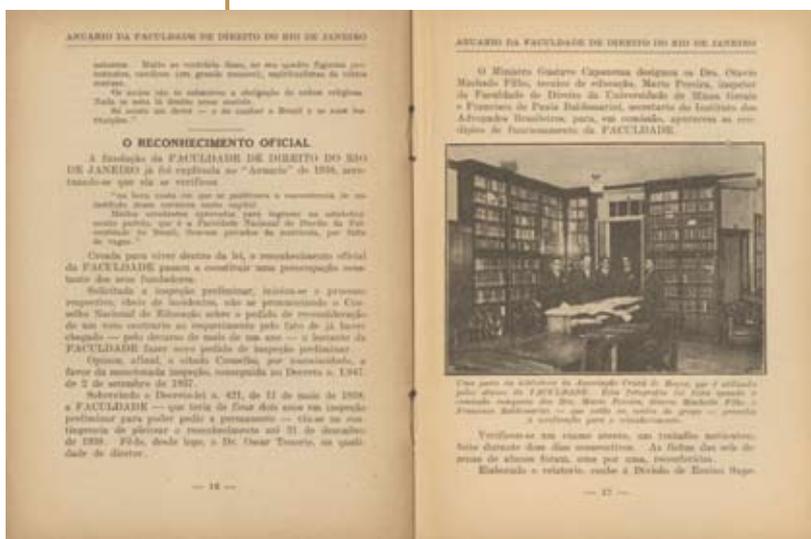


Anuário da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. 1938.



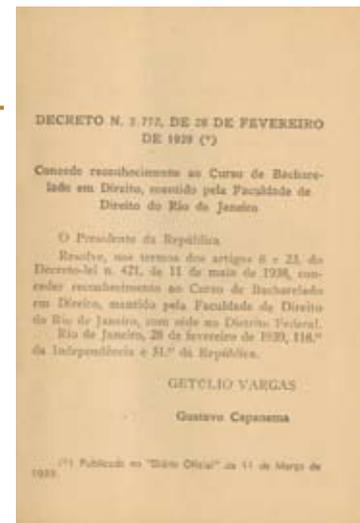
28/02/1939

A Faculdade de Direito do Rio de Janeiro é reconhecida pelo Ministério da Educação e Saúde (MES), através do parecer favorável do Conselho Nacional de Educação. Com o reconhecimento oficial, a nova instituição passa a receber uma subvenção do Governo Federal.



Regimento Interno da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Página com a reprodução do decreto presidencial, de 1939, que reconheceu publicamente aquela instituição.

O processo de reconhecimento oficial da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro pelo Ministério da Educação e Saúde (MES), durante o Estado Novo. 1939.

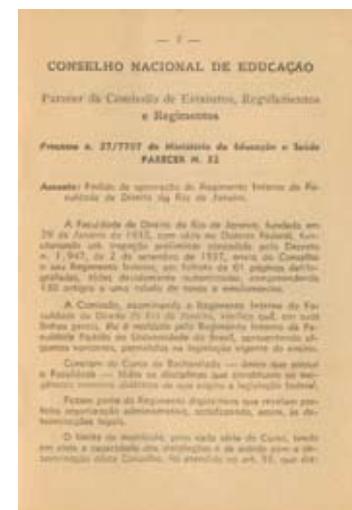


Fevereiro/1939

A Comissão de Estatutos, Regulamentos e Regimentos do Conselho Nacional de Educação aprova o Regimento Interno da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, inspirado no regimento da Faculdade Nacional de Direito.

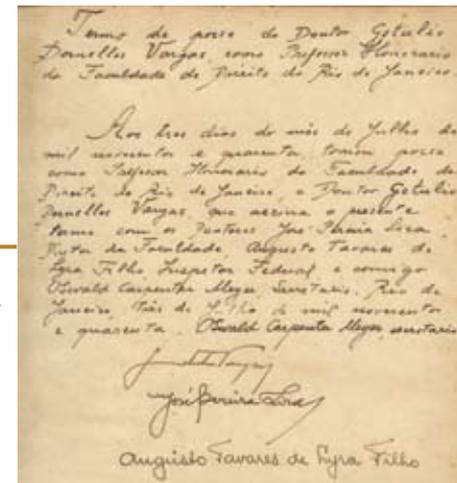


Capa do Regimento Interno da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Edição de 1946.



O parecer do Conselho Nacional de Educação. Regimento Interno da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, edição de 1946.

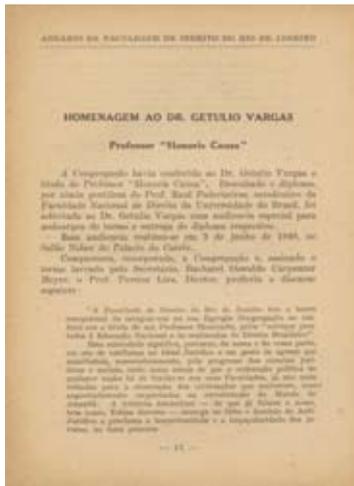
Termo de posse do título de “Professor Honorário” assinado pelo Presidente Getúlio Vargas. Em 1939, o presidente foi homenageado pela direção da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro com o referido título em retribuição ao reconhecimento oficial daquela instituição por parte do Ministério da Educação e Saúde (MES).



Termo de posse de Doutor Getúlio Dornelles Vargas como Professor Honorário da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Nos três dias de mês de Julho de mil novecentos e quarenta tomou posse como Professor Honorário da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, o Doutor Getúlio Dornelles Vargas, que aceita o posto e toma posse como Professor Jus Sola. Nota da Faculdade Augusto Tavares de Souza Filho Diretor Federal e como go. Ovaral Casanova Alago Secretário. Rio de Janeiro, dia de 29 de 1940 e mil novecentos e quarenta. Ovaral Casanova Alago Secretário

Getúlio Vargas
Augusto Tavares de Souza Filho



Homenagem ao presidente Getúlio Vargas, agraciado pela direção da faculdade com o título acadêmico de Honoris Causa, em retribuição ao reconhecimento federal daquela instituição, ocorrido em 1939. Anuário da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro de 1941.

Setembro/1939

Início da Segunda Guerra Mundial. Com a invasão da Polônia pelas tropas alemãs, França e Inglaterra declaram guerra à Alemanha. Começa a guerra na Europa.

A Faculdade de Direito do Rio de Janeiro concede o título de Professor Honorário ao Presidente da República Getúlio Vargas.

22/12/1939

Formatura da primeira turma de bacharéis em Direito, com 43 estudantes. A colação foi realizada no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, sob a presidência do professor Oscar Tenório, diretor da Faculdade. O paraninfo escolhido pela turma foi o Presidente da República Getúlio Vargas.

1939

A Universidade do Distrito Federal (UDF) é extinta por decisão do Ministério da Educação e Saúde (MES). Parte de seu corpo docente é absorvido pela Universidade do Brasil.

A população do Distrito Federal chega a quase dois milhões de habitantes. A expansão urbana da cidade é vertiginosa: ao longo dos ramais ferroviários da Central do Brasil, eletrificados desde 1937, desenvolve-se com precariedade a enorme zona suburbana e industrial; na zona Sul, o bairro de Copacabana torna-se o grande empreendimento imobiliário da cidade, com inúmeros edifícios de apartamentos luxuosos em construção; no centro da cidade, ocorre a ocupação da Esplanada do Castelo, onde são erguidos modernos edifícios Art Déco.

A Faculdade de Direito do Rio de Janeiro inaugura seu primeiro laboratório de Medicina Legal, equipado com modernos aparelhos, sob a coordenação do catedrático Afrânio Peixoto.

Vista da Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro. No lugar existiu o célebre Morro do Castelo, demolido para as comemorações do centenário de independência do Brasil, em 1922. O antigo prédio da Associação Cristã de Moços (ACM) foi uma das primeiras construções definitivas da esplanada.



Década de 40

1940

Fundação, no Rio de Janeiro, da Orquestra Sinfônica Brasileira, sob a direção artística do maestro Eugen Szenkar.

“Nós temos na música erudita grandes compositores. Alberto Nepomuceno, Henrique Oswald, e acima de todos, Heitor Villa-Lobos. Claro, Carlos Gomes foi o primeiro a projetar o Brasil no exterior. Você sabe que a ópera “O Guarani” teve a sua première no Teatro La Scala de Milão, e foi reputada por Giuseppe Verdi como grande criação artística àquela época? É uma ópera composta segundo o estilo então dominante. E tem mais, em relação aos compositores italianos contemporâneos seus, Carlos Gomes tem certa particularidade, em decorrência de alguma influência germânica, especialmente de Richard Wagner. Por isso, historicamente, Carlos Gomes é, sem dúvida, um compositor importante. Mesmo quando eu recebia salário mínimo, conseguia separar uns mil réis para assistir aos concertos da Orquestra Sinfônica Brasileira que nessa época se realizavam na cidade, num cinema da Cinelândia. A Orquestra Sinfônica era dirigida por um ótimo regente, Eugen Szenkar, que foi fundador, orientador, o mestre que praticamente criou a orquestra. A OSB foi uma criação de Eugen Szenkar. Nunca deixei de freqüentar os concertos, e daí também minhas discussões com o professor Amílcar Falcão sobre música.” (Flávio Bauer Novelli — ex-aluno, professor titular de Economia Política e ex-diretor da Faculdade de Direito da UERJ)

Março/1941

São inaugurados os cursos das Faculdades Católicas, no Rio de Janeiro. Em 1940, a Companhia de Jesus recebeu a autorização do Conselho Nacional de Educação para fundar cursos superiores, uma medida há muito tempo pleiteada pelas lideranças católicas do país. As Faculdades Católicas incluem uma Faculdade de Direito e 7 cursos nas áreas de ciências humanas e educação (geografia, história, ciências sociais, pedagogia, letras clássicas, neolatinas e neogermânicas).

Abril/1941

Criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). É indicado para ocupar a presidência da nova estatal, cuja planta industrial será instalada em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, o empresário Guilherme Guinle.

1941

O Governo Federal eleva o valor da subvenção concedida à Faculdade de Direito do Rio de Janeiro de 30:000\$000 réis para 40:000\$000 réis.

Prevista pela Constituição de 1934, a Justiça do Trabalho é regulamentada pelo Ministério do Trabalho.

É criada, no Rio de Janeiro, a empresa de produção cinematográfica Atlântida. Dois anos depois seria lançado o primeiro grande sucesso da companhia: Moleque Tião, longa metragem de José Carlos Burle com Grande Otelo no papel principal.

Roberto Lyra, professor catedrático de Direito Penal da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, é convidado por Francisco Campos, Ministro da Justiça, para integrar a Comissão Revisora do Projeto do Código Penal brasileiro, que entrará em vigor a partir de janeiro de 1942.

“No bacharelado, os professores eram um pouco distantes, por uma razão simples: é que tocava o sinal do término da aula e eles saíam correndo. E na última aula nós também. Eles raramente tinham tempo... Quando muito, para responder rapidamente uma pergunta. Já um pouco impacientes. Então, não se pode dizer que houvesse uma convivência extra-aula de alunos e professores. Havia um que era diferente. Era o Roberto Lyra, professor de Direito Penal. E esse fazia questão de transformar suas aulas em grande teatro — ele era um orador fantástico, extraordinário. Além das qualidades de conhecedor e cultor do direito penal, essas qualidades eram excelsas, sem dúvida, ele tinha atributos cênicos do grande ator e do grande orador. Mesmo quem não era aluno dele ia assistir suas aulas. Enchia a sala! Havia dificuldades de arranjar um cantinho para sentar. E ele tinha, além disso, o prazer de conviver com os alunos.” (Célio de Oliveira Borja — ex-aluno da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Ministro da Justiça, ex-presidente da Câmara dos Deputados e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal)

Junho/1942

É constituída a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), para promover a exploração das riquezas minerais do subsolo brasileiro, principalmente o minério de ferro. O Governo Federal detém o controle acionário da nova empresa.

↑
Agosto/1942

Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Após o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), em janeiro de 1942, vários navios mercantes de bandeira brasileira são torpedeados pelos submarinos alemães no Atlântico Sul. Em represália, o Brasil declara guerra aos países do Eixo.

15/10/1942

Autorizada pelo Governo Federal a compra de um sobrado, à Rua do Catete nº 243, onde havia funcionado, até 1937, a Faculdade Nacional de Direito. O Catete é um dos bairros mais tradicionais da Capital: além de sediar o Poder Executivo Federal, abriga uma intensa vida boêmia. O preço da compra foi estipulado em seiscentos e três contos e trezentos e quarenta e quatro mil réis, a serem pagos no prazo de 15 anos.

“No Catete, onde se situava da Faculdade [Nacional] de Direito e o Palácio do Governo, a vida era intensa nos seus sobrados e vilas de casas. Havia ali muitos hotéis, que hospedavam políticos procedentes de diversas unidades da Federação, e numerosas repúblicas, povoadas por estudantes que afluíam todo ano ao Rio de Janeiro para cursar as faculdades. Havia pensões e porões habitáveis, frege-moscas, como eram chamados os botequins que serviam refeições; casas de pasto, oficinas, armazéns, quitandas, e todo um pequeno comércio, promíscuo e variado, para atender à heterogênea clientela que residia no bairro. Mas o Catete era, sobretudo, um reduto boêmio. Sediava ranchos carnavalescos afamados, como a Flor do Abacate e o Ameno Resedá; tinha o Café Lamas, que permanecia aberto dia e noite, freqüentado por estudantes, políticos, jornalistas e notívagos de toda a ordem, e, de sobejo, os famosos criolés, que não eram senão as gafieiras daquela época.” (extraído do livro “Assim foi Roberto Lyra”, do professor Lopo Alegria)

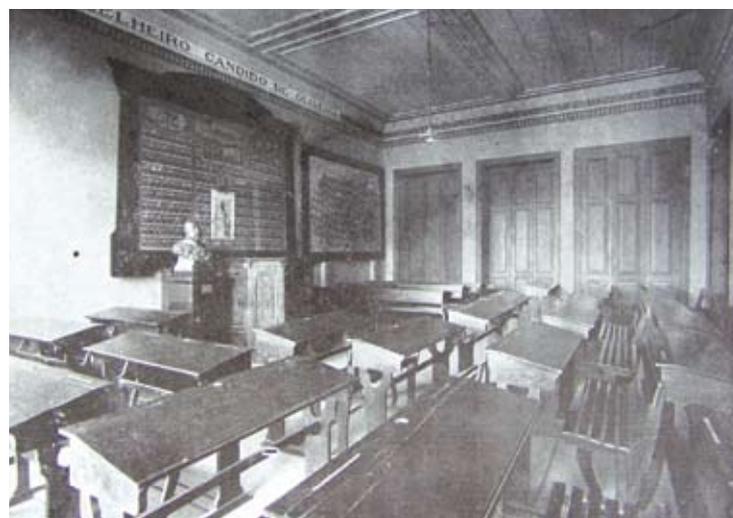
Fachada do prédio da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro (URJ), à Rua do Catete, 243. A Universidade do Rio de Janeiro foi uma das primeiras universidades criadas no Brasil, fundada no início da década de 1920 com a reunião de alguns cursos superiores existentes na Capital Federal, como a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais. Este mesmo prédio seria adquirido, em 1942, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Década de 1920.



Chave simbólica do “Casa-rão do Catete”, antiga sede da Faculdade de Direito



O "Casarão do Catete" na época da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Década de 1920.



Sobrado onde funcionou a Faculdade Livre de Direito, fundada na última década do século XIX, na Rua do Catete. Esta faculdade uniu-se à Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, que mais tarde deu origem à Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil. A instalação da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro na mesma rua, na década de 1940, evidencia a importância da Rua do Catete na história da cidade do Rio de Janeiro.



A Rua do Catete era nas primeiras décadas do século XX uma das vias mais movimentadas e importantes da cidade. Além do Palácio do Catete, sede do poder executivo, o Catete abrigava a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, o primeiro curso de direito do Rio de Janeiro, fundado em 1882. A tradição acadêmica do Catete se confirmou com a mudança, na década de 1940, da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro para o sobrado que servira à Faculdade Nacional de Direito, desocupado desde o fim da década de 1930. O "Velho Casarão do Catete", como o prédio era conhecido pelos estudantes, foi sede da Faculdade de Direito até a transferência para o moderno campus universitário Francisco Negrão de Lima, no Maracanã, em 1976.



*Anuário da Faculdade de Direito
do Rio de Janeiro com o endereço
da nova sede. 1943*



1942

É regulamentada, através de um decreto presidencial, a União Nacional dos Estudantes (UNE), atendendo à reivindicação do II Congresso Nacional dos Estudantes, realizado em 1938, no Rio de Janeiro.

Fevereiro/1943

Após a conclusão de reformas emergenciais, a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro deixa as instalações da ACM para instalar-se em sua própria sede. A aula inaugural do ano letivo de 1943, no novo prédio, coube ao professor Eduardo Espínola. Neste ano, a faculdade contava com 314 alunos.



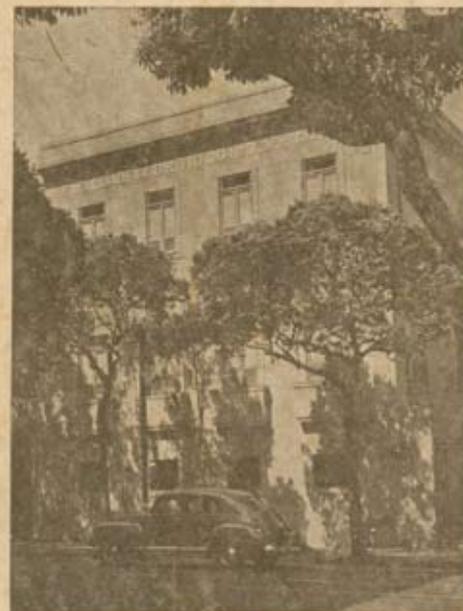
Reunião do Conselho Técnico-administrativo da Faculdade de Direito, na sede da Rua do Catete nº 243. Da esquerda para direita, entre outros, os professores Roberto Lyra (2º), Ary Franco (4º) e Oscar Tenório (6º).

*A famosa sede da instituição,
conhecida entre os alunos
como “Velho Casarão do
Catete”, onde a Faculdade
funcionaria por mais de 30
anos. Anuário da Faculdade
de Direito do Rio de Janeiro
de 1949.*

ANUÁRIO

— DA —

FACULDADE DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO



SÊDE PRÓPRIA: RUA DO CATETE, 243
RIO DE JANEIRO — BRASIL

1949

A MESA QUE PRESIDIU O ATO



O Presidente Getúlio Vargas deferiu o requerimento da FACULDADE para aquisição do prédio da rua do Catete n. 243, afim de nele instalar-se definitivamente. A escritura pública foi lavrada na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no dia 15 de outubro de 1942, com a presença do Dr. Arrilino Veado, que a assinou por parte do Domínio da União, dos Drs. Armando Vidal, presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados e Herbert Moses, presidente da A. D. I., do Técnico de Educação Renato Travassos, inspetor federal junto ao Instituto, de professores e alunos da FACULDADE.



O Prof. Ary Franco assinando a escritura.

— 11 —

*O processo de aquisição da
sede da Faculdade registrado
no Anuário de 1943.*

01/05/1943

Promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Desde a criação do Ministério do Trabalho, após a Revolução de 1930, várias leis foram criadas com o objetivo de regulamentar o trabalho no país. Contudo, somente com a promulgação da CLT é que houve a efetiva estruturação e expansão da legislação trabalhista brasileira.

1943

É aberta aos alunos a nova biblioteca da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, instalada na sede da faculdade, no Catete.

1944

O Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro passa a se chamar Centro Acadêmico Luiz Carpenter (CALC), em homenagem ao fundador e ex-diretor da faculdade. É criada a revista “O Século”, uma publicação do CALC.

Journal O Século, publicado pelo Centro Acadêmico Luiz Carpenter, nos anos 1940, em homenagem ao periódico homônimo editado pelo Calc na década de 1940.



Nove alunos da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro integram a Força Expedicionária Brasileira (FEB), em missão na Itália, durante a 2ª Guerra Mundial: José Alberto Puga Niobey, Darcy Miranda Medrado Dias, Dirceu de Menezes Pimentel, Hero José Couto de Oliveira, Ercílio Leite de Barros, Geraldo Elmer Barreto Goes, Záfer Pires Ferreira, Goethe Pires de Lima Rebello e Walter Bello Faria.

Após três anos de construção, é inaugurada a Avenida Presidente Getúlio Vargas, uma das maiores obras do Estado Novo na Capital Federal, sob a administração do prefeito Henrique Dodsworth. A nova avenida corta o centro da cidade, ligando-o aos bairros da zona Norte. Ao longo de seu eixo seriam erguidos vários arranha-céus, que comporiam, ao lado dos edifícios do Ministério da Guerra e da estação ferroviária Central do Brasil, a paisagem moderna do Rio de Janeiro.

1944

É concedida à Faculdade de Direito do Rio de Janeiro a autorização para aumentar em 200 o número de matrículas em cada série.

“No início de 1945, fiz o vestibular para a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, que era, então, uma instituição particular, fundada por um grupo de professores em 1935, com o nome de Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Fui admitido no exame vestibular de 1945, dez anos, portanto, depois da fundação da Faculdade.” (Flávio Bauer Novelli – ex-aluno, professor titular de Economia Política e ex-diretor da Faculdade de Direito da UERJ)

“Não tive dificuldades na maioria das matérias do exame vestibular. A maior foi o latim, prova que mais eliminava e que foi ministrada pelo Chamoun, que depois seria meu queridíssimo amigo, meu professor de Direito Romano, como assistente do professor Matos Peixoto. A prova era difícil e, de fato, eu penei. Mas felizmente passei.” (Célio de Oliveira Borja – ex-aluno da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Ministro da Justiça, ex-presidente da Câmara dos Deputados e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal)

A conferência das Nações Unidas em Bretton Woods, Estados Unidos, cria o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

O pintor paulista Cândido Portinari termina uma de suas mais importantes obras: Retirantes. O tela tem como tema a tragédia social da seca no interior da Região Nordeste brasileira.

Maio/1945

Fim da Segunda Guerra Mundial. Durante os seis anos de guerra, estima-se a perda de 50 milhões de vidas, entre militares e civis. Mais de cinco milhões de judeus foram exterminados em campos de concentração nazistas, como parte da política anti-semita de Hitler. A Força Expedicionária Brasileira perdeu 454 soldados, que foram enterrados no cemitério brasileiro localizado na cidade de Pistóia, perto de Florença, na Itália.

1945

Inaugurado por Getúlio Vargas o edifício sede do Ministério da Educação e Saúde (MES), na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro. A construção do edifício, iniciada em 1937, torna-se um marco do Modernismo brasileiro devido ao projeto inovador, assinado por uma equipe de arquitetos, entre eles Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, fortemente influenciada pelo traço arrojado de Le Corbusier, arquiteto vanguardista francês.

29/10/1945

O presidente Getúlio Vargas é deposto pelo alto comando do exército, pondo fim ao Estado Novo. Assume interinamente o Presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares, que convoca eleições diretas para a Assembleia Nacional Constituinte e para Presidente da República. São fundados novos partidos políticos: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD).

“Formado, fiquei em Minas advogando. Depois, veio a campanha política em 1945, com o brigadeiro Eduardo Gomes. Entrei na campanha, acabei candidato a deputado estadual e contra a expectativa geral, inclusive a minha, me elegi. Eleito deputado estadual em 1946, participei em 1947 da Constituinte de Minas Gerais.” (Oscar Dias Corrêa – Professor Titular de Economia da Faculdade de Direito da UERJ, membro da Academia Brasileira de Letras, ex-Ministro da Justiça e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal)

1945

A Associação Atlética da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro obtém um ótimo resultado no Campeonato Universitário Carioca: é campeã no voleibol e vice-campeã no futebol e no basquete.

É criada a Organização das Nações Unidas (ONU), com sede em Nova Iorque, Estados Unidos.

Janeiro/1946

Após a vitória nas eleições presidenciais, o candidato do Partido Social Democrático (PSD), General Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra do Governo Vargas, assume a Presidência da República. O ex-presidente Getúlio Vargas é eleito senador pelo Rio Grande do Sul, assumindo sua vaga somente em junho.

Março/1946

Em 1946, com a agregação da Escola de Serviço Social do Instituto Social do Rio de Janeiro às Faculdades Católicas, completa-se o número de unidades exigido pela legislação federal para a aquisição do estatuto de universidade, e as Faculdades Católicas passam a se chamar Pontifícia Universidade Católica (PUC).

Setembro/1946

Promulgada a nova carta constitucional elaborada pela Assembléia Nacional Constituinte, em substituição a de 1937.

“Todo mês, às vezes a cada 15 dias, eu ia à livraria Francisco Alves e lá havia um exímio vendedor de livros, que era o meu conselheiro. E eu lia nos jornais a referência aos livros e a crítica literária. Fui me interessando, sobretudo pela história. E, a partir da história, pela política e da política pelo Direito, passando ao Direito Público, quer dizer, ao Direito Constitucional, que entrou na ordem do dia a partir do fim da ditadura. A Constituição era absolutamente irrelevante na ditadura Vargas. Mas, desde o momento em que se começou a ter que pensar na redemocratização do país, tínhamos que cogitar de uma Constituição. Também, as minhas preocupações voltaram-se para essa temática. Fui pautado, por assim dizer, pela história daquele tempo, que apontava no sentido da importância, mais ainda, da necessidade absoluta de pensar uma Constituição para o Brasil.” (Célio de Oliveira Borja – ex-aluno da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Ministro da Justiça, ex-presidente da Câmara dos Deputados e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal)

Anuário da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Renúncia do professor José Pereira Lira ao cargo de diretor da Faculdade para assumir a chefia de polícia do Distrito Federal. 1947.



1946

O professor José Pereira Lira, diretor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, licencia-se do cargo para assumir a chefia de polícia do Distrito Federal, durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Com a promulgação da Constituição, o Professor Pereira Lira seria convidado pelo presidente para assumir a chefia do Gabinete Civil da Presidência. O professor Odilon Andrade, escolhido pela Congregação da faculdade, será o novo diretor.

O general Juan Domingo Perón é eleito presidente da República Argentina.

Maio/1947

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) é declarado ilegal pela justiça. Em janeiro do ano seguinte, todos os candidatos eleitos pela legenda tem seus mandatos cassados.

“A minha curiosidade intelectual, quer dizer, a minha vontade de conhecer o mundo e de conhecer outras pessoas, outras idéias, até mesmo para brigar por minhas convicções era maior do que a atração do aconchego dos que professam o mesmo credo. Eu tinha tido uma experiência curiosa porque os anos do fim da guerra até 1947, quando o Partido Comunista foi posto na ilegalidade por uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que lhe cassou o registro, foram muito fecundos no sentido de que começaram-se a debater publicamente idéias. Eu sempre tive muita inveja dos países que tinham partidos comunistas legalizados. E eu convivi muito com eles. Depois, na minha vida parlamentar, fui membro do Comitê Executivo da União Interparlamentar e convivia com deputados de todas as tendências e de todos os países do mundo. E, mesmo aqui, eu sempre convivi com qualquer pessoa, de qualquer partido político. Não me interessei em selecionar as pessoas porque pensam como eu a respeito disso ou daquilo. O fato de pensar diferentemente, de ter outras visões de mundo, outros projetos era-me instigante.” (Célio de Oliveira Borja – ex-aluno da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Ministro da Justiça, ex-presidente da Câmara dos Deputados e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal)

1947

Na ocasião da elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal, durante a democratização do país, o deputado Jonas Corrêa propõe a criação de uma nova Universidade do Distrito Federal, por meio da encampação de algumas faculdades já existentes na cidade. A proposta não é aceita.

É criado o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), uma das instituições pioneiras no país na formação de pessoal qualificado na área técnica.

A Assembléia Geral da ONU aprova a partilha da Palestina entre judeus e palestinos.

Edgar Sanches Ribeiro, professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, é escolhido para presidir o Tribunal Regional do Trabalho.

Terminam as obras do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro. As obras do terminal, cujo projeto é do escritório MMM Roberto, foram iniciadas em 1936, com o aterro da Ponta do Calabouço e a abertura de uma pista para pousos e decolagens.

1948

Após dez anos de estudos elaborados por diversas comissões para diferentes locais, opta-se por situar o futuro campus universitário da Universidade do Brasil em uma ilha artificial a se construída em um trecho da enseada de Inhaúma, na baía da Guanabara. Nos anos seguintes, nove pequenas ilhas (Cabras, Pindaí do Ferreira, Pindaí do França, Baiacu, Fundão, Catalão, Bom Jesus, Pinheiro e Sapucaia) seriam aterradas, totalizando uma superfície de 4,8 milhões de metros quadrados.

É fundado o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, instalado provisoriamente no edifício do Banco Boavista, no centro da cidade. Seu acervo é formado por doações de artistas, empresários e algumas instituições oficiais.

O Vereador João Luís de Carvalho, da Câmara do Distrito Federal, apresenta um novo Projeto de Lei de criação de uma Universidade do Distrito Federal. Desta vez, a proposta é avaliada por várias comissões da Câmara. Sua aprovação pelo Legislativo municipal somente aconteceria em outubro de 1950.

A Organização das Nações Unidas (ONU) aprova a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

1949

O território alemão é dividido em dois países: a República Federal da Alemanha (RFA), capitalista, e a República Democrática Alemã (RDA), comunista. A partilha da Alemanha representa o auge da disputa entre as duas maiores potências do pós-guerra: Estados Unidos e URSS.

Os comunistas, liderados por Mao Tsé-tung, tomam o poder e proclamam a República Popular da China. O general Chiang Kai-Shek e seus aliados refugiaram-se na ilha de Formosa (Taiwan), onde fundam a China Nacionalista.

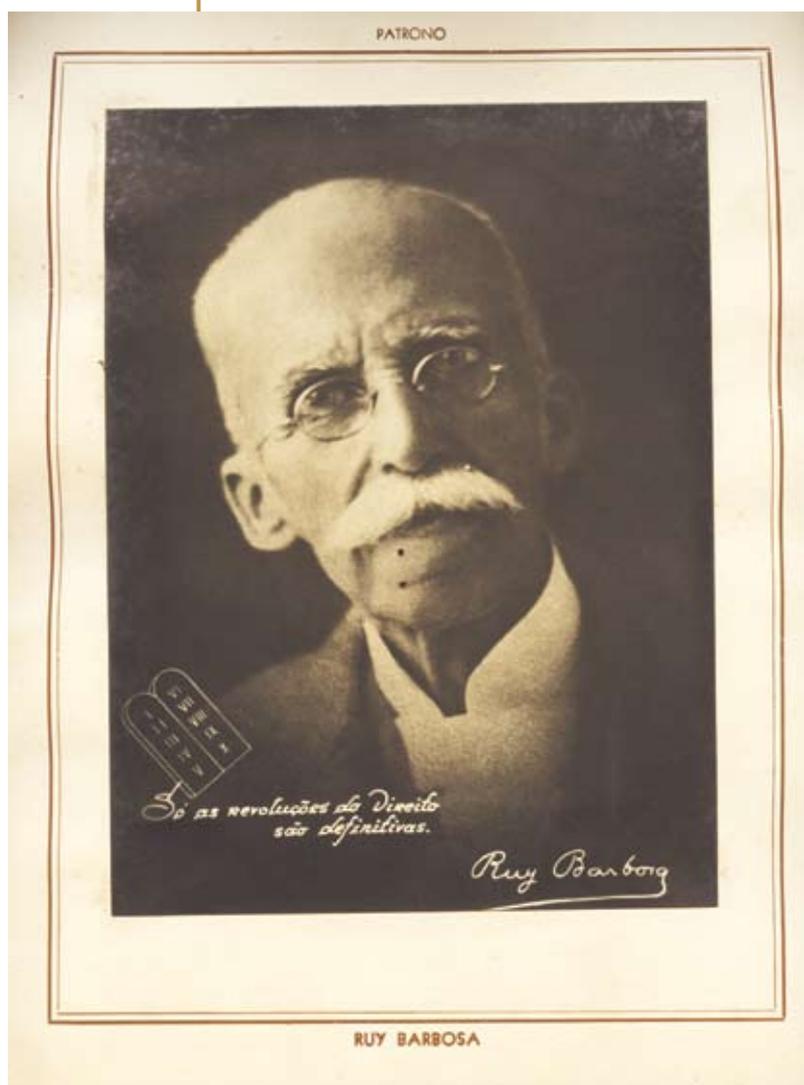
Comemorações do centenário de nascimento de Rui Barbosa. Seus restos mortais são trasladados para uma cripta no Palácio da Justiça de Salvador, na Bahia.

“Ingressei, pois, como dizia, na Faculdade em 1945 e me formei em 1949, em ato de formatura absolutamente anormal, porque 1949 foi o ano de centenário de nascimento de Rui Barbosa, ocorrido a 5 de novembro de 1849. Nossa turma denominava-se turma Rui Barbosa e um decreto do governo estabeleceu que as turmas das faculdades de Direito naquele ano celebrariam em suas solenidades de formatura a data do centenário de nascimento de Rui, que se tornou assim nosso patrono.” (Flávio Bauer Novelli — ex-aluno, professor titular de Economia Política e ex-diretor da Faculdade de Direito da UERJ)

1949

O escritor gaúcho Érico Veríssimo publica "O continente", primeiro volume da trilogia "O tempo e o vento", recebendo muitos elogios da crítica.

É inaugurado o Museu de Arte Moderna de São Paulo, inspirado no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (Moma), com a exposição "Do figurativismo ao abstracionismo".



O célebre jurista Ruy Barbosa, patrono dos bacharelados de 1949 da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

O bacharelado Flavio Bauer Novelli, da turma de 1949 da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.





Sediada na Capital Federal, a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro atraía estudantes das diversas unidades da federação. Entre os formandos de 1949, o aluno Marcelo Nunes de Alencar, futuro governador do Estado do Rio de Janeiro.



Ata nº 330. Nos quatro dias do mês de
junho do ano de mil novecentos e cinquenta
e seis, reuniu-se extraordinariamente
o Conselho Técnico-Administrativo da Facul-
dade de Direito da Universidade do Distri-
to Federal, sob a presidência do Senhor Di-
retor. O Professor Oscar Tenório. Compareceram
os Senhores Professores José Pereira Lima, José
Carlos de Mattos Pinto, Roberto Lyra, Edgard
Fauvel e Manoel Henrique. Abriu-se a sessão
o Sr. Diretor determinando a leitura da ata
da reunião anterior. Abriu-se a leitura da ata
retificações. Determinou-se a leitura da ata
condo cara o Diretor que foi aprovada por
voto dos presentes. Declarou-se que
o de mais. Declarou-se que
de mais. Declarou-se que



Década de 50

Setembro/1950

Vai ao ar em São Paulo a TV Tupi, a primeira emissora de televisão da América Latina

Outubro/1950

O Projeto de Lei de criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), aprovado pela Câmara do Distrito Federal, é vetado pelo Prefeito Ângelo Mendes de Moraes, sob a alegação da ausência de recursos financeiros e de já existir de uma grande instituição de nível superior na cidade, a Universidade do Brasil (UB). A proposta é então encaminhada para apreciação do Senado Federal que, após intenso debate, rejeita o veto do prefeito. A Lei Municipal nº 547, que institui a nova UDF, é promulgada em 4 de dezembro, e a nova universidade surge com a reunião de quatro faculdades particulares: a Faculdade de Ciências Médicas, a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto La-Fayette e a Faculdade de Ciências Econômicas.

“A Faculdade de Direito depois veio a se transformar e se corporificar, por força daquela lei, e que foi vetada pelo Mendes de Moraes. E eu brinco muito no sentido de dizer que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro é filha do legislativo porque o Mendes de Moraes vetou a lei. E o Senado Federal, que tinha a incumbência de examinar os vetos do prefeito, derrubou o veto do Mendes de Moraes. Eram só quatro unidades: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Economia, a de Contabilidade e a de Medicina, inicialmente.” (Ricardo Cesar Pereira Lira — ex-aluno, ex-diretor e professor emérito da Faculdade de Direito da UERJ)

Dezembro/1950

O governo federaliza 39 instituições de ensino superior no país, entre escolas isoladas e universidades, até então mantidas por particulares e, em menor escala, por governos estaduais e municipais.

1950

A decisão da Copa do Mundo do Brasil, entre as seleções do Brasil e do Uruguai, acontece no estádio Mário Filho, no Rio de Janeiro. O novo estádio, com capacidade prevista para 200 mil pessoas, foi construído no bairro do Maracanã especialmente para este campeonato mundial. Para a tristeza de milhões de torcedores brasileiros, os uruguaios vencem.

1950

O senador norte-americano Joseph McCarthy, do Partido Republicano, denuncia a infiltração do comunismo no governo americano. Um histeria generalizada toma conta dos meios de comunicação do país, e vários artistas de Hollywood, políticos e funcionários públicos são investigados. O ápice da Macarthismo se daria em 1953, com a execução na cadeira elétrica do casal Julie e Ethel Rosenberg, acusado de espionagem.

Janeiro/1951

É implantado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPQ), para apoiar e financiar a pesquisa no Brasil.

Vencedores nas eleições diretas de 1950, Getúlio Vargas e João Café Filho são empossados presidente e vice-presidente da República.

11/06/1951

É criada a Campanha Nacional de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES) com o objetivo de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país”. O Professor Anísio Teixeira é designado secretário geral da Comissão. Em 1953, seria implantado o Programa Universitário, principal linha da CAPES junto às universidades e institutos de ensino superior. Para isso são contratados professores visitantes estrangeiros e estimuladas atividades de intercâmbio e cooperação entre instituições, com a concessão de bolsas de estudos e patrocínio de eventos de natureza científica.

Julho/1951

É constituída uma comissão de professores das faculdades integrantes da Universidade do Distrito Federal (UDF) para tomar as providências necessárias à instalação da nova instituição de ensino superior.

Agosto/1951

A Congregação da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro assente à incorporação à recém criada Universidade do Distrito Federal (UDF), estabelecida, em 1950, com a reunião das Faculdades de Ciências Médicas, Ciências Econômicas e de Filosofia, além da de Direito.

“Havendo a Congregação dado o seu assentimento à integração da Faculdade na Universidade do Distrito Federal, ainda estamos à espera de medidas que venham tornar realidade prática o dispositivo legal. O sr. Prefeito nomeou uma comissão presidida pelo professor Ary Franco para apresentar um projeto de regulamentação da lei municipal n. 547, e que foi aprovado por s. Excia., seguindo-se, logo após, a nomeação do professor Ary Franco para reitor. Entretanto, não havendo este nosso ilustre colega se empossado no cargo, permanece ainda o impasse a respeito, tudo fazendo crer que, em 1952, se completem todas as providências para a definitiva instalação da universidade. Tanto assim parece ser, que o sr. Prefeito acaba de conceder subvenções a todos os estabelecimentos integrantes da universidade, correspondendo à nossa escola Cr\$ 1.000.000,00, dos quais 60% terão que ser aplicados em gratuidades ou abatimentos de contribuições.” (extraído do Anuário da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro de 1952, páginas 14 e 15)

1951

São concluídas as obras no pavilhão central da sede da faculdade. Foi erguido um prédio de três pavimentos com seis salas, varandas, saguão e escadaria. A Faculdade já conta com o total de 1.442 alunos matriculados em todas as séries.

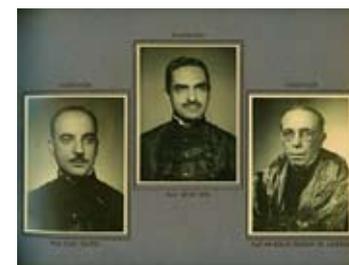
“Eu entrei na Faculdade de Direito em 1951. O sistema era seriado. Primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto ano. Noturno e diurno. Logo no segundo ano eu sou eleito representante de turma. E tive uma atividade política intensíssima. De tal forma que no terceiro ano eu fui eleito presidente do Diretório. E tinha uma influência muito grande no alunado porque, eu em função da política, ia à Faculdade de manhã e de noite. E trabalhava durante o dia. E nós tínhamos um pequeno mundo democrático na Faculdade. Você tinha o ‘poder executivo’, que eram o presidente, vice-presidente, tesoureiro, primeiro-secretário, segundo-secretário, representantes na UNE e na UME – entidade de que também fui presidente. E você tinha o Conselho de representantes, em que se tinha 5 alunos de cada série, e um Tribunal universitário que presidia as eleições e em que nós pedíamos a um professor, que geralmente era o professor Hamilton Moraes e Barros, só para presidir a Assembléia geral.” (Ricardo Cesar Pereira Lira – ex-aluno, ex-diretor e professor emérito da Faculdade de Direito da UERJ)



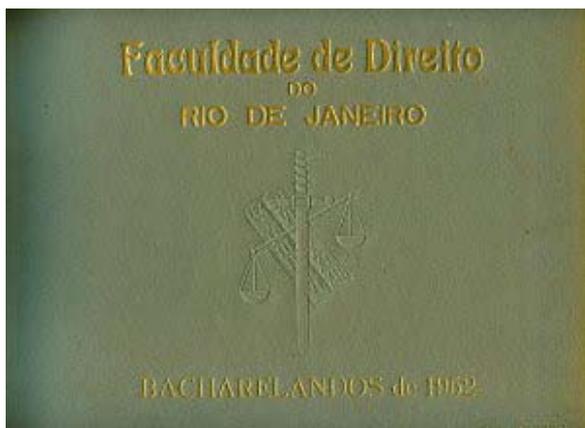
Juramento dos bacharelados de 1952 da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.



Grandes homenagens de 1952: Ary Azevedo Franco e Clovis Paulo da Rocha



Os professores Caio Tácito, Nélcio Reis e Marcílio Teixeira de Lacerda homenageados pela turma de 1952.

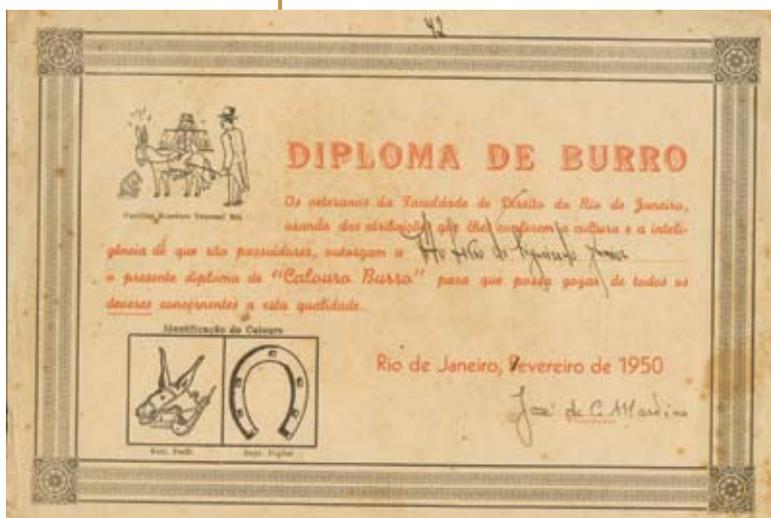


Álbum de formatura dos bacharelados de 1952 da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

“Entre calouros não havia manifestações de violência, não havia. As coisas eram mais suaves. Até por razões políticas, a tendência era receber os calouros bem, para conquistá-los desde o início. De modo que não havia muita violência com os calouros. Era uma exceção. Não havia. Quando entrei na Faculdade, eu acho que eram mil e quinhentos a dois mil alunos. Você tinha turma de 200, 250 alunos. Eram turmas enormes.” (Ricardo Cesar Pereira Lira – ex-aluno, ex-diretor e professor emérito da Faculdade de Direito da UERJ)

“O Centro Acadêmico tinha uma fonte de renda, que era a taxa de calouros, que nos rendia bastante... Rendia bem. Então, nós pagávamos tudo isso. E fazíamos uns bailes, umas coisas. E o nosso jornal era impresso na Folha Carioca. A Folha Carioca era um jornal diário muito importante que havia na época e onde nós editávamos o nosso jornal do Centro Acadêmico, que chamava-se O Século. E a oposição tinha um jornal que chamava-se O Segundo. A oposição dizia: ‘Enquanto a situação leva um século para produzir um jornal, nós fazemos o jornal em um segundo’. O líder era o Lopo Alegria, meu adversário imenso na vida política.” (Ricardo Cesar Pereira Lira – ex-aluno, ex-diretor e professor emérito da Faculdade de Direito da UERJ)

“Naquela época, quem me chamou para trabalhar no Catete foi justamente o meu cunhado, que era da Central do Brasil e tesoureiro aqui na faculdade de Direito. Ele perguntou se eu queria trabalhar. Eu disse: “ah, eu trabalho”. Aí, fui lá trabalhar, tomar conta de um curso de vestibular, de 1952 a 1953. Naquela época, existiam os grandes professores. Uns já morreram, outros vieram para o Maracanã, mas já estão aposentados. O sistema lá era outro, era muito sério também o negócio. Os alunos para fazerem a prova recebiam a carteirinha, e no verso tinha um número da carteira para sentar e fazer a prova. Tinha fiscalização. Era no salão nobre, os professores ficavam sentados, como se fossem clientes, ouvintes, e os professores titulares ensinando. As provas saíam sem o canhoto. Iam para as mãos dos professores sem o canhoto. A gente numerava duas vezes. Quando vinham para as mãos dos professores, os professores nem sabiam quem eram os alunos. E a gente tinha que colocar tudo direitinho. Era um trabalho duro.” (João Magalhães – funcionário mais antigo da Faculdade de Direito da UERJ)



O “Diploma de Burro”, trote dos calouros da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. 1950.

1951

É aberta a I Bienal Internacional de Arte de São Paulo.

Fevereiro/1952

É empossado, em cerimônia realizada no Palácio da Guanabara, o primeiro reitor da Universidade do Distrito Federal, o professor Rolando Monteiro, da Faculdade de Ciências Médicas.

Junho/1952

De acordo com a política econômica desenvolvimentista do governo, é criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), cujo objetivo é viabilizar a implementação das políticas consideradas fundamentais para o avanço da industrialização no país.

Março/1953

A Universidade do Distrito Federal inaugura seus cursos em sessão solene, com a aula magna do professor João Lyra Filho.

Agosto/1953

Após tramitar por dois anos no Congresso Nacional, o projeto de lei que cancela a dívida da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, contraída na ocasião da compra de sua sede no Catete, é promulgado.

Outubro/1953

É criada a empresa estatal Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobrás), com o objetivo de explorar, em caráter monopolista, todas as etapas da indústria petrolífera.

Dezembro/1953

De acordo com a Lei Municipal nº 786, a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro passa a se chamar Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal.



O Centro Acadêmico Luiz Carpenter (Calc) comemora, através de seu jornal, os dez anos da Petrobrás. *Política Universitária*, fevereiro de 1964.

Julho/1954

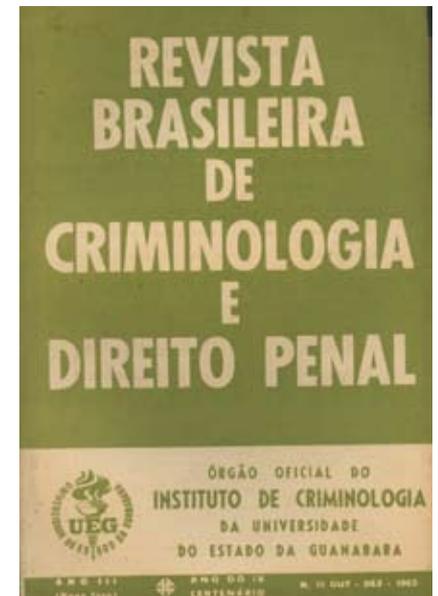


Professor Roberto Lyra, um dos fundadores da Faculdade de Direito, homenageado pela turma de 1966.

É criado o Instituto de Criminologia da Universidade do Distrito Federal. A nova unidade, dirigida pelo professor Roberto Lyra, tem como meta estimular pesquisas na área de Direito Penal.



O professor Roberto Lyra, catedrático de Direito Penal da Faculdade de Direito, entrevistado pelo jornal Tribuna da Imprensa: "Mesmo depois da morte ele será professor". 1955.



Revista do Instituto de Criminologia. Década de 1960.



Certificado emitido pelo Instituto de Criminologia da Universidade da Guanabara. Setembro de 1966.

05/08/1954

O jornalista Carlos Lacerda, opositor do governo de Getúlio Vargas, sofre um atentado em frente a sua residência, em Copacabana. O major aviador Rubens Vaz, que acompanhava o jornalista, é mortalmente ferido. O episódio, conhecido como “Atentado da Rua Tonelero”, abre uma grave crise política, que envolve a guarda pessoal do Presidente da República.

24/08/1954

Diante da crise que envolve o governo, o presidente Getúlio Vargas suicida-se em seu quarto, na ala privativa do Palácio do Catete. Milhares de pessoas acompanham as exéquias do presidente. O vice-presidente João Café Filho é empossado no Palácio das Laranjeiras.

“Eu era presidente do Diretório Acadêmico quando houve o falecimento do doutor Getúlio. Eu fiz muito comício em praça pública, em frente ao Ministério da Fazenda, contra o Getúlio, pedindo a deposição de Getúlio. Por causa do problema do crime da Toneleros e aquelas coisas todas. Eu era radicalmente anti-getulista... Hoje, eu mudei muito! Acho o Getúlio bom estadista, interessante. Teve problemas de não-amor à democracia numa certa fase, mas teve momentos importantíssimos do ponto de vista do interesse nacional. E eu era presidente do diretório quando o doutor Getúlio morreu.” (Ricardo Cesar Pereira Lira – ex-aluno, ex-diretor e professor emérito da Faculdade de Direito da UERJ)

“O Getúlio... Eu vi a notícia no jornal, de que ele se suicidou. A meu ver, ele não se suicidou. Foi o irmão dele porque ele era polícia, chefe e bebia muito. E falava com o Getúlio. Quando o Getúlio mandou ele sair fora... Ele assinava igualzinho ao Getúlio. Tudinho. E depois que ele saiu, apareceu o Getúlio morto. Ele que matou! Tenho certeza absoluta e agora estão dizendo que ele se suicidou.” (João Magalhães – funcionário mais antigo da Faculdade de Direito da UERJ)

03/10/1954

Nas eleições presidenciais, os candidatos da coligação PSD-PTB, Juscelino Kubitschek e João Goulart, são eleitos presidente e vice-presidente da República.

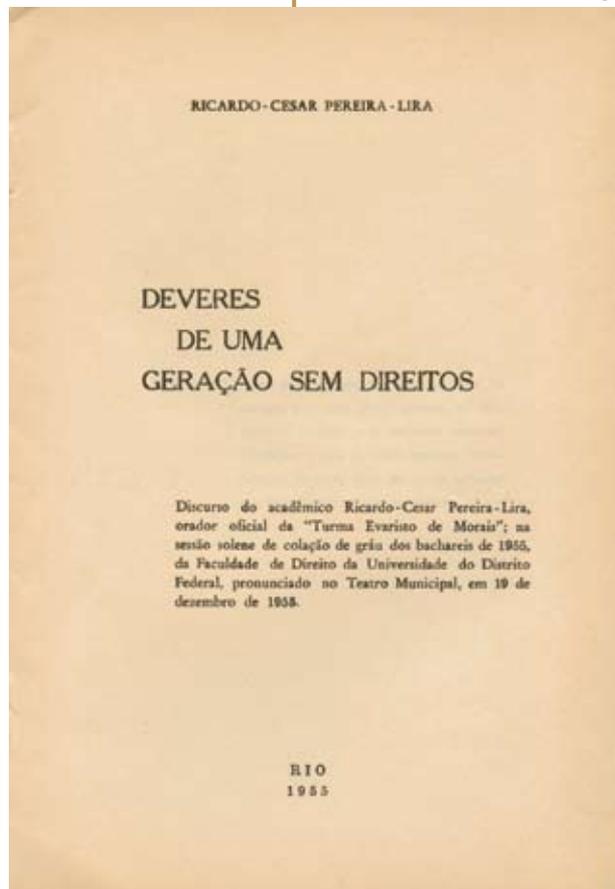
1954

São iniciadas as obras dos prédios da cidade universitária da Universidade do Brasil, na Ilha do Fundão, na baía da Guanabara.

Novembro/1955

Em meio a uma tentativa de golpe sobre o presidente eleito Juscelino Kubitschek, o general Henrique Lott, ex-ministro da Guerra, depõe o presidente em exercício Carlos Luz. Luz, presidente do Congresso Nacional, havia assumido dias antes a Presidência da República devido a problemas de saúde do presidente Café Filho. Assume Nereu Ramos, presidente do Senado Federal, garantindo a legalidade e a posse do presidente eleito.

“Na minha formatura, fui o orador da turma. Eu me lembro do discurso. Porque eu fiz um discurso intitulado “Deveres de uma geração sem direitos”. Eu fiz o discurso com o Brasil em estado de sítio, com o doutor Nereu Ramos como presidente da República, e o discurso era violentíssimo, atacando as forças armadas. Eu entendia que quem podia ser juiz do impedimento de presidentes, como o Café Filho, como o nosso amigo Carlos Luz, que foi vice-presidente do Café, jamais poderiam ser as forças armadas. Isso tinha que ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal, que era o árbitro das instituições. E eu só não fui preso porque o Dutra estava lá como meu convidado! Ele era muito amigo do meu pai, queriam me prender. E o Dutra não deixou. Ele não estava na platéia, estava lá na mesa! Foi no Teatro Municipal, no dia 19 de dezembro de 1955. Mas foi um momento interessantíssimo porque o teatro quase vinha abaixo, e de acordo com a minha posição. Porque todo mundo foi contra a novembrada naquele momento. A minha tese era a seguinte: tudo bem, eu achava que o Juscelino tinha que tomar posse. Agora, eu não sabia se o Lott ia entregar o poder. E ele terminou entregando.”
(Ricardo Cesar Pereira Lira – ex-aluno, ex-diretor e professor emérito da Faculdade de Direito da UERJ)



Discurso do bacharelado Ricardo César Pereira Lira, orador da turma de 1955 da Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal

10/09/1956

É criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), responsável pela coordenação dos projetos e pela execução das obras da nova capital federal, que irá substituir o Rio de Janeiro, capital do país há quase 200 anos.

30/05/1956

Acontecem em todo o Distrito Federal, dos subúrbios à zona Sul, manifestações contrárias ao aumento da passagem dos bondes. O movimento estudantil toma parte nos protestos e algumas das principais ruas e avenidas da cidade são bloqueadas. Os alunos da Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal também aderem ao movimento e impedem a passagem de veículos pela Rua do Catete, em frente à sede da Faculdade. Em represália, a polícia investe contra os manifestantes com violência, chegando, inclusive, a invadir as dependências da faculdade, fato que a Congregação da Faculdade de Direito repudiaria em nota pública.

“Houve uma certa ocasião em que a polícia invadiu a faculdade e chegou a ser violenta. Eu aí já não era mais o presidente do Diretório, mas sim o Nelson Trad, depois deputado federal eminente. Tinha até uma placa lá no Catete que eu não sei se conservaram, e fala neste episódio, em que a polícia invadiu a Faculdade. Houve uma luta intensa.” (Ricardo Cesar Pereira Lira — ex-aluno, ex-diretor e professor emérito da Faculdade de Direito da UERJ)

Ata nº 330. Aos quatro dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e seis, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal, sob a presidência do Senhor Diretor, Professor Oscar Furgoso. Compareceram os Senhores Professores José Pereira Lira, José Carlos de Mattos Pinheiro, Roberto Lyra, Edgard Fausto e Honório. Aberto os trabalhos, o Sr. Diretor determinou a leitura da ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. Prosseguiu-se, declarando que compareceu o Conselho para tomar conhecimento dos fatos ocorridos na noite do dia 30 de maio próximo passado, quando, além de ter invadido o recinto da Faculdade, utilizando as agressões praticadas no meio

Registro do confronto entre policiais e estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal (UDF), ocorrido no dia 30 de maio de 1956, que resultou na agressão e prisão de alunos e na invasão da sede da faculdade. Os estudantes do curso de Direito da UDF, assim como os de grande parte das instituições de ensino superior da cidade, participaram intensamente das manifestações contrárias ao aumento da tarifa dos bondes (então principal meio de transporte da Capital Federal), paralisando o tráfego de veículos em diversas ruas e avenidas, de Cascadura ao Flamengo. Em represália, a polícia reprimiu duramente as manifestações, agredindo estudantes, jornalistas, parlamentares e demais pessoas que participavam dos protestos.

bem assim deliberar sobre a posição do corpo docente em face dos acontecimentos. Seguiu-se com o palestrante o acadêmico Nelson Trad, presidente do C.T.A.C., declarando que a paralisação dos bondes devia pacificamente andar às 18.30 horas. Além de comícios e estudantes improvisaram danças e jogos, com o apoio e aplauso de populares. Cerca das 23 horas, quando regressava da U.N.E. com a ordem de fazer subir a paralisação, foi surpreendido com o aparecimento de tropas policiais, que iniciados de canetes pararam a ultrapassar os estudantes. Porém os estudantes obrigados no recinto da Faculdade e suspensas por uma minute quando o portão foi atacado por um grupo da Polícia Especial, fazendo uso de granadas de gás lacrimogêneo. Tentou parlamentar com os policiais, sendo recebido a golpes de canetes, já no corredor da Faculdade. Sendo a Faculdade privada, telefonou para o Diretor, alguns professores e parlamentares. Todos abandonaram por um apelo e da ação conjunta por eles empreendida conseguiram os alunos deixar o recinto da Faculdade. Finalizou solicitando o apoio do corpo docente no dia-gravo de que se fazia necessário o corpo docente, injustamente agredido e ofendido quando protestava contra o aumento das passagens de bondes; proibido onde não havia intervenção dos grupos acadêmicos ou políticos. Solicitava ainda uma nota



O jornal O Globo, de 31 de maio de 1956, noticiou com alarde as manifestações estudantis contrárias ao aumento da passagem dos bondes na cidade do Rio de Janeiro. Os alunos da Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal também tomaram parte nos protestos, impedindo a passagem dos veículos na Rua do Catete, em frente à sede da Faculdade. Em represália, a polícia investiu contra os manifestantes com violência. No dia 30 de maio daquele ano, a Polícia do Distrito Federal lançou-se contra os estudantes da Faculdade de Direito da UDF, chegando, inclusive, a invadir as dependências da Faculdade, fato que foi motivo de nota de repúdio do corpo docente da instituição.



"A Faculdade de Direito do Rio de Janeiro também foi atacada pela Rádio-Patrolha e pela PE, a bombas de gás. Houve, a seguir, escaramuças entre a polícia, os estudantes e populares. Os acontecimentos estenderam-se pelas ruas adjacentes, como Correia Dutra e Buarque de Macedo. Ouvia-se disparos, de instante a instante. E feridos surgiam pedindo socorro. A confusão aumentava enquanto chegavam reforços policiais, e até às 24 horas, a situação achava-se bem grave." O Globo, de 31 de maio de 1956.

1956

A Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal passa a oferecer, além do bacharelado, cursos de pós-graduação, com duração de dois anos, em algumas áreas do Direito.

“Fiz o meu concurso para a livre docência na nossa faculdade em 1957, com uma tese sobre adoção, que necessitava ser atualizada, pois havia uma legislação antiga que se tornara obsoleta, e a idéia fundamental do meu trabalho foi a de que nós precisávamos reformular a adoção, o que aconteceu logo em seguida com a nova lei que tratou do assunto. Na época, já era docente na Faculdade de Direito de Niterói e já tinha feito o meu doutorado na Faculdade Nacional de Direito.” (Arnoldo Wald – Professor Catedrático da Faculdade de Direito da UERJ, Advogado e parecerista, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ex-integrante do Conselho Monetário Nacional, membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Presidente do Grupo Brasileiro da Association Henri Capitant)

“Nunca parei de estudar. Quando soube, pelo Mário Cezar da Silva, que a Faculdade ia criar o curso de doutorado, interessei-me imediatamente. Para ser admitido exigia-se média mínima geral no curso de bacharelado ou, então, submeter-se a uma prova”. E eu tinha média suficiente e não necessitava submeter-me a provas. Formado em 51, em 56 eu volto à faculdade para iniciar o curso de doutorado de dois anos de duração. A seção na qual me inscrevi, direito público, tinha por professores Edgar Sanches, de Filosofia do Direito; Baleeiro, que sempre foi de finanças, lecionava Economia Política; Afonso Arinos, Direito Público Comparado; Oscar Tenório, Direito Internacional Público.” (Célio de Oliveira Borja – ex-aluno da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Ministro da Justiça, ex-presidente da Câmara dos Deputados e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal)

Defesa de tese de livre-docência do professor Arnoldo Wald, na Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal, em 1957.





Defesa de tese de livre-docência do professor Arnaldo Wald, na Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal, em 1957. Da esquerda para a direita, a banca: os professores Oscar da Cunha (2º), Hamilton Moraes e Barros (4º), Fernandes Pinheiro (5º), Ary Franco, Roberto Lyra, Junqueira Alves, Matos Peixoto, José Pereira Lira e Paulino Neto, além do secretário da Faculdade, Mário César de Freitas.

1956

O presidente Juscelino Kubitschek cria o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), para impulsionar a implantação de um parque industrial automobilístico no Brasil. Em Santa Bárbara d'Oeste, interior do estado de São Paulo, a Indústria Romi, de maquinário agrícola, produz um pequeno veículo motorizado: o Romi-Isetta, o primeiro carro fabricado no país. Até o fim da década, iriam instalar-se em São Paulo as alemãs Mercedes-Benz e Volkswagen e a norte-americana Ford.

Os formandos da Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal (UDF) rompem a tradição acadêmica e elegem pela primeira vez um patrono de turma “vivo”: o escolhido é Roberto Lyra, professor catedrático de Direito Penal.

O diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal, o professor Ary Franco, é indicado pelo presidente da República em exercício, Nereu Ramos, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), última instância da justiça no país.

O mineiro João Guimarães Rosa publica Grande Sertão: Veredas, obra que focaliza, numa nova dimensão repleta de lirismo, o ambiente e a gente rude do interior das Minas Gerais.

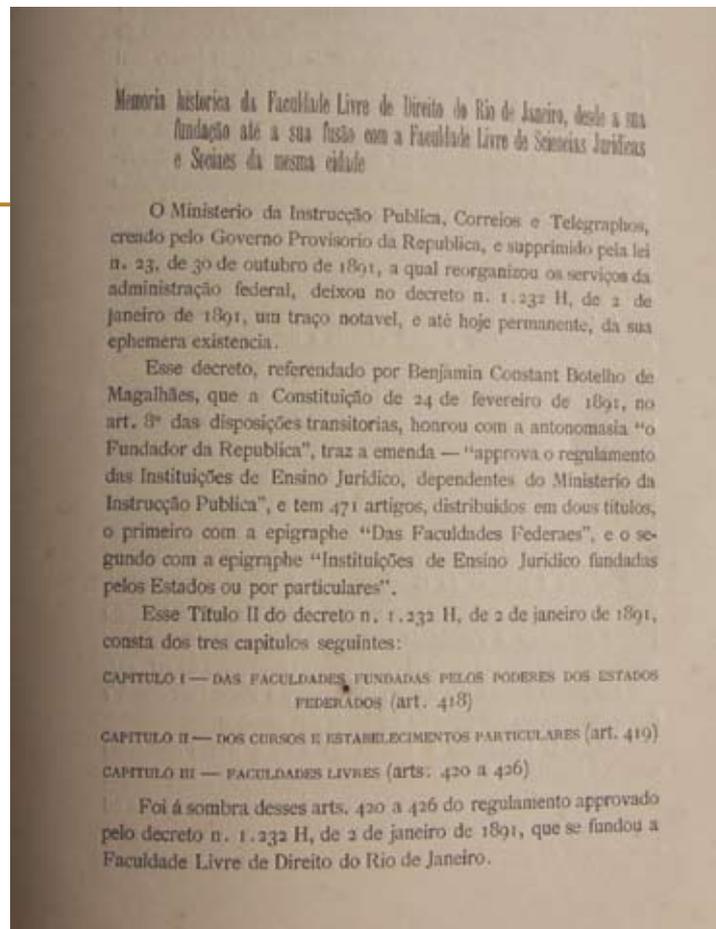
Março/1957

É lançado o edital do concurso público para a escolha do plano piloto de Brasília, a nova capital federal, que será erguida em uma área demarcada no Estado de Goiás. O arquiteto e urbanista Lúcio Costa é o autor do projeto vencedor.

1957

Falece um dos fundadores da Faculdade de Direito da UDF, o professor Luiz Carpenter, natural de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Primeira página do artigo “Memória Histórica da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, desde sua fundação até sua fusão com a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais da mesma cidade”, publicado na Revista da Universidade do Rio de Janeiro, pelo professor Luiz Frederico Carpenter, que anos mais tarde viria a ser um dos membros fundadores da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. 1926.



1957

A União Russa Socialista Soviética (URSS) lança o primeiro satélite espacial, o “Sputnik”. Aumenta a disputa entre os soviéticos e os norte-americanos pela hegemonia tecnológica mundial.

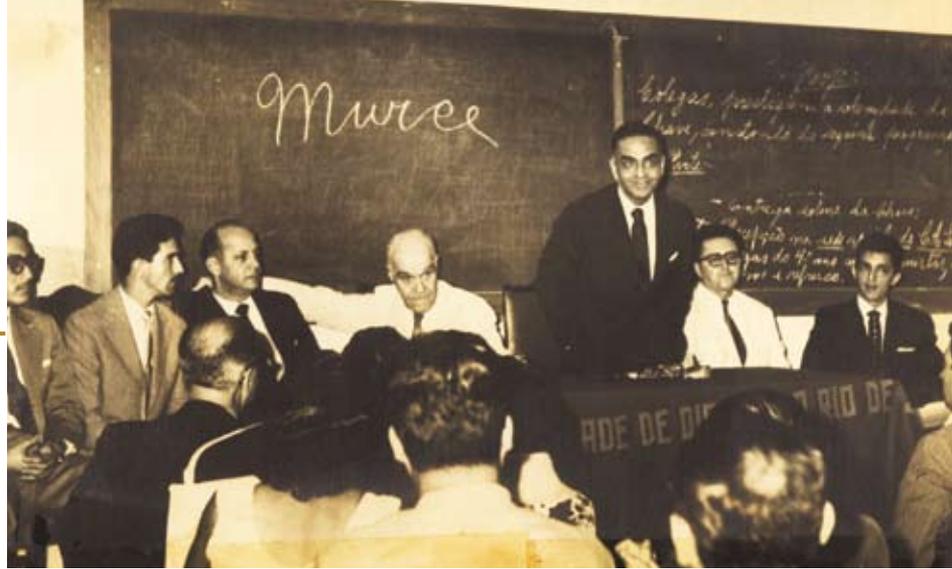
1958

É inaugurado no Rio de Janeiro o prédio do Museu de Arte Moderna (MAM), projetado pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy e construído sobre uma área aterrada da baía de Guanabara.

Junho/1958

De acordo com a Lei Municipal nº 909, a Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal, acompanhando mudanças na própria universidade, passa a se chamar Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro.

Palestra do professor Nélío Reis na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. 1959.



1958

Surge na zona Sul carioca a Bossa Nova, um novo estilo musical. O ritmo é definido como uma nova forma de tocar samba, com influência do Jazz norte-americano, valorizando letras com temas leves, descontraídos, e o cantar-falado, que contrasta com as “grandes” vozes da música brasileira do momento.

“Fui criado no Leblon. O Leblon naquela época era uma maravilha. Eu digo que o Havaí era aqui. A praia do Leblon, a praia de Ipanema, só tinham casas praticamente. Os prédios eram aqueles prédios antigos, baixos, sem elevador. Nós morávamos numa casa na rua General San Martin.” (Carlos Roberto Siqueira Castro – ex-aluno e professor titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, ex-procurador chefe da Procuradoria Geral da República no Estado do Rio de Janeiro, ex-assessor especial da Assembléia Nacional Constituinte, ex-secretário de Estado e chefe de Gabinete Civil do governo do Estado do Rio de Janeiro, advogado e sócio do escritório Siqueira Castro Advogados)

A seleção brasileira de futebol é campeã, pela primeira vez, na Copa do Mundo da Suécia.

Janeiro/1959

Guerrilheiros cubanos, liderados por Fidel Castro, tomam Havana, pondo fim à ditadura de Fulgêncio Batista. Instala-se em Cuba um governo revolucionário que iria alinhar-se à URSS em 1961.

Julho/1959

Começa a funcionar a ponte aérea Rio-São Paulo, com vôos regulares operados pelas companhias Varig, Vasp e Cruzeiro do Sul. As aeronaves, modelos Convair e Scandia, decolam de Congonhas ou do Santos Dumont com intervalos de 60 minutos.

Dezembro/1959

É criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com o objetivo de promover e coordenar políticas públicas para o desenvolvimento da região.



Década de 60



21/04/1960

É inaugurada Brasília, a nova Capital Federal, concebida no traço arrojado de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer e erguida por dezenas de mãos nordestinas. As obras demoraram aproximadamente três anos e meio e custaram o equivalente a 2,3 % do Produto Nacional Bruto (PNB).

O Presidente Juscelino Kubitschek encaminha ao Congresso Nacional a proposta de criação da Universidade de Brasília.

Abril/1960

Com a perda da condição de capital federal, o município do Rio de Janeiro é transformado em Estado da Guanabara. José Sette Câmara Filho, indicado pelo presidente da República, assume interinamente o governo do novo estado até as realizações das eleições diretas, em outubro.

“Em 1962, abriu-se aqui, no então Estado da Guanabara, o primeiro concurso para procurador do estado, que era um cargo, na época, considerado muito bom. De fato, era bom. E, até então, as vagas eram preenchidas por critérios políticos. Era indicação de alguém. O cargo de procurador do estado, dizem, até foi objeto de um presente de casamento a um advogado que havia se formado recentemente; ia se casar e recebeu esse cargo de presente. O Distrito Federal, que era sede do governo, transformou-se em Estado da Guanabara. O primeiro governador eleito foi Carlos Lacerda, que foi quem instituiu o sistema de concurso para provimento dos cargos de procurador do estado. Fiz o concurso e tive a sorte de ser classificado em 1º lugar. Ingressei na Procuradoria do Estado, onde trabalhei cerca de 15 anos, com muito gosto. Era um órgão de muito bom nível, porque se passou a entrar só por concurso; salvo alguns, que remanesceram do sistema anterior, a grande maioria dos procuradores do Estado era formada por pessoas concursadas. E o concurso era sério, muito sério. De modo que o nível era alto. Trabalhava-se bastante, mas o ambiente era bom. E posso dizer que o quadro de procuradores era de excelente qualidade. O doutor Arnoldo Wald, por exemplo, foi aprovado no mesmo concurso que eu, ingressamos juntos na Procuradoria do Estado.” (José Carlos Barbosa Moreira — Professor Titular de Direito Processual da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro)

Outubro/1960

Acontecem as eleições mais concorridas da história republicana brasileira: são eleitos presidente e vice-presidente Jânio Quadros (UDN) e João Goulart (PTB). O primeiro havia sido governador de São Paulo, e o segundo havia sido ministro do Trabalho no segundo Governo Vargas. O jornalista e líder da UDN Carlos Lacerda é eleito governador do Estado da Guanabara.

1960



Certificado do curso de filosofia contemporânea promovido pelo Centro Acadêmico Luiz Carpenter em maio de 1960.

O filósofo francês Jean-Paul Sartre publica *Crítica da Razão Dialética*, ensaio que articula o Materialismo Histórico e Existencialismo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga os dados obtidos no último censo geral: o país inicia a década com 70 milhões de habitantes, sendo 39,5% de analfabetos. O parque industrial se expande, e pela primeira vez a indústria de bens de produção supera a de bens de consumo. O Produto Interno Bruto (PNB) cresceu no ano anterior 9,8%. Existem 5.775.246 alunos matriculados na rede do ensino primário, 868.178 no ensino médio, 93.202 no ensino superior e 2.489 nos cursos de pós-graduação. Menos de 15% da população estudantil do ensino primário passa ao ensino médio; quase 2% da rede primária chega ao ensino superior e apenas 0,5% à pós-graduação.

Março/1961

John Kennedy, presidente dos Estados Unidos, lança a “Aliança para o Progresso”, um plano de auxílio econômico aos países latino-americanos, cujo principal objetivo é contrabalançar o avanço comunista no continente.

“Nos anos 60, o presidente Kennedy criou a Aliança para o Progresso que, na realidade, decorreu em parte de uma iniciativa brasileira para uma retomada do diálogo entre os dois países, num momento em que o presidente João Goulart e os EUA não tinham uma grande facilidade de comunicação. Dois homens tentaram naquela ocasião montar essa reaproximação: Roberto Campos e San Tiago Dantas. Propuseram que se encontrasse uma idéia para reunir os países da América Latina, sem que isto tivesse um caráter neo-colonialista. Foi então que Kennedy lançou a Aliança para o Progresso, montada com a idéia de financiar o desenvolvimento dos países da América Latina, em várias formas distintas. San Tiago Dantas, quando Ministro da Fazenda, indicou Paulo Nogueira Batista, que depois foi embaixador, para tratar da Aliança para o Progresso e me pediu para fazer a parte jurídica dos primeiros acordos internacionais entre os Estados Unidos e o Brasil. Para tanto, eram necessários pareceres sustentando a possibilidade de submissão à jurisdição norte-americana dos contratos feitos entre a Aliança para o Progresso e o Brasil. Isto é, o Brasil deveria aceitar, nestes contratos, a jurisdição americana porque os EUA queriam ter certeza que os fundos seriam empregados de modo adequado, sem intervenção política”. (Arnoldo Wald – Professor Catedrático da Faculdade de Direito da UERJ, Advogado e parecerista, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ex-integrante do Conselho Monetário Nacional, membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Presidente do Grupo Brasileiro da Association Henri Capitant)

Abril/1961

O astronauta soviético Yuri Gágarin é o primeiro homem a entrar em órbita.

25/08/1961

O Presidente Jânio Quadros, após sete meses de governo, renuncia. Os ministros militares vetam a posse do vice-presidente João Goulart, que está na China, em visita oficial. Abre-se uma grave crise política que divide as Forças Armadas.

07/09/1961

O Congresso vota e aprova a emenda constitucional que institui o regime parlamentarista no país. João Goulart aceita as condições e assume a Presidência da República, tendo como primeiro-ministro Tancredo Neves.

15/12/1961

O presidente da República sanciona a lei que autoriza a criação da Universidade de Brasília (UnB). Na primeira reunião do Conselho Diretor da nova instituição, é eleito reitor o antropólogo Darcy Ribeiro, um dos idealizadores da UnB.

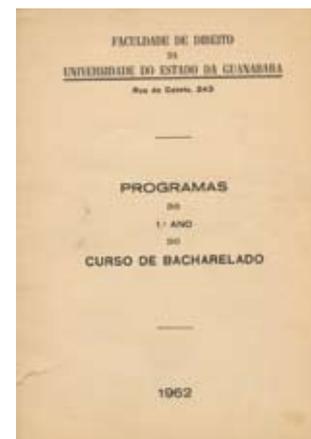
20/12/1961

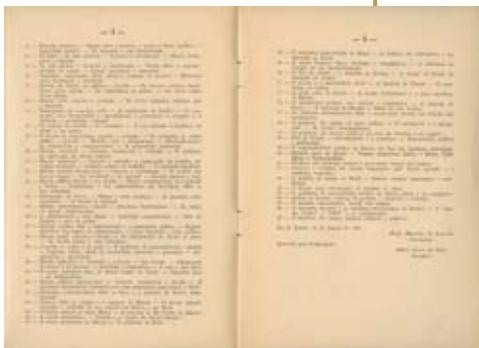
Após intensos e longos debates, é sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), prevista pela Constituição de 1934 e enviada ao Congresso Nacional para votação havia mais de dez anos.

1961

De acordo com a Constituição do Estado da Guanabara, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ) passa a se chamar Universidade do Estado da Guanabara (UEG). A Constituição do novo estado destina à UEG uma subvenção de 2,5 % da arrecadação tributária estadual, de acordo com a proposta do deputado Aliomar Baleeiro (UDN), professor da Faculdade de Direito. Este percentual é superior aos 0,5 % repassados pela administração do antigo Distrito Federal.

*Livro de programas do
1º ano do bacharelado
da Faculdade de Direito
da Universidade do
Estado da Guanabara
(UEG). 1962.*



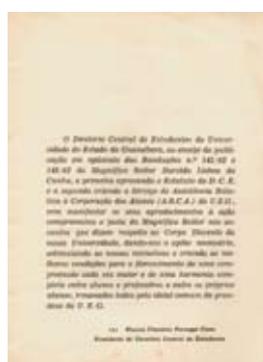


Livro de programas do 1º ano do bacharelado da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Trecho da ementa da disciplina “Introdução à Ciência do Direito”. 1962.



Livro de programas do 1º ano do bacharelado da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (UEG). 1962.

“Lembro-me do primeiro dia de aula na UEG. Não tenho recordação específica de algum sentimento novo, original. Porque antes de lecionar lá, eu lecionei em outras faculdades de Direito, nesse intervalo entre o meu concurso para procurador do Estado, que terminou em 63, e a minha livre docência na UEG, que foi cinco anos depois. Nesse meio tempo, eu lecionei na PUC, lecionei na Faculdade Cândido Mendes. Então, não foi uma estréia propriamente no magistério superior a minha aula na Universidade do Estado da Guanabara. Foi a continuação do que eu já vinha fazendo. Naturalmente, em circunstâncias mais interessantes, porque aí eu tinha um cargo. Não era professor contratado, temporário. Em relação ao perfil dos alunos, a UEG, eu diria que era mais democrática. O corpo discente, na PUC, é, geralmente, de rapazes e moças de classe média alta. Eram pessoas de maior poder aquisitivo. Embora muita gente qualificada se dirigisse à Universidade do Estado da Guanabara, depois UERJ, porque era tido, esse curso, como o melhor curso de graduação em Direito no Rio de Janeiro. A meu ver, merecidamente.” (José Carlos Barbosa Moreira – Professor Titular de Direito Processual da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro)



Estatuto do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade do Estado da Guanabara (UEG). 1963.

Dezembro/1961

O Hospital das Clínicas Pedro Ernesto e a Escola de Enfermeiras, ambos da Secretaria de Saúde da Guanabara, são incorporados à Universidade do Estado da Guanabara (UEG).

1961

O Conselho Universitário da Universidade do Estado da Guanabara cria a Faculdade de Engenharia.

Julho/1962

Com a renúncia de Tancredo Neves, assume como primeiro-ministro Francisco de Paula Brochado da Rocha. Roberto Lyra, professor da Faculdade de Direito da Universidade da Guanabara (UEG), assume o Ministério da Educação. Ele permanece no cargo até setembro, quando todo o Gabinete Brochado da Rocha pede demissão.

1962

É criada a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás), com o objetivo de gerenciar estudos e projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações, destinadas ao suprimento de energia elétrica do país, até então predominantemente sob a responsabilidade de empresas estrangeiras.

Vinícius de Moraes e Tom Jobim compõem Garota de Ipanema, canção que viria a ser uma das mais interpretadas da MPB.

“Olha que coisa mais linda
Mais cheia de graça
É ela menina, que vem e que passa
Num doce balanço a caminho do mar
Moça do corpo dourado
Do sol de Ipanema
O seu balançado é mais que um poema
É a coisa mais linda que já vi passar...”

Janeiro/1963

Um plebiscito nacional aprova o restabelecimento do regime presidencialista no país.

“Diálogo da Crise”, matéria publicado por O Século, jornal do Centro Acadêmico Luiz Carpenter (Calc), sobre a instauração do regime parlamentarista no país e a sua dissolução dois anos depois. Setembro de 1962.



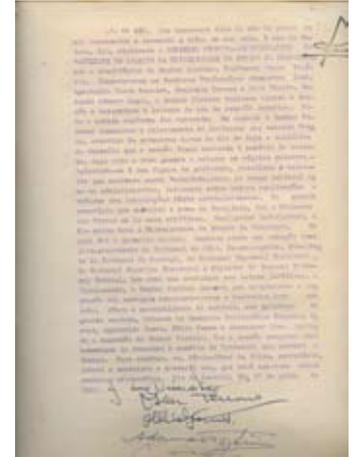
O retorno do professor Roberto Lyra à Faculdade de Direito, após demitir-se do cargo de ministro da Educação, é noticiada por O Século, jornal publicado pelo Centro Acadêmico Luiz Carpenter (Calc). 1962.



Julho/1963

A Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara perde Ary Franco, professor catedrático e ex-diretor dessa instituição.

Registro dos votos de pesar dos integrantes do Conselho Técnico-administrativo da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), pelo falecimento de professor Ary Franco, ex-diretor da faculdade. Livro de atas das reuniões do Conselho Técnico-administrativo, 17 de julho de 1963.



Julho/1963

É aberta a Escola Superior de Desenho Industrial da Guanabara (ESDI). Em 1975, a ESDI seria incorporada à então Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

14/08/1963

A Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (UEG) presta uma homenagem a Roberto Lyra, fundador e catedrático de Direito Penal, batizando a biblioteca da instituição com seu nome. O ato é uma retribuição à generosidade daquele professor, que enriqueceu a biblioteca com mais de cinco mil obras.

Ex Libris da Universidade do Estado da Guanabara (UEG). 1963



“O ambiente da escola era muito simpático. A então chamada Faculdade do Catete não possuía uma estrutura física muito ampla, mas tinha bons mestres e uma excelente convivência entre os professores e entre eles e os alunos. Era uma escola com um espírito quase familiar, até porque não tinha um campus, mas vivia-se muito na casa, o que dava muita alegria às pessoas. Assistíamos também ao diálogo de gerações. Eu participava do Conselho Departamental com Afonso Arinos de Mello Franco, que tinha sido Ministro das Relações Exteriores, com Célio Borja, que viria a ser ministro do Supremo Tribunal Federal, e Aliomar Baleeiro, que ensinava Direito Financeiro, Roberto Lyra e tantos outros. Quando entrei na faculdade, o nosso diretor foi durante muito tempo o Desembargador Oscar Tenório, que teve um papel importante e foi sucedido por Caio Tácito.” (Arnoldo Wald – Professor Catedrático da Faculdade de Direito da UERJ, Advogado e parecerista, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ex-integrante do Conselho Monetário Nacional, membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Presidente do Grupo Brasileiro da Association Henri Capitant)



Inauguração (abaixo) da biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Da esquerda para a direita: professor Oscar Tenório, diretor da Faculdade de Direito; professor Haroldo Lisboa da Cunha, reitor; e professor Roberto Lyra. 14/08/1963.

O professor Roberto Lyra discursa (acima) durante a inauguração da biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), cujo acervo foi enriquecido com os cerca de cinco mil volumes por ele doados. 14/08/1963.



Biblioteca Roberto Lyra, da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Década de 1960.



Professor Arnold Wald, homenageado pela turma de 1966, da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (UEG).

1963

O Centro Acadêmico Luiz Carpenter (Calc), da Faculdade de Direito da Universidade da Guanabara, inaugura o serviço de atendimento jurídico gratuito, criado a partir do convênio firmado entre o Calc e a Procuradoria Geral de Justiça do estado da Guanabara.

“As aulas eram dinâmicas e fazíamos júris simulados de Direito Civil. Essa minha preocupação de preparar os alunos para o exercício da profissão me levou depois, quando fui Procurador Geral da Justiça do Estado da Guanabara, nos anos de 1965 e 1966, a criar o serviço de assistência judiciária nas faculdades de Direito, nas quais os estagiários atendiam os casos de direito civil das pessoas carentes. Há uma fotografia da sessão da criação da justiça gratuita, na nossa faculdade de Direito, em que o Centro Acadêmico Luiz Carpenter firmou um convênio com a procuradoria-geral, criando um centro de assistência judiciária para atender a população do bairro. Por outro lado, cabia ao Centro encaminhar eventualmente aos defensores públicos os casos que deveriam ir à justiça. Havia um defensor público incumbido de organizar este trabalho que fizemos em sete ou oito faculdades. Era o Sergio Andrea Ferreira, que veio a ser professor da Casa e, em seguida, desembargador federal.” (Arnoldo Wald – Professor Catedrático da Faculdade de Direito da UERJ, Advogado e parecerista, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ex-integrante do Conselho Monetário Nacional, membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Presidente do Grupo Brasileiro da Association Henri Capitant)



Fundação do Serviço de Assistência Jurídica Universitária Gratuita (SAJUG) da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (UEG).



Inauguração do serviço de atendimento jurídico gratuito da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara, criado a partir do convênio firmado entre o Centro Acadêmico Luiz Carpenter (Calc) e a Procuradoria Geral de Justiça. Da esquerda para a direita, o presidente do Calc, o professor Arnoldo Wald (de pé), o professor Hélio Gomes, o diretor Oscar Tenório e o professor Nélio Reis (atrás das flores). 1963.

Novembro/1963

O presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, é assassinado em Dallas City, no Texas. Assume o vice, Lyndon Johnson.

1963

A Reitoria da Universidade do Estado da Guanabara (UEG) é instalada no primeiro imóvel adquirido pela universidade, à Travessa Euricles de Matos 17, no bairro de Laranjeiras. Desde sua fundação a Reitoria funcionava nas dependências da Faculdade de Ciências Médicas, à Rua Fonseca Telles, em São Cristóvão.

“Naquele momento a UEG não tinha um campus universitário. Estava espalhada pela cidade do Rio de Janeiro e a reitoria ficava perto da faculdade de Direito, nas Laranjeiras, na rua Ipiranga. É uma ruazinha pequenininha, um prediozinho baixinho. Em frente à reitoria ficava a sede da Tradição, Família e Propriedade. E todas as vezes que nós íamos lá conversar com o reitor, o Oscar Tenório, nós apedrejávamos a TFP, que era também uma posição de firmeza revolucionária.” (Luiz Fernando Couto – ex-aluno, ex-presidente do CALC, Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, Consultor Jurídico de FURNAS)

13/03/1964

Realiza-se no Rio de Janeiro, em frente à estação ferroviária Central do Brasil, o Comício das Reformas, reunindo cerca de 150 mil pessoas, entre membros de entidades sindicais e outras organizações de trabalhadores, servidores públicos civis, militares de baixas patentes e estudantes. Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul e deputado federal pelo PTB carioca, fala à multidão e pede que o presidente abandone “a política de conciliação” e instale “uma Assembléia Constituinte com vistas à criação de um Congresso popular, composto de camponeses, operários, sargentos, oficiais nacionalistas e homens autenticamente populares”. O Presidente, ao lado de sua esposa, a primeira-dama Tereza Goulart, discursa durante uma hora e anuncia o programa das “Reformas de Base”. As repercussões do comício foram imediatas e sentidas em todo o país. A União Democrática Nacional (UDN) e parte do Partido Social Democrático (PSD) pedem o impedimento do presidente. Carlos Lacerda, governador da Guanabara e um dos principais líderes da oposição, declara que o comício foi “um ataque à Constituição e à honra do povo” e o discurso do presidente “subversivo e provocativo”.



Jornal Política Universitária, publicado pelos alunos do Centro Acadêmico Luiz Carpenter (Calc), da Faculdade de Direito do Estado da Guanabara (UEG). Fevereiro de 1964.



“O momento histórico brasileiro”. O jornal do Centro Acadêmico Luiz Carpenter (Calc), da Faculdade de Direito da UEG, registra os debates em torno das reformas de base propostas pelo governo federal. Política Universitária, fevereiro de 1964.

19/03/1964

Acontece em São Paulo uma grande passeata promovida pelo movimento “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, criado por setores conservadores do clero e por entidades femininas, como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) e a União Cívica Feminina, em resposta ao Comício das Reformas, ocorrido no Rio de Janeiro. O principal articulador da marcha, que acontece no dia de São José, o padroeiro da família, é o deputado Antônio Sílvio da Cunha Bueno, apoiado pelo governador de São Paulo Ademar de Barros. Participam do ato cerca de trezentas mil pessoas, entre as quais Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, e o governador Carlos Lacerda.

25/03/1964

Cerca de 2 mil fuzileiros navais e marinheiros se reúnem na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro para comemorarem o segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade considerada ilegal pelo Ministério da Marinha. O grupo também exige a reformulação do regulamento disciplinar da Marinha. O ato, que o próprio ministro da Marinha Sílvio Mota havia proibido, conta com a presença de sindicalistas e líderes estudantis, além do deputado petebista Leonel Brizola e do líder da Revolta dos Marinheiros de 1910, João Cândido. Para debelar o movimento e prender os insurretos, o ministro envia ao local um contingente de fuzileiros navais e solicita o auxílio do I Exército. Os fuzileiros descumprem as ordens superiores e aderem aos revoltosos, permanecendo na sede do sindicato. O fato causa a renúncia do ministro da Marinha e acirra ainda mais as tensões dentro das Forças Armadas.

31/03/1964

O general Olímpio Mourão Filho, da guarnição do exército de Juiz de Fora, subleva-se contra o governo e parte com sua tropa para o Rio de Janeiro. Outras guarnições aderem e o presidente João Goulart perde o apoio político das forças armadas.

01/04/1964

O presidente João Goulart, hospedado no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, recebe a notícia de sua deposição. À tarde, parte para Brasília e de lá para a sua fazenda, no Rio Grande do Sul. À noite, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declara que está vaga a presidência da República. Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara de Deputados, é empossado presidente da República interino.

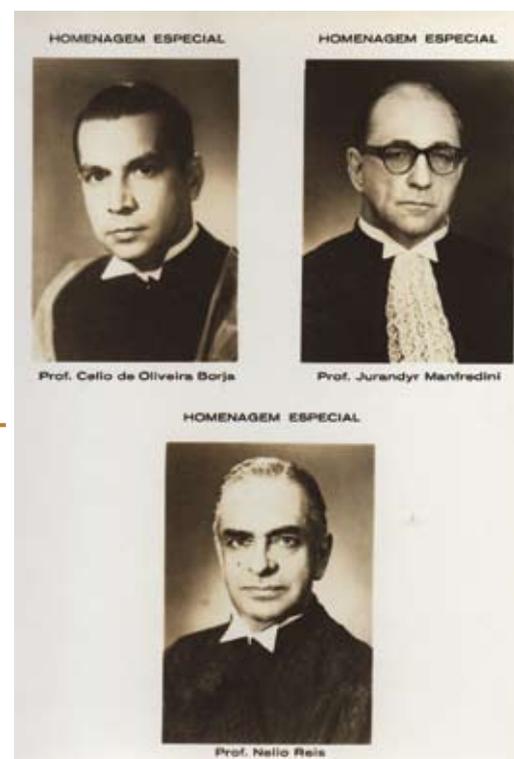
“Se me perguntam, como fazem meus filhos: “Qual é a sua lembrança desse período” ou “Como era naquela época?” Eu digo: “Olha, em 64, eu tinha 16 para 17 anos.” Lembro de sair com a minha mãe para comprar comida, isso é o que eu me lembro”. Na hora que estourou mesmo o movimento de 1964, a minha mãe, dona de casa, disse: “Vamos comprar comida, minha filha”. Para estocar, porque a preocupação é que acabasse a comida. Naquela época, por causa de problema de constantes aumentos de preços, de vez em quando sumia o açúcar, sumia o sal. E ela dizia: “Vamos, vai acabar a comida, como é que eu vou fazer?” E fomos comprar para estocar em casa. As lembranças do período de ditadura são muito estranhas. A sobrevivência era para mim mais importante que a política, acho que talvez para muitas outras pessoas também.” (Heloísa Helena Gomes Barboza – ex-aluna e professora titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da UERJ)

“Lembro-me que nesse particular tivemos até duas situações que merecem ser evocadas. Fui parainfo em 1963 e em 1964. Em 1963, era presidente João Goulart, e em 1964 tinha havido a revolução. Fui eleito parainfo, em turmas de faculdades distintas, em dois anos seguidos, e posteriormente tive a curiosidade de comparar os meus dois discursos. Achei que, na realidade, não tinha variado no estilo e no conteúdo, enquanto alguns colegas nossos tinham mudado de posição nesses doze meses.” (Arnoldo Wald – Professor Catedrático da Faculdade de Direito da UERJ, Advogado e parecerista, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ex-integrante do Conselho Monetário Nacional, membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Presidente do Grupo Brasileiro da Association Henri Capitant)

09/04/1964

É baixado o Ato Institucional nº 1, expandindo os poderes do executivo e limitando o Judiciário e o Legislativo. Dá poder ao presidente da República de cassar mandatos políticos por uma década e de demitir funcionários públicos civis e militares. Imediatamente 40 mandatos são cassados. O presidente deposto João Goulart asila-se no Uruguai com familiares e alguns aliados políticos.

“Eu nunca fui socialista. Nunca fui de direita. E nunca fui de esquerda. Sempre fui o que poderia se chamar um liberal-clássico. Sou velho liberal. Liberal-velho. As velhas idéias... As velhas idéias que fundaram a democracia moderna. E sempre faltou à faculdade uma certa benevolência para com os que não pensam como pensa a maioria. Portanto, para efeito de premiar, como de castigar, de preterir, de avançar, eu acho que o que ela deve cultivar é a memória. Para não esquecer, não esquecer determinadas coisas. Eu por exemplo, jamais esquecerei que sendo deputado e líder da UDN, na Assembléia Legislativa em 1964, tive que dizer aos vitoriosos do dia que se tentassem invadir a faculdade teriam que bater no líder da UDN, que estaria na primeira fila, junto ao portão. Não houve invasão.” (Célio de Oliveira Borja – ex-aluno da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Ministro da Justiça, ex-presidente da Câmara dos Deputados e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal)



Os professores Célio de Oliveira Borja, Jurandyr Manfredini e Nêlio Reis, homenageados pelos formandos de 1966 da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara.

“Eu fui trabalhar na Livraria Freitas Bastos. Lá eu trabalhei algum tempo e inclusive o Lima, que é o atual dono da Renovar, trabalhou lá nessa época. Então, eu encontrei com um colega meu de ginásio e de tiro de guerra em Belém, eu o encontrei aqui no Rio, o Manuel. Ele era tão importante que a gente chamava ele de Mané Mané. Todo mundo conhecia o Mané Mané. Ele veio para cá como franco atirador e aqui chegou até a se formar em Direito. Ele vendia livros na porta do fórum e me convidou para o ajudar na venda dos livros com ele lá. Isso já era na década de 1960. Na época em que a Constituição de manhã tinha um teor e de tarde tinha outro. A Revolução alterava tudo e então eu vendia aqueles folhetos na porta do fórum e ganhava um dinheiro muito, mas muito bom. Era a Constituição, eram as alterações da Constituição. O Mané Mané mesmo mandava imprimir. Ele recebia o material e então tirava aqueles folhetos pequenininhos e vendia aquilo ali a dois cruzeiros, o dinheiro da época.” (Antenor Barbosa dos Santos – Livreiro da Faculdade de Direito da UERJ)

11/04/1964

O general Castelo Branco é eleito presidente da República pelo Congresso Nacional, prometendo convocar eleições diretas para presidente e para governadores no fim de 1965. Contudo, em julho de 1964, o Congresso aprovaria a prorrogação do mandato do presidente até 15 de março de 1967.

Outubro/1964

É declarada ilegal a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Novembro/1964

Sancionada a Lei nº 4.464, conhecida como *Lei Suplicy*, proibindo atividades políticas estudantis e legalizando a intervenção nas universidades.

“O comecinho de 1965 foi complicado. Não tinha essa censura. O que aconteceu de importante nessa época foi a invasão do Centro Acadêmico pelas Forças Armadas. Então, as Forças Armadas quebraram, botaram todos os meus livros no chão, dinheiro, tudo o que eu tinha ali. Não me levaram um níquel. Tinha até jóia dentro da gaveta. Nada. Mas pisaram por cima de tudo, essa coisa toda. Quer dizer, roubar não. Porque eu, inclusive, como falei, fazia farra toda noite com o pessoal do Centro Acadêmico. O Centro Acadêmico todo ele era de esquerda.” (Antenor Barbosa dos Santos – Livreiro da Faculdade de Direito da UERJ)

“Tem uma parte aqui muito interessante, o que chamei de situação especial”. Isso ficou como uma lembrança muito forte. Estávamos em plena ditadura, época de repressão muito pesada. Vivia sob um aspecto político... na verdade, uma vida muito esquizofrênica. Porque eu estudava Direito na UEG, no Catete, onde tinha o CALC, que era tão ativo quanto o CACO. Talvez o CACO, historicamente, seja muito mais representativo, mas o CALC sempre foi um centro acadêmico muito atuante. Havia um detalhe pessoal: eu era casada com um militar da aeronáutica e morava dentro do Campo dos Afonsos, onde funcionava a Escola de Aeronáutica, em Marechal Hermes, longe mesmo do Catete. E tinha um medo horroroso, porque na minha vida, como mulher de oficial da Aeronáutica, todo mundo me achava meio cor-de-rosa. Diziam: “Ah, você tem umas idéias, você é meio cor-de-rosa”. Vivia no meio do pessoal “revolucionário” – contrários à tortura até onde eu soube, graças a Deus, se não ficaria difícil conviver – mas era o pessoal da “situação”. Meu marido, na época, que era tenente. Nós éramos jovens, eu tinha 20 e poucos anos, queria melhorar de vida, quase não falava nada. Mas eles sabiam que eu estudava Direito: “Ah, você tem umas idéias muito cor-de-rosa”. Para não dizer que era vermelha, porque se fossem idéias vermelhas, eu já estaria no grupo de risco, digamos assim. Na Faculdade, penso que poucas pessoas também sabiam que eu era casada com um militar, até porque não era politicamente correto ser casada com um militar. Havia muita preocupação porque a gente sabia que tinha repressão, que tinha gente infiltrada do DOPS. De vez em quando desapareciam pessoas, sumiam um tempo, tinha aquele murmúrio de repressão velada dentro da Faculdade. O fato é que a gente não se reunia, não se sentia à vontade, por exemplo, como aqui na UERJ hoje, onde os estudantes sentam para tomar um café e tal. Até porque tinha o famoso decreto que proibia a reunião de não sei mais de quantos estudantes. Isso era um fato. E como a gente sabia que o negócio funcionava, havia um clima de medo, pelo menos para mim, que podia ser considerada dedo-duro por alguém que não me conhecesse bem.” (Heloísa Helena Gomes Barboza – ex-aluna e professora titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da UERJ)

Dezembro/1964

O pastor Martin Luther King Jr. ganha o Prêmio Nobel da Paz, em reconhecimento por sua luta pelo fim da discriminação racial nos Estados Unidos.

1964

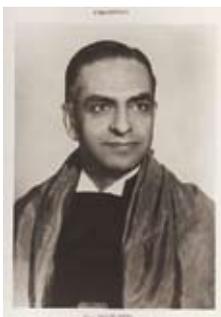
São criadas duas instituições financeiras estatais no país: o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Banco Central. O primeiro com a função de viabilizar a implementação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Financeiro do Saneamento (SFS), a partir da gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e o segundo com a função de assumir a “autoridade monetária” e financeira nacional, até então exercida pela Sumoc, Banco do Brasil e Tesouro Nacional.



Convite de formatura da turma “professor Ebert Chamoun”, de 1964, da Faculdade de Direito da UEG.



Álbum de de formatura da turma “Professor Ebert Chamoun”, de 1964, da Faculdade de Direito da UEG. O patrono da turma, professor Ebert Chamoun.



Professor Nélio Reis, o paraninfo dos formandos de 1964.

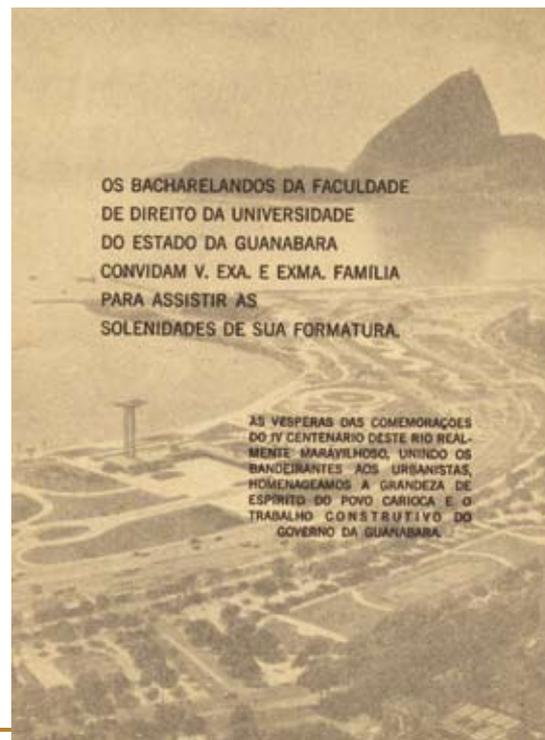


Os professores homenageados pela turma “Professor Ebert Chamoun”.

Convite de formatura da turma “professor Ebert Chamoun”, de 1964, da Faculdade de Direito da UEG. Ornamenta o convite uma vista do parque Brigadeiro Eduardo Gomes, conhecido como Aterro do Flamengo, uma das principais obras das comemorações do IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro.

1964

É inaugurado na Guanabara o Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, popularmente conhecido como Aterro do Flamengo. Para a construção do parque foi aterrada, com entulho proveniente do desmonte do morro de Santo Antônio, a enseada do Flamengo, formando uma vasta área ajardinada, com largas avenidas para veículos. O moderno projeto paisagístico do parque é de Roberto Burle Marx. A inauguração do Aterro do Flamengo abre as comemorações do IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro.



Setembro/1965

É inaugurado pelo governador Carlos Lacerda o Museu da Imagem e do Som (MIS). A sede da nova instituição será o antigo pavilhão do Distrito Federal, na Praça XV de Novembro, erguido para as comemorações do centenário da independência, em 1922.

Outubro/1965

O embaixador Negrão de Lima é eleito governador do Estado da Guanabara. O presidente Castelo Branco outorga o Ato Institucional nº 2, extinguindo os partidos políticos e tornando indiretas as eleições para presidente. São criados os partidos Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Nacional (MDB).

Novembro/1965

Aliomar Baleeiro, professor da Faculdade de Direito da UEG e ex-deputado federal (UDN), é indicado pelo presidente Castelo Branco para o Supremo Tribunal Federal (STF).

1965

Vai ao ar a TV Globo.

O célebre livreiro da Faculdade de Direito da UEG, Uri Zwerling, muito querido entre professores e alunos, falece durante uma viagem a Israel, sua terra natal. Um novo livreiro o substitui na faculdade: é o paraense Antenor Barbosa dos Santos, ex-timoneiro do Clube de Regatas Flamengo, carinhosamente conhecido pelos alunos como “Barbosinha”.

A equipe do Clube de Regatas Flamengo no Campeonato Estadual de Remo na Lagoa Rodrigo de Freitas, em dezembro de 1953. Em pé, como timoneiro, Antenor Barbosa



“Foi em dezembro de 1964. Eu comecei a vender livro e fui praticamente admitido. Não teve comodato, não teve processo nenhum, foi verbal, no Centro Acadêmico da Faculdade de Direito pelo então diretor, presidente do Centro Acadêmico, Sérgio Motta, que vinha substituindo o Vivaldo Barbosa, esse que foi deputado, grande amigo meu. Então, eu passei a ser livreiro da UEG em substituição ao Uri, grande Uri, que trabalhou também 40 anos na UEG. Ele foi para Israel e lá em Israel parece que teve um problema e morreu. Pessoalmente, não conheci. Só de nome. Então, eu fiquei efetivo porque ele morreu e não voltava mais. Então, aí é o meu princípio na UEG. Comecei em janeiro, dia 5 de janeiro de 1965.” (Antenor Barbosa dos Santos – Livreiro da Faculdade de Direito da UERJ)

“A minha livraria era freqüentada por vendedores de todas as livrarias. Eu era considerado um comprador número 1. Eu comprava 100 livros de uma só vez. O meu espaço lá no Catete era mais ou menos como esse aqui na UERJ. Era amplo, muito amplo. Eu botava os livros sobre a mesa. Todos os dias eu arrumava. Não tinha furto. Eu tinha um slogan: “diálogo dá crédito”. O aluno chegava lá e dizia: “Barbosinha, eu quero tal livro”. Eu dizia: “Não tem problema”. Eu perguntava: “Qual o teu nome?” Eu anotava o nome neste meu caderno. “Qual é o teu período?”. Não, era série naquela época, era ano. Eu botava o nome, “qual o livro que tu queres?” Somava, dava X. “Vai dar quanto agora?” Ele dizia: “Eu não posso dar nada”. “Não tem problema. Pega o livro.” Na base da confiança. Era uma família. Eu sabia onde eles moravam. Eu sabia tudo. Por causa das festinhas, quase que diariamente. Acabava a aula e ia para o chopp lá no Lamas.” (Antenor Barbosa dos Santos – Livreiro da Faculdade de Direito da UERJ)

“Lá no Lamas a conversa sempre foi a mesma. Era política. Muita política. Futebol. Namoro. Eu era o cupido. Eu era o ponto de encontro. Chegava a dona lá no meu canto na livraria e dizia: “Pô, Barbosinha”. “O que houve? Brigou com o fulano?”. “Briguei”. “Deixa comigo”. Quando ele chegava eu falava... Eu ajeitava a coisa... Não havia um casamento na época que eu não fosse convidado.” (Antenor Barbosa dos Santos – Livreiro da Faculdade de Direito da UERJ)

Uma confraternização da direção do Centro Acadêmico Luiz Carpenter (Calc), da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), no Café Lamas, restaurante tradicional da boemia carioca. Da esquerda para a direita, entre outros, os alunos: Álvaro Frazão, vice-presidente do Calc (1°); Rui Sales (6°); Camilo Pinheiro (7°); Marina Germano (9°); Sérgio Mota, presidente do Calc (com o livro na cabeça, 10°); Abigail Paranhos (em pé, 11°); Marcelo Cruz (em pé, 12°); e Antenor Barbosa (17°). 1965.



“O livreiro chorou ao ler a carta de Humberto de Campos”: matéria publicada pelo jornal Tribuna da Imprensa sobre Uri Zwerling, livreiro da Faculdade de Direito. 1955.

1965

“Arrastão”, canção de Vinícius de Moraes e Edu Lobo, interpretada pela jovem cantora Elis Regina, vence o I Festival de Música Popular Brasileira, na TV Excelsior.

Fevereiro/1966

Novo Ato Institucional baixado pela Presidência da República cria o bipartidarismo no país e estabelece eleições indiretas para governadores.

1966

É criado o Centro de Estudos e Pesquisas do Direito (CEPED), programa de pós-graduação vinculado à Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. O curso, que conta com o apoio do professor Mário Henrique Simonsen e o financiamento da Agência de Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos e da Fundação Ford, funcionará no prédio da Fundação Getúlio Vargas. Dirigido pelo professor Caio Tácito Sá Vianna Pereira de Vasconcellos, o objetivo do CEPED será promover pesquisas na área de direito empresarial, ainda muito incipiente nos estudos jurídicos brasileiros.

“Foi na ocasião em que trabalhei com a parte jurídica dos primeiros acordos internacionais entre os Estados Unidos e o Brasil que conheci os consultores da Aliança para o Progresso. Um dos advogados, David Trubek, hoje professor na Universidade de Wisconsin, conversou comigo sobre as relações entre a common law e o Direito brasileiro. Tratamos também do ensino jurídico. Num almoço que tivemos no antigo Jockey Club do Rio de Janeiro, em 1964 ou 1965, ele me disse: “Acho que consigo, da Fundação Ford e da Aliança para o Progresso, recursos para fazer alguma coisa no campo jurídico. E gostaria de encontrar alguém que pudesse assumir a gestão de um projeto nas faculdades brasileiras com espírito inovador e a possibilidade de nos dar o apoio do qual necessitamos.” Respondi-lhe que achava que poderíamos conversar com o professor Caio Tácito, que era diretor da nossa faculdade. Trubek considerava que a área jurídica estava muito fechada em si mesma

e que precisaríamos também agregar alguns economistas. Eu estava, na ocasião, escrevendo um livro, com Mário Henrique Simonsen e Julian Chacel, sobre correção monetária e aventei a hipótese de conversarmos com o Mário Henrique, que estava na Fundação Getúlio Vargas. Juntar-se-ia a Faculdade e a Fundação. Minha idéia, pessoalmente, era fazer o CEPED na faculdade, com a colaboração dos economistas da Fundação Getúlio Vargas, mas Caio Tácito nos ponderou que se fizéssemos o Centro na faculdade, teríamos muita resistência de alguns dos nossos colegas, que nem sempre tinham a nossa compreensão a respeito da matéria. Ele se referia à uma visão do ensino jurídico que desse maior importância, ao lado das aulas, aos trabalhos práticos, ao estudo da jurisprudência, ao fato econômico, à realidade social do país.” (Arnoldo Wald – Professor Catedrático da Faculdade de Direito da UERJ, Advogado e parecerista, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ex-integrante do Conselho Monetário Nacional, membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Presidente do Grupo Brasileiro da Association Henri Capitant)

Lembranças do “Velho Casarão do Catete”: folha de assinaturas dos formandos de 1966. Entre eles, o compositor Paulo Sérgio Valle, irmão do também compositor Marcos Valle.



1966

O jornalista, escritor e humorista Sérgio Porto, sob o pseudônimo Stanislaw Ponte Preta, publica o primeiro Febeapá (Festival de besteira que assola o país), satirizando a conjuntura política e social do país.

Janeiro/1967

É promulgada uma nova Constituição.

Março/1967

O general Costa e Silva, eleito pelo Congresso Nacional, é empossado presidente da República.

1967

Lançado o Movimento Tropicalista. À frente do movimento cultural, os compositores Caetano Veloso, Gilberto Gil e Tom Zé.

Os professores Edgard Sanches e José Carlos de Matos Peixoto, fundadores da Faculdade de Direito, recebem do Conselho Universitário da UEG o título de “Professores Eméritos”.

O longa metragem Terra em Transe, de Glauber Rocha, com Paulo Autran, Jardel Filho, Danusa Leão e Glauce Rocha, é premiado no Festival de Cannes, na França.

Março/1968

O estudante Edson Luís de Lima Souto é assassinado por soldados da Polícia Militar, durante uma manifestação pela reabertura do restaurante universitário da Ponta do Calabouço, no centro do Rio de Janeiro. O enterro do estudante torna-se uma grande manifestação de protesto contra a repressão promovida pelo governo. Acontecem em várias capitais inúmeras passeatas estudantis e o ministro da Justiça, Gama e Silva, determina a proibição das manifestações e solicita às forças policiais da Guanabara que permaneçam em prontidão contra os protestos.

Abril/1968

O líder pacifista Martin Luther King Jr. é assassinado em Memphis, Estados Unidos. Sua morte gera uma série de protestos e conflitos em várias cidades norte-americanas.

Abril/1968

Em Nova Iorque, cerca de 90 mil pessoas participam de um protesto contra a Guerra do Vietnã.

“Aquele era um momento de grande engajamento da sociedade na luta política e eu estava certo que nós, socialistas, ganharíamos esse processo. Porque estávamos vindo de uma série de vitórias. Na década de 50 ganhamos na Ásia. A China se tornou comunista. No final da década de 50 o Fidel Castro fez uma vitória em Cuba. E logo depois os Estados Unidos foram derrotados no Vietnã. Saíram com uma derrota militar e política, porque a própria sociedade americana se engajou contra a intervenção no Vietnã. Então, havia uma euforia ideológica, havia uma euforia intelectual. Havia um permanente debate intelectual sobre isso. Isso não se expressa apenas nas lutas acadêmicas. O teatro brasileiro era engajado. A música brasileira era engajada. O cinema brasileiro era engajado, e com o retorno do cinema brasileiro, a gente percebe que não retratam, que não expressam o processo histórico que nós estamos vivendo. O que naquela época era impossível!” (Luíz Fernando Couto – ex-aluno e professor de Direito de Estado da Faculdade de Direito da UERJ)

Maio/1968

Estudantes franceses reivindicam reformas no ensino e entram em conflito com a polícia nas ruas de Paris. 367 pessoas são feridas e 468 são presas. As forças policiais ocupam a Sorbonne. Os operários aderem às manifestações e entram em greve. O presidente Charles de Gaulle dissolve o Parlamento e convoca eleições gerais.

Junho/1968

Acontece no centro da cidade do Rio de Janeiro a Passeata dos Cem Mil, liderada por estudantes, intelectuais e artistas, reivindicando a abertura democrática e protestando contra a censura promovida pelo governo.

“Eu tive num primeiro momento muito desejo de ir para o Instituto Rio Branco, que preparava para a diplomacia. Tanto é que fiz o vestibular para Direito pensando em depois fazer o concurso para o Instituto Rio Branco. Porque a diplomacia era também uma sedução pela possibilidade de viajar pelo mundo. Era um pouco por aí, uma coisa meio lírica. Mas o que se passou é que — eu acho que já no segundo ano da faculdade — eu comecei a ficar muito seduzido, primeiro pelo ambiente da Faculdade de Direito, que é um ambiente muito especial. Eu costumo dizer que os advogados são uma classe muito especial de pessoas, o próprio Direito nos motiva de maneiras singulares e nos enriquece de maneiras muito próprias, peculiares. Então, eu fiquei muito seduzido pelos professores, com o grande questionamento da política, da resistência democrática. Uma Faculdade de Direito naturalmente é um grande centro de questionamento político, de inconformismo com a ditadura militar, da pregação dos direitos humanos. Tudo aquilo me cativou muito.” (Carlos Roberto Siqueira Castro — ex-aluno e professor titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, ex-procurador chefe da Procuradoria Geral da República no Estado do Rio de Janeiro, ex-assessor especial da Assembléia Nacional Constituinte, ex-secretário de Estado e chefe de Gabinete Civil do governo do Estado do Rio de Janeiro, advogado e sócio do escritório Siqueira Castro Advogados)

“Existia o Centro Acadêmico, o Calc. Nós todos participávamos das atividades do Calc. Para você ter uma idéia, quando nós entramos na faculdade, o Calc promoveu uma festa, e quem cantou na festa foram os irmãos Marcos e Paulo Sérgio Valle, cantando “liberdade, liberdade”... Estamos falando do Catete, eu só conheci o Catete. Eu só vim a conhecer a UERJ atual, no Maracanã, já como professor. Nós vivíamos no Catete. O que é interessante de se dizer também é que a rua do Catete era uma rua sensacional. Nós tínhamos o Lamas ali do lado. Então, todo o convívio, a discussão política saía da Faculdade e ia para o Lamas. Tinha bilhar. O Lamas era só restaurante, mas do lado do Lamas tinha um outro restaurante, era um botequim, mas nós achávamos maravilhoso. Eu me lembro que tinha o melhor bife acebolado do Rio de Janeiro. Pelo menos para as minhas parcas economias. Porque estudante é duro, não é? Não tem dinheiro. Então, aquele bife acebolado era uma coisa divina para todo mundo. E tinha um bilhar atrás. A gente jogava bilhar. Do lado, mais para cá, indo mais para direção do Palácio do Catete, tinha uma pastelaria, devia ser de chineses... Olha, o pastel, a rigor, para gente comer hoje tinha que botar uma toalha felpuda para tirar um litro de óleo, mas nós achávamos aquele pastel uma maravilha. Comíamos cinco pastéis com chopp. Tudo era muito efervescente, muito inocente.” (Carlos Roberto Siqueira Castro — ex-aluno e professor titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, ex-procurador chefe da Procuradoria Geral da República no Estado do Rio de Janeiro, ex-assessor especial da Assembléia Nacional Constituinte, ex-secretário de Estado e chefe de Gabinete Civil do governo do Estado do Rio de Janeiro, advogado e sócio do escritório Siqueira Castro Advogados)

Outubro/1968

A polícia invade o XXX Congresso Nacional da UNE em Ibiúna, cidade do interior paulista, prendendo e fichando cerca de 920 estudantes.

“Eu fui indicado delegado da faculdade de Direito para aquele congresso estudantil da UNE e na última hora não participei. Em Ibiúna, o José Dirceu ia ser eleito presidente da UNE, que ficava na Praia do Flamengo, muito perto da faculdade de Direito, e a UNE naquela época já não existia, porque ela tinha sido queimada em 1964. Funcionava um outro órgão lá. E eu participei da invasão da UNE em 1968. Nós invadimos o prédio, ficamos lá por 2 horas, e aí a repressão chegou e nós fizemos uma análise da correlação de forças e achamos por bem sair.” (Luiz Fernando Couto – ex-aluno, ex-presidente do CALC, Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, Consultor Jurídico de FURNAS)

Outubro/1968

A polícia reprime uma manifestação estudantil em frente ao Hospital Universitário Pedro Ernesto, da UEG, em Vila Isabel. Sete estudantes são feridos e um deles, Luiz Paulo Cruz Nunes, do 2º ano de Medicina, é ferido gravemente e morre. O diretor da Faculdade de Medicina, professor Américo Piquet Carneiro, publica uma nota de repúdio à “brutal agressão policial”.

Novembro/1968

É inaugurado o novo prédio do Museu de Arte Moderna de São Paulo (Masp), na Avenida Paulista, projetado pela arquiteta italiana Lina Bo Bardi.

13/12/1968

Instituído o Ato Institucional nº 5, mais um mecanismo jurídico criado pelo governo com o objetivo de cassar os direitos civis e políticos de parlamentares, professores, artistas, líderes políticos, jornalistas e estudantes. A censura aos meios de comunicação é instituída. O Congresso Nacional é posto em recesso e são detidos o ex-presidente Juscelino Kubitschek, o ex-governador da Guanabara Carlos Lacerda e o general Henrique Teixeira Lott.

“Fui paraninfo dos formandos de 1968, sendo o professor Roberto Lyra o patrono da turma. Era um dos grandes nomes do Direito Penal e consideravam-no como sendo um homem de esquerda. Na ocasião, eu acumulava o magistério e a advocacia, com o cargo de diretor do Correio da Manhã, que era um jornal de oposição ao regime militar. Então, em 1968, quando cheguei para fazer o meu discurso, todos estavam preocupados, porque acabava de ser editado o Ato Institucional nº 5. Quando cheguei, os alunos me receberam com grande alegria. Disseram: “que bom que o senhor está aqui. O professor Roberto Lyra vem? Queríamos saber porque havia um boato de que ambos haviam sido presos”. Cinco minutos depois chegou o ministro Roberto Lyra e fizemos os nossos discursos. Na realidade estávamos ali, ambos, no exercício das nossas funções, que eram de magistério, de professores de direito e não de políticos. (Arnoldo Wald – Professor Catedrático da Faculdade de Direito da UERJ, Advogado e parecerista, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ex-integrante do Conselho Monetário Nacional, membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Presidente do Grupo Brasileiro da Association Henri Capitant)

“Foi um período muito infausto da vida brasileira. O Brasil estava inteiramente dividido. A sociedade aspirava democracia, uma Constituinte, aspirava eleições para presidente da República. E, sobretudo uma sociedade que queria passar a limpo aquele momento torturante da vida brasileira. Era um Estado policial, um estado que assassinou pessoas, que fez desaparecer os dissidentes políticos e assim por diante. Era um Estado linha dura que coincidiu com as ditaduras militares na América Latina, no cone sul. Na Argentina, no Chile com Pinochet, no Brasil também uma Junta Militar. Nós entramos em 1968, foi ano que foi assinado o Ato Institucional nº 5. Foi o ano, portanto, em que o regime endureceu para valer. Mostrou a cara. E a partir daí houve um endurecimento até a abertura democrática que só se deu em 1985. Então, nós estamos falando de muitos anos.”
(Carlos Roberto Siqueira Castro – ex-aluno e professor titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, ex-procurador chefe da Procuradoria Geral da República no Estado do Rio de Janeiro, ex-assessor especial da Assembléia Nacional Constituinte, ex-secretário de Estado e chefe de Gabinete Civil do governo do Estado do Rio de Janeiro, advogado e sócio do escritório Siqueira Castro Advogados)

1968

A repressão às lideranças estudantis aumenta. A prática de invasão dos *campi* universitários torna-se constante: em agosto ocorrem as invasões na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Universidade de Brasília (UnB), e em outubro policiais e integrantes do grupo Comando de Caça aos Comunistas invadem a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

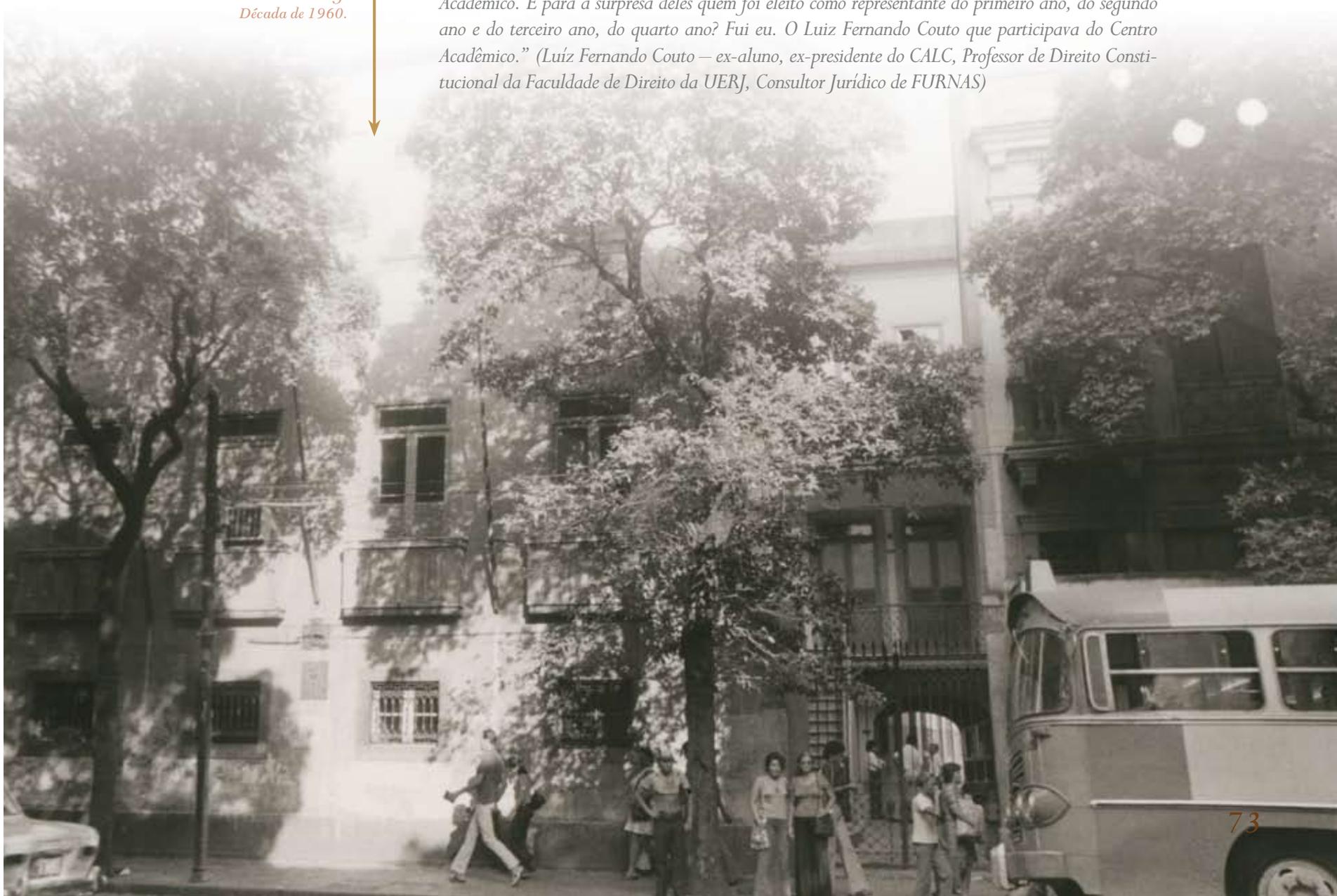
“Desde 1968, era diretor da Faculdade de Direito o professor Caio Tácito, e eu, seu vice-diretor. Mas, ainda nesse mesmo ano, ou em princípios de 1969, não me lembro bem, o reitor João Lyra Filho nomeou o professor Caio Tácito vice-reitor. E eu, como vice-diretor da Faculdade, passei à direção, em substituição ao professor Caio Tácito. Terminado o mandato em 1972, fui reconduzido, de modo que vim a exercer a direção da Faculdade até março de 1976. Foram tempos difíceis. Havia muita agitação política, porque os estudantes estavam empolgados pela oposição à ditadura militar. Por outro lado, a Reitoria da universidade era muito rigorosa em fazer respeitar a disciplina e conter as manifestações internas. Era um trabalho delicado e difícil, que me trouxe dificuldades e aborrecimentos. Mantinha, por um lado, boas relações com o corpo discente e, por outro lado, não podia deixar de atender às instruções da Reitoria da universidade enquanto Diretor da Faculdade. Isso me trouxe contrariedades, dificuldades, de ordem política e administrativa, mas de um modo geral fui bem sucedido.” (Flávio Bauer Novelli – ex-aluno, professor titular de Economia Política e ex-diretor da Faculdade de Direito da UERJ)

*Sede da Faculdade
de Direito da UEG.
Década de 1960.*

Os centenários bondes deixam de circular pelas ruas do Rio de Janeiro. A cidade prepara-se para o aumento do fluxo de automóveis construindo elevados e viadutos. As únicas linhas que permanecerão funcionando são Paula Matos e Dois Irmãos, no bairro de Santa Teresa.

O Centro Acadêmico Luiz Carpenter, da Faculdade de Direito da UEG, sofre intervenção e é fechado. O mesmo destino têm diretórios estudantis de outras faculdades.

“1968 foi o ano que não acabou. E também não acabou na faculdade de Direito da UERJ, porque o Centro Acadêmico sofreu uma intervenção que acabou com a nossa gestão. O CALC acabou e a direção da Faculdade de Direito resolveu eleger representantes, por turma, que substituiriam o Centro Acadêmico. E para a surpresa deles quem foi eleito como representante do primeiro ano, do segundo ano e do terceiro ano, do quarto ano? Fui eu. O Luiz Fernando Couto que participava do Centro Acadêmico.” (Luiz Fernando Couto – ex-aluno, ex-presidente do CALC, Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, Consultor Jurídico de FURNAS)



“Quando chegou no final de 1968, que foi a época próxima do AI-5, do Médici, a coisa apertou muito, e eles invadiram, tanto o diretório da Faculdade de Direito da UEG, que não era bem um diretório, mas um local no andar térreo onde passávamos o tempo, e que possuía uma máquina de xerox, além de algumas mesas e vários papéis e documentos. Eles quebraram tudo! Foi uma coisa! Cadeiras, mesas, tudo tinha sido quebrado, e os papéis, rasgados. Na PUC, ocorreu a mesma coisa. Nós tínhamos um diretório repleto de coisas, como as peças de teatro, as fitas do “Festival de Nancy”... E quando nós abrimos a porta do diretório, estava tudo quebrado. Eles conseguiram picar todos os textos da peça, quebraram mesa, cadeira, absolutamente tudo! E começaram a perseguir e a gravar telefonemas, e a fazer ameaças... Inclusive, nós tínhamos um rapaz no grupo de teatro que era muito procurado, que teve que fugir para outro país. Assim, acabou o sonho do teatro, de todo mundo. Não deu para continuar.” (Paulo Cezar Pinheiro Carneiro – ex- aluno, Professor Titular de Teoria Geral do Processo da Faculdade de Direito da UERJ, advogado e parecerista)

Julho/1969

O astronauta americano Neil Armstrong é o primeiro homem a pisar na lua.

Agosto/1969

O general Costa e Silva sofre uma isquemia cerebral e Pedro Aleixo, o vice-presidente, tem sua posse vetada. É criada uma Junta Militar para governar o país, formada por três representantes das Forças Armadas.

Outubro/1969

O Congresso Nacional, em recesso desde dezembro de 1968, é reaberto para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República.

11/11/1969

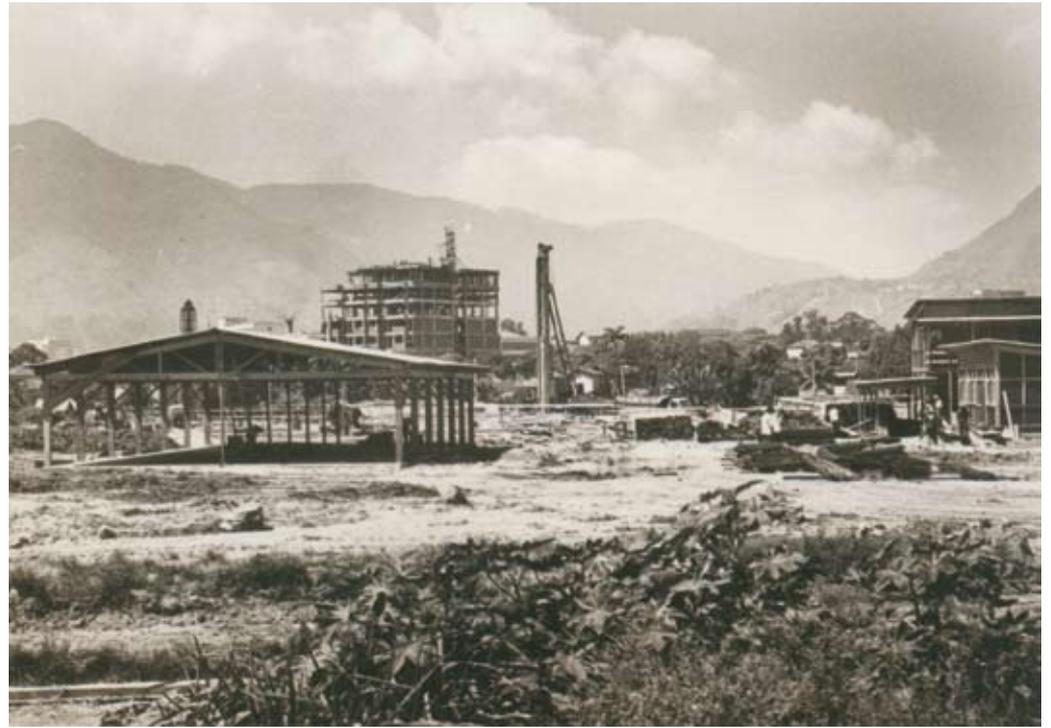
Assinado o contrato entre o governo do estado da Guanabara, a UEG e a Construtora Norberto Odebrecht para a construção do campus universitário Francisco Negrão de Lima, no bairro do Maracanã, na área antes ocupada pela Favela do Esqueleto.

1969

Começa a ser implantado o “Campus Universitário Avançado de Parintins”, no Amazonas, através de um convênio estabelecido entre a Reitoria da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), o Ministério do Interior e a Prefeitura de Parintins. O projeto, tributário do Projeto Rondon, criado em 1967 sob o lema “integrar para não entregar”, objetiva mobilizar os universitários para atividades curriculares em áreas carentes do interior brasileiro.



O reitor Haroldo Lisboa da Cunha (ao centro, de terno claro) visita as obras do Campus Universitário Francisco Negrão de Lima, ao lado do vice-reitor João Lyra Filho (à esquerda, de terno escuro), e dos engenheiros responsáveis pelas obras. Década de 1960.



Canteiro do obras do Campus Universitário Francisco Negrão de Lima, da Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Década de 1960.



Construção do Pavilhão João Lyra Filho, no Campus Universitário Francisco Negrão de Lima, da Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Década de 1970.



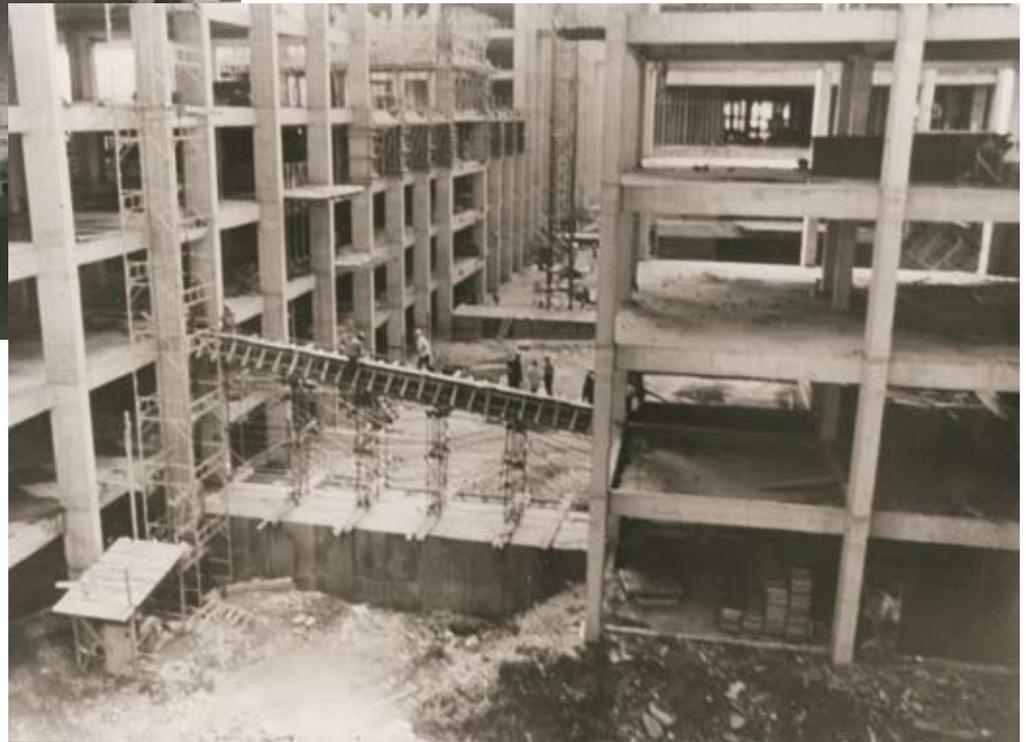
A Favela do Esqueleto situava-se em uma área pantanosa entre a linha férrea e a Rua São Francisco Xavier, no bairro do Maracanã. Na década de 1960, seus moradores foram cadastrados e transferidos para novos bairros construídos no subúrbio, como a Vila Aliança e a Vila Kennedy, e a área foi urbanizada para dar lugar ao moderno campus universitário da Universidade do Estado da Guanabara (UEG).

A Favela do Esqueleto, no Maracanã. Década de 1960.





Construção do Pavilhão João Lyra Filho, no Campus Universitário Francisco Negrão de Lima, da Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Década de 1970.





Jornal do C.A.L.C. - Livre

ANO I - N.º 1 - OUTUBRO DE 1970

ACADEMIA GAIETANO CASTELNUOVO - LIVRE
FACULDADE DE DIREITO U.F.R.J.

A CRISE DENTRO DA CRISE

Década de 70

Fevereiro/1970

É estabelecida a censura prévia em livros, jornais e revistas pelo decreto-lei nº 1077.

“Uma vez, em um discurso de paraninfo que fiz no Theatro Municipal, estava presente um alto dirigente, acho que era do Ministério da Justiça. E eu disse, aí sim, em um discurso de paraninfo, o que achava a propósito do momento que estava sendo vivido pelo país. E isso foi levado a alguma autoridade. Quando tive férias na Procuradoria do Estado, na volta, eu soube que andaram lá investigando a minha vida funcional. Não acharam nada, não tinham o que achar, porque eu nunca fui filiado a partido nenhum, nunca tive ligação nenhuma com terrorista ou subversivo. Então, chegaram lá, fizeram perguntas a meu respeito e acho que a coisa morreu por aí.” (José Carlos Barbosa Moreira – Professor Titular de Direito Processual da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro)

Julho/1970

Criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cujo objetivo é implantar um plano de reforma agrária nacional. Contudo, mais do que a reforma agrária, o Incra se empenha nos projetos de colonização da Amazônia. Migrantes nordestinos são levados a ocupar as margens da rodovia Transamazônica e empresas de variados ramos recebem incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários.

Setembro/1970

O socialista Salvador Allende é eleito presidente do Chile.

Outubro/1970

Acontecem eleições indiretas para governadores. É eleito na Guanabara Antônio de Pádua Chagas Freitas, proprietário do Jornal O Dia e uma das lideranças regionais do MDB.

1970

Segundo dados do Oitavo Recenseamento Geral do Brasil, o número de habitantes chega à casa dos 90 milhões, mais da metade residindo em áreas urbanas. A população brasileira deixa de ser predominantemente rural com o avanço da industrialização.

1970

As tensões entre as organizações clandestinas de esquerda (VPR e ALN) e as forças policiais da ditadura militar se acirram: são seqüestrados os embaixadores da Suíça e da Alemanha e o cônsul do Japão. O objetivo é trocá-los por presos políticos.

“Nós ainda vivíamos uma época de repressão bastante grande. Recordo-me que o professor Heleno Fragoso, quando dava aulas, iniciava dizendo o seguinte: “Boa noite, pessoal do DOPS. Boa noite, pessoal do SNI. Vocês estão trabalhando, mas eu também estou. Vamos começar a aula”. Então, ele dava aquela noção de independência. Noção que acabou me contaminando, porque ali participávamos de debates políticos, tinha coragem suficiente, tinha problemas decorrentes.” (Luiz Fux – ex-aluno, Professor Titular de Direito Processual da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Ministro do Superior Tribunal de Justiça)

O governo federal lança o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobral propõe a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. O programa viria a ser extinto oficialmente em 1985, sem alcançar plenamente seus objetivos.

A seleção brasileira de futebol é tricampeã na Copa do Mundo do México.

1971

É criada a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), uma empresa pública destinada a financiar a pesquisa científica e tecnológica no país.

Os números da economia brasileira batem recordes: a taxa de crescimento é de 11% do PIB e a inflação fica em 19,5%. Inicia-se o “Milagre Brasileiro”, um dos períodos de maior avanço econômico no país.

João Ubaldo Ribeiro publica Sargento Getúlio, romance baseado nos regionalismo nordestino. No ano seguinte, a obra ganharia o Prêmio Jabuti, concedido pela Câmara Brasileira do Livro, na categoria “Revelação de Autor”.

Abril/1972

São abertas as comemorações oficiais do sesquicentenário da Independência do Brasil, com a visita do presidente de Portugal e o sepultamento dos restos mortais de D. Pedro I no monumento do Ipiranga, em São Paulo.

O exército inicia o combate à guerrilha comandada pelo PC do B na região do Araguaia, no estado de Goiás. As investidas dos militares duram até setembro, quando se retiram para uma nova incursão. Em dezembro de 1973, os guerrilheiros do Araguaia são derrotados, alguns são presos, muitos são mortos.

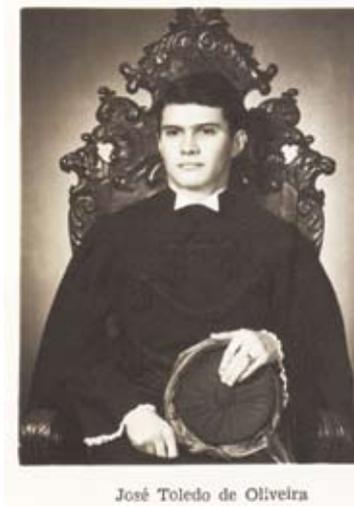
Agosto/1972

É inaugurada a Rodovia BR-230, a Transamazônica, um dos principais símbolos do “Milagre Brasileiro”. Inicialmente projetada para ser uma rodovia pavimentada com 8 mil quilômetros de comprimento, ligando as regiões Norte e Nordeste do país ao Peru e o Equador, não foi asfaltada e alguns trechos desapareceram em meio à floresta.

1972

Atletas da delegação de Israel são mortos por terroristas palestinos dentro da vila olímpica, em Munique, Alemanha.

O professor Oscar Tenório, da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara, é indicado para assumir a Reitoria. Seu vice é o professor Caio Tácito, também membro do corpo docente da Faculdade de Direito.



O advogado José Toledo da Silva, ex-aluno da Faculdade de Direito da UEG, desaparecido no Araguaia no início da década de 1970.



Professor Caio Tácito, da Faculdade de Direito, indicado para o cargo de vice-reitor da UEG.



Professor Oscar Tenório, da Faculdade de Direito, indicado para assumir a reitoria da UEG.



O governador do Estado da Guanabara, Antônio de Pádua Chagas Freitas, visita as obras do Campus Universitário Francisco Negrão de Lima. Ao lado esquerdo do governador (que segura uma pá), está o reitor da UEG, professor Oscar Tenório, ex-diretor da Faculdade de Direito. Julho de 1972.

14/09/1973

A Arena homologa o nome do general Ernesto Geisel para a Presidência da República.

Setembro/1973

Golpe militar no Chile. O Palácio La Moneda, sede da presidência da República chilena, é bombardeado. O presidente Salvador Allende suicida-se e uma junta militar assume o poder. Entre os líderes do golpe está Augusto Pinochet.

1973

O ano termina com índices econômicos bastante favoráveis: o Produto Interno Bruto (PIB) cresce 14%, a inflação é de 15,5% e as exportações atingem o valor recorde de US\$ 6,2 bilhões.

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumenta os preços do petróleo em cerca de 200%. A medida gera uma crise mundial e o Brasil, grande importador do combustível, não está fora dela.

O cineasta Arnaldo Jabour lança “Toda nudez será castigada”, baseado na peça homônima de Nelson Rodrigues, com Darlene Glória, Paulo Cesar Pereio e Hugo Carvana. O filme ganha o Urso de Prata no Festival de Berlim, apesar da censura ter proibido sua exibição no Brasil.

15/01/1974

O Colégio Eleitoral elege para presidente o general Ernesto Geisel. É o quarto presidente militar em dez anos.

“Eu era bom aluno. E um militante aplicado. Eu comecei a despertar politicamente uns dois anos antes de entrar para a faculdade, mais ou menos em 74. Tinha 15, 16 anos. A política começou a me chamar atenção. O fato de que ainda existia no Brasil uma ditadura... Começou a acender uma luz amarela, eu diria, na minha alma...: “Alguma coisa está errada neste país”. Era uma época em que o Pasquim ainda era uma referência tanto de humor quanto de política, embora a censura fosse intensa. O Pasquim tinha uma característica... Todas as edições enxovalhavam o Austregésilo de Athayde, que era o presidente da Academia Brasileira de Letras! E eu não conseguia entender porque é que uma figura tão amena e low profile, como era o Austregésilo de Athayde, era enxovalhado toda semana pelo Pasquim. E depois eu comecei a me dar conta de que havia uma censura tão intensa que o Austregésilo de Athayde era a pessoa mais importante de quem eles podiam falar mal... E, portanto, eles abusavam do direito de falar mal do Austregésilo. (...) A manchete do Pasquim... Eu me lembro bem disso! Naquele período era “Tudo em ordem”. Só que o “T” era caído para um lado, o “U” estava tombado para o outro lado, o “D” estava invertido... Portanto, aquilo começou a me chamar à atenção, havia um país que fluía por fora do que noticiava a grande imprensa... Um país mais complexo, para além do que saía no Jornal Nacional. Comecei a me interessar pela política e, evidentemente, a política brasileira naquele momento, quer dizer, 75-76, era uma política que se fazia toda dentro do oficialismo. Era preciso criar uma alternativa... Os dois partidos eram o MDB e a ARENA. Em 74 assume Ernesto Geisel, que imprime uma linha e faz um discurso que contrastava com o do período anterior que era o do Médici, um período de grande violência institucional, de grande tolerância com abusos cometidos pelo Estado, com a tortura em escala ampla.” (Luis Roberto Barroso – Professor Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, advogado e parecerista)

04/03/1974

É inaugurada a ponte Presidente Costa e Silva, ligando as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, com 14 quilômetros de pista sobre a baía da Guanabara.

Novembro/1974

O Movimento Democrático Nacional (MDB) obtém votação expressiva nas eleições diretas para o Congresso Nacional. São 16 senadores e 160 deputados, contra 6 senadores e 204 deputados eleitos pela Arena.

1974

A Universidade do Estado da Guanabara (UEG) cria o Instituto de Educação Física e Desportos.

Abril/1975

O governo norte-americano fecha sua embaixada em Saigon e as últimas tropas deixam o Vietnã. Termina a guerra.

Por determinação do poder executivo, os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro são unificados. A cidade do Rio de Janeiro, com 4,7 milhões de habitantes, será a capital do novo estado, substituindo Niterói. Floriano Faria Lima é indicado para assumir o governo estadual. A Universidade do Estado da Guanabara passa a se chamar Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Revolução dos Cravos em Portugal. Militares derrubam o governo do primeiro-ministro Marcelo Caetano, que asila-se no Rio de Janeiro, pondo fim a cinco décadas de ditadura salazarista no país.

Julho/1975

O Governo Brasileiro assina um acordo de cooperação nuclear com a República Federal da Alemanha, que prevê a construção de oito centrais, uma fábrica de reatores e uma planta de reprocessamento, assim como a exploração, extração e comercialização de urânio no país.

25/10/1975

O jornalista Vladimir Herzog, da TV Cultura de São Paulo, é morto nas dependências do DOI-CODI de São Paulo.

“O grande marco que me fez despertar para a política e a percepção de que era indispensável repensar o Brasil, veio em 1975: foi a morte do jornalista Wladimir Herzog. Era um jornalista da TV Cultura de São Paulo, militante de esquerda. Não tenho certeza absoluta, mas acho que era filiado ao Partido Comunista Brasileiro e era um homem ligado à TV Cultura de São Paulo. E ele foi convidado a depor nas dependências do II Exército em São Paulo e em 24 ou 48 horas ele estava morto. E a versão oficial é a de que ele tinha cometido suicídio. A grande imprensa não divulgava nada, nem a pequena!” (Luis Roberto Barroso – Professor Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, advogado e parecerista)

Outubro/1975

Com o apoio do jornal O Globo e o aval de alguns eminentes arquitetos, o Governo Federal autoriza a demolição do histórico Palácio Monroe, antiga sede do Senado Federal, construído em 1906, no centro do Rio de Janeiro.

Novembro/1975

Angola, histórica colônia portuguesa na África, proclama sua independência.

Dezembro/1975

Os sócios da Sociedade Civil Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, criada na ocasião da fundação dessa faculdade, em 1935, decidem dissolvê-la por considerarem exauridas as finalidades sociais da instituição, que, com a incorporação, passariam a ser exercidas pela universidade. Todo o patrimônio da faculdade é passado à universidade, incluindo o prédio da sede, a biblioteca e mobiliário.



O auditório e a biblioteca da Faculdade de Direito, na sede da Rua do Catete. 1971.



1975

É publicado o Dicionário de Língua Portuguesa, organizado por Aurélio Buarque de Hollanda.
Morre em Madri o general Franco, chefe de estado espanhol. A monarquia é restabelecida e o príncipe Juan Carlos é coroado Rei de Espanha, dando início à redemocratização do país.
A crise econômica mundial afeta a pujante economia brasileira: a taxa de crescimento fica em 5% e a dívida externa atinge os 22 bilhões de dólares.

Março/1976

A presidenta argentina Isabelita Perón, que havia assumido após o falecimento de seu marido, o general Juan Perón, é deposta por um golpe militar, liderado pelo general Jorge Rafael Videla. Uma junta militar assume o governo do país.

1976

O ex-presidente Juscelino Kubitschek morre em um acidente automobilístico na Via Dutra. O país comovido acompanha suas exéquias no Rio de Janeiro e em Brasília. Neste ano o Brasil perderia outro ex-presidente: falece no exílio, em Buenos Aires, João Goulart.

“Sou afilhado do Juscelino Kubitschek de Oliveira, meu pai era um ‘juscelinista’ convicto. Quando Juscelino deixa a presidência e vai morar no exterior, meu pai por diversas vezes entrou em contato com ele, até ele concordar em ir a Sergipe, e aí eu fui batizado. Esperei um ano e meio para ser batizado, dizem que foi uma das manifestações populares mais bonitas da história de Sergipe. Juscelino foi lá duas vezes, uma vez como candidato a Presidente, e a outra vez no batizado... Pessoalmente, eu estive com Juscelino umas 4 ou 5 vezes. Quando ele voltou do exílio, eu me lembro que as minhas tias me levaram para um apartamento na Vieira Souto, onde ele morava, e houve uma grande mobilização, o povo cantando às alturas o ‘Peixe Vivo’, uma coisa emocionante. E lá pelas tantas, alguém pega e diz “esse aqui é afilhado de Juscelino, esse aqui é afilhado de Juscelino”, e aí me carregam no braço e eu vou para os braços dele, uma coisa muito bonita.” (Otávio Leite — ex-aluno da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Deputado Estadual e atual vice-prefeito da cidade do Rio de Janeiro)

Deputados do MDB têm seus mandatos cassados. A propaganda eleitoral na tv e no rádio é limitada pela Lei Falcão.

É inaugurado o moderno campus universitário Francisco Negrão de Lima, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), localizado no bairro do Maracanã. A Faculdade de Direito muda-se para o 7º andar do pavilhão João Lyra Filho, principal edifício do novo campus.



Fachada principal do Pavilhão Reitor Haroldo Lisboa da Cunha, primeiro prédio concluído do Campus Universitário Francisco Negrão de Lima, da Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Década de 1970

“A saída do Catete para o Maracanã foi uma tristeza muito grande. O prédio era histórico. E o prédio era a história da faculdade de Direito. Houve resistência. Nós fomos instados a nos mudar para a UERJ, uma faculdade com uma infra-estrutura muito melhor do que o Catete. No Catete eram carteiras de duas pessoas. Você estudava sentado ao lado de um colega.” (Luiz Fux – ex-aluno, Professor Titular de Direito Processual da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Ministro do Superior Tribunal de Justiça)

*“Eu trouxe a livraria para a UERJ, no Maracanã e aí entra uma grande figura. Nós fomos comunicados que íamos mudar do Catete para cá. Agora, eu vir para cá é que foi uma luta. Eles não queriam de jeito nenhum. A reitoria da época não queria, que era o professor Caio Tácito e o professor Choeri. Então, eu não vinha de jeito nenhum. Mas, eu tinha um grande amigo — tenho um grande amigo — que é Célio Borja. O professor Célio Borja praticamente impôs; impôs é força de expressão, pediu. Na época, ele era a terceira pessoa na República do Brasil. Ele era presidente da Câmara dos Deputados no governo Geisel. Então, ele pediu que fizessem a mudança: “Barbosinha não vai atrapalhar ninguém”, e essa coisa toda. E aí, então, eu vim para cá em 1975. Quando eu vim para o Maracanã, já vim para este lugar. Sétimo andar. A sala é no corredor F, nº 7049.”
(Antenor Barbosa dos Santos — Livreiro da Faculdade de Direito da UERJ)*

Construção do Campus Universitário Francisco Negrão de Lima, da Universidade do Estado da Guanabara (UEG). O pavilhão Haroldo Lisboa da Cunha, antigo “esqueleto”, já com as obras terminadas, e o Pavilhão João Lyra Filho, principal conjunto do campus, ainda em construção. Década de 1970





Campus Universitário Francisco Negrão de Lima, da Universidade do Estado da Guanabara. 1972.

“Como diretor, cheguei ainda a fazer a mudança da Faculdade de Direito do Catete para o Maracanã. Acontece que a Faculdade não parecia particularmente interessada na mudança, pois gozávamos de uma ampla autonomia na sede do Catete, em razão mesmo de ser um centro à parte, quase completamente desligado dos outros

órgãos da universidade. Em razão disso, quer do ponto de vista administrativo, quer do ponto de vista orçamentário, ou disciplinar, dispúnhamos de relativa autonomia. A Faculdade era quase como se fosse uma universidade autônoma. Não foi, portanto, sem alguma resistência e até com algum desgosto que nos mudamos para o campus onde, ao lado de outras unidades, ficamos sujeitos a um poder central imediato e direto, exercido pela administração do campus e pela própria Reitoria. Mais dia menos dia a mudança finalmente se efetuou, tendo a Faculdade ficado localizada no sétimo andar do edifício principal.” (Flávio Bauer Novelli — ex-aluno, professor titular de Economia Política e ex-diretor da Faculdade de Direito da UERJ)

“Comecei a cursar a UERJ em 1976. O primeiro ano... Naquela época era por ano, não era por período! Até teve trote... O trote é uma manifestação de alguma dose de primitivismo. Ele foi embrutecendo com o tempo. Nós dávamos aulas, fingíamos ser professores. Chegávamos vestidos de terno e dávamos aula com uma linguagem barroca e mandávamos comprar livros impossíveis de serem encontrados. Lembro-me de uma das aulas-trote que nós organizamos, era um colega nosso que dava, era um artista. E ele entrava de terno, brilhantina na cabeça. E naquela época, marcada ainda por um anti-comunismo intenso, entrava em sala e perguntava para alguém com ar assustado: “Quantas repúblicas há na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas?” E o pobre do aluno, da aluna, olhava com ar perplexo. E ele dizia: “Como é que o senhor pode pretender estudar Direito sem saber o número de repúblicas da União Soviética?” Com um tom... a pessoa se sentia a pior criatura do mundo por não saber essa informação. E, apenas para constar aqui, eram 15!” (Luis Roberto Barroso — Professor Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, advogado e parecerista)

1976

A Embrafilme lança dois grandes sucessos nacionais: *Dona Flor e seus dois Maridos*, de Bruno Barreto, estrelado por Sônia Braga, e *Xica da Silva*, com Zezé Mota e direção de Cacá Diegues.

É lançado o “Pacote de Abril”. O presidente Geisel decreta o fechamento do Congresso por 14 dias, cassa mandatos de parlamentares do MDB e institui uma série de reformas constitucionais, como as eleições indiretas para governadores, a eleição indireta para 1/3 dos senadores, apelidados de senadores “biônicos”, e a ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos.

“Em 1977, quando eu estava no 2º ano da Faculdade, o presidente Geisel, que vinha fazendo um discurso de abertura, lenta, gradual e segura – de certa forma vinha mesmo fazendo uma abertura – fecha o Congresso e edita o famoso Pacote de Abril. Eram as Emendas Constitucionais número 7 e número 8. Uma era a emenda que fazia uma reforma no Poder Judiciário e a outra era uma emenda que mudava as regras do jogo para evitar que nas eleições seguintes houvesse qualquer risco da oposição chegar ao poder. Então, ele mudou a composição do Colégio Eleitoral. Criou as figuras dos senadores biônicos.” (Luis Roberto Barroso – Professor Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, advogado e parecerista)

Raymundo Faoro é eleito presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Em uma das nossas reuniões do centro acadêmico, em que éramos 10 ou 12, o Luis Otávio e Mônica – uma outra moça que nunca mais vi – foram convocados para depor no DPPS (Departamento de Polícia Política e Social). Aquilo foi um susto para todo mundo, porque a gente achava que tinha um pouco de imunidade. E ali no DPPS, naqueles dias, acho que no começo de 78, ainda podia significar entrar e não sair, enfim, sofrer algum tipo de violência. E o Luis Otávio e a Mônica - e não por acaso -, eram pessoas de uma certa forma menos protegidas ali no grupo, de famílias com menor inserção social. E aquilo gerou um susto! Nós tomamos um susto com aquilo e eu fui procurar o diretor da faculdade, o professor Oscar Dias Corrêa. O professor Oscar Dias Corrêa era da velha UDN. Preciso dizer que hoje nós somos muito amigos e eu tenho muito carinho por ele. Mas, naquela ocasião, um dirigente de Centro Acadêmico e um diretor de faculdade estavam em lados opostos. Quer dizer, a política, naquele momento, não era com ele e ele não gostava. Ele dizia cumprir a lei. E falava: “Eu não reconheço Centro Acadêmico. Centro Acadêmico é ilegal. A legislação não admite”. E, portanto, nós ficamos num certo grau de desamparo. E aí eu fui procurar um sujeito que eu não conhecia, que era o presidente da Ordem dos Advogados. Tinha acabado de ser eleito, o Raimundo Faoro. E eu não o conhecia, salvo de nome, mas tinham me dito que ele era um sujeito diferenciado. Fui até a Ordem dos Advogados, a sede era no Rio naquela época. Fomos um grupo, talvez umas três pessoas, batemos lá na porta do Raimundo Faoro e dissemos: “Nós temos um problema! Precisamos da ajuda da Ordem”. E ele, que era um homem muito interessante, um acadêmico que se revelou um personagem decisivo na transição democrática brasileira, ali em 78, 79, nos recebeu, nos ouviu, e ligou para o DPPS. Veja: além das virtudes pessoais, ele tinha também um pouco a imunidade de ser presidente da Ordem. Ele pegou o telefone e disse: “Vão depor aí fulano e beltrano... Aqui quem fala é o presidente da OAB, e eu estou interessado em saber do desenvolvimento deste procedimento”. Só isto! Já fez toda a diferença.” (Luis Roberto Barroso – Professor Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, advogado e parecerista)

Maio/1977

O professor catedrático de Direito Penal e fundador da Faculdade de Direito, Roberto Lyra, recebe da Congregação da UERJ o título de Professor Emérito.

Junho/1977

A Emenda Constitucional nº 9 instaura o divórcio no Brasil.

A primeira-dama dos Estados Unidos, Rosalyn Carter, vem ao Brasil em visita oficial. Os principais pontos de sua agenda: a defesa dos direitos humanos e a apuração de denúncias de tortura.

Maio/1978

Greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo.

Outubro/1978

Inicia-se o processo de abertura política: o Ato Institucional nº 5 é revogado, e com ele as demais legislações repressivas. É restabelecido o *habeas-corpus*. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) sedia um evento sobre a defesa dos Direitos Humanos.



Exposição sobre os Direitos Humanos realizada na capela ecumênica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Da esquerda para a direita: o acadêmico Austregésilo de Athayde; o professor Carlos Alberto Dunshee de Abranches, da Faculdade de Direito; o professor Márcio Tavares D'Amaral, diretor do Departamento Cultural da Uerj; e os representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA). 1978.

Abril/1977

É lançado o “Pacote de Abril”. O presidente Geisel decreta o fechamento do Congresso por 14 dias, cassa mandatos de parlamentares do MDB e institui uma série de reformas constitucionais, como as eleições indiretas para governadores, a eleição indireta para 1/3 dos senadores, apelidados de senadores “biônicos”, e a ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos.

15/10/1978

O Colégio Eleitoral referenda o nome do general João Batista Figueiredo, ex-chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), para presidente da República.

1978

Após dez anos de seu fechamento, o Centro Acadêmico Luiz Carpenter (Calc), dos alunos da Faculdade de Direito da UERJ, é reaberto e retoma suas atividades, iniciando a publicação do periódico “Jornal do CALC Livre”.

*Primeira página do periódico
Jornal do Calc-Livre, publicado
pelo Centro Acadêmico Luiz
Carpenter (Calc) na ocasião da
reabertura dessa entidade estu-
dantil, em 1978, dez anos após
seu fechamento.*

“Nós fundamos um jornal, chamava-se “Andaime”. E o Andaime foi um marco! Primeiro porque dividiu o grupo, porque o pessoal mais à esquerda não queria fazer o jornal, e menos ainda um jornal naquele tom, que era considerado, naquele tempo, muito moderado. Então o grupo rachou e saiu o pessoal do Wadi, o pessoal mais à esquerda. E a Rita e o Luis Otávio, que estavam do meu lado no aspecto político, também não queriam fazer jornal. Mas fizemos, e aí se compôs um novo grupo. Um pouco menos politizado, mas fizemos um jornal muito interessante. Durou uns dois anos, e nós tínhamos um chargista, um cartunista, que eu não sei como é que veio parar ali, chamava-se Mané Moreira. Ele publicava umas notas do Pasquim. Era o único sujeito que entendia de jornal! Tinha ligações com o Pasquim e nós então começamos a conceber o jornal. De certa forma eu funcionava como editor-chefe e o Mané Moreira como o editor gráfico. A gente vendia 1000 exemplares do Andaime. Era vendido! Nós ficávamos ali no final da rampa e vendíamos. E as pessoas esperavam... É uma singularidade... Nós dependíamos do que arrecadávamos em uma edição para fazer a outra.” (Luis Roberto Barroso – Professor Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, advogado e parecerista)





Primeira página do jornal *Andaime*, publicado pelos alunos da Faculdade de Direito da Uerj, entre eles, o então estudante Luis Roberto Barroso, hoje professor da casa. Neste número há uma entrevista com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Raimundo Faoro. Maio-junho|1978.

“O CALC foi primeiro recriado como uma ‘comissão pró-centro acadêmico’ e aí, no final de 78, fizemos uma eleição e o nosso grupo perdeu a eleição por três votos! Nós fazíamos reuniões no hall. Na divisão de trabalhos, a Rita era a pessoa mais operacional. Ela tinha acesso ao mimeógrafo, cartazes... E eu era o sujeito do gogó... Era eu que subia no banco e convocava. Era eu que falava quando nós passávamos nas salas... O sangue gelava... A gente batia na porta das salas de aula e tinha professor que dizia assim: “Não, aqui não pode ter manifestação política!” E havia professores que abriam a porta e diziam: “Mas é claro”. E eu tinha tanta estima pelos professores que

faziam isso que até hoje, na minha sala, quem pede para falar, eu abro a porta e digo: “Olha, por favor, só seja breve, mas fique à vontade”. Porque eu sei como é difícil para um estudante entrar em uma sala e falar. As eleições foram grandes mobilizações. Foi um sucesso!”(Luis Roberto Barroso – Professor Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, advogado e parecerista)

Coluna “Tapume”, com notas sobre política, cultura e questões internas da faculdade, publicada no jornal *Andaime*. Maio-junho|1978.



1978

O jornalista Barbosa Lima Sobrinho assume a presidência da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Março/1979

A Faculdade de Direito da UERJ anuncia a criação de um escritório modelo para a formação complementar de seus alunos. O escritório prestará atendimento gratuito à população e os estudantes poderão iniciar o estágio a partir do sétimo período. Os que concluírem o estágio estarão isentos de fazer o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O Professor Amaury Campinho será o coordenador geral do escritório.

1979

Margaret Thatcher assume a chefia do governo britânico e dá início a uma série de reformas econômicas. O Governo Thatcher, com sua política de privatizações, funda um novo paradigma econômico: o neoliberalismo.

O jornalista Fernando Gabeira regressa do exílio e publica *Que é isto, Companheiro?*

É aberta ao público a primeira linha de metrô do Rio de Janeiro, com apenas cinco estações: Praça Onze, Central do Brasil, Presidente Vargas, Cinelândia e Glória.



*Alunos no Escritório Modelo da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Década de 1980.*

Agosto/1979

É sancionada a Lei de Anistia, permitindo a volta de exilados e a libertação de presos políticos. Em novembro, seriam extintos a Arena e o MDB, abrindo o caminho ao pluripartidarismo.

“Em 1979, nós conseguimos realizar um dos grandes objetivos do movimento estudantil, que era a Lei da Anistia. Portanto, quando passou a Lei da Anistia, nós realizamos um capítulo importante da missão a que havíamos nos proposto. Foi um certo apogeu do movimento estudantil. Houve dois momentos importantes antes de eu sair da faculdade. Primeiro veio a Lei da Anistia e aí aconteceram alguns processos que de uma certa forma quebraram a unidade do movimento estudantil - unidade propriamente não havia, mas atomizaram o movimento estudantil: a volta do Prestes, a formação do PT e a volta do Brizola. Tudo isso ali em 79-80! Por quê? Porque até então, todos trabalhávamos dentro de uma frente anti-ditadura. Mas aí voltam essas lideranças importantes, essas pessoas com projetos políticos pessoais e conflitantes. E aí o movimento passa por uma certa desorientação. O Prestes volta, tenta retomar o velho “Partidão”. É rejeitado pelo “Partidão” e se une ao Brizola. Então, se formou um grupo que tinha o Prestes e o Brizola. Aliás, a chegada do Prestes foi apoteótica. Nós mesmos, aqui da UERJ, participamos da organização de uma grande mobilização para chegada dele no Galeão.” (Luis Roberto Barroso – Professor Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, advogado e parecerista)

“Eu tinha militância política porque a anistia política no Brasil se deu em 1979. Vieram os anistiados. Até então toda a minha associação política, o convívio com os companheiros, era ligada ao MDB, à Ordem dos Advogados. Eu fui conselheiro da Ordem dos Advogados. Porque eram as duas grandes frentes políticas brasileiras: a ARENA, que na época era o partido conservador do Regime Militar, e o MDB, que era um grande centro de oposições de variados matizes ideológicos. Isso foi decretado pela ditadura. Os partidos políticos no Brasil foram extintos com o Ato Institucional N° 2 porque o Regime Militar não aceitava aqueles grandes escaninhos partidários nos quais bem ou mal se acomodava a sociedade brasileira. Então, você tinha por exemplo a UDN, que era o partido conservador, com Carlos



Lacerda. Os grandes próceres da UDN eram o Oscar Dias Corrêa, Adauto Lúcio Cardoso, pessoas até de muito boa qualidade, como o próprio Afonso Arinos naquele período anterior a Vargas. E tinha o PSD, que era o conservadorismo rural no Brasil. Eram os grandes líderes ligados à aristocracia rural. E tinha o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro. O PTB e PSD fundados por Getúlio Vargas. O PTB seria o partido progressista trabalhista que reunia, vamos dizer, toda a grande frente do ideário trabalhista. A ditadura termina com isso e implanta dois partidos políticos. Então, quanto aos inconformados, foram para o MDB e todos os conservadores ou meio conservadores ficaram ali. Quando veio a anistia, veio junto a grande abertura partidária ideológica.” (Carlos Roberto Siqueira Castro – ex-aluno e professor titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, ex-procurador chefe da Procuradoria Geral da República no Estado do Rio de Janeiro, ex-assessor especial da Assembléia Nacional Constituinte, ex-secretário de Estado e chefe de Gabinete Civil do governo do Estado do Rio de Janeiro, advogado e sócio do escritório Siqueira Castro Advogados)

1979

Margaret Thatcher assume a chefia do governo britânico e dá início a uma série de reformas econômicas. O Governo Thatcher, com sua política de privatizações, funda um novo paradigma econômico: o neoliberalismo.

O jornalista Fernando Gabeira regressa do exílio e publica *Que é isto, Companheiro?*

É aberta ao público a primeira linha de metrô do Rio de Janeiro, com apenas cinco estações: Praça Onze, Central do Brasil, Presidente Vargas, Cinelândia e Glória.

DIRETAS
NA UERJ!
CALC

Década de 80

1980

Afonso Arinos de Mello Franco, professor da Faculdade de Direito da UERJ, ex-parlamentar e ex-ministro das Relações Exteriores, recebe dessa universidade o título de Professor Emérito.

O censo nacional registra cento e vinte milhões de habitantes.

Junho/1980

O Papa João Paulo II chega ao Brasil em visita oficial. Seu roteiro inclui 13 cidades, incluindo o Rio de Janeiro.

Agosto/1980

Uma carta-bomba explode na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e mata a secretária Lyda Monteiro.

“Entreí na faculdade em 1980. Houve a anistia política em 79, e quando nós entramos na faculdade, houve o episódio da dona Lyda, que eu não posso esquecer. Participei da passeata até o cemitério para levá-la.” (Otávio Leite – ex-aluno da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Deputado Estadual e atual vice-prefeito da cidade do Rio de Janeiro)

“No início da década de 80, no governo Figueiredo, o regime militar teve dois marcos que simbolicamente aceleraram o seu fim: o primeiro foi a bomba colocada na Ordem dos Advogados. Mesmo para quem, em alguma medida, ainda sentia alguma afinidade com o regime, aquele foi o marco de afastamento. Isso porque a Ordem dos Advogados do Brasil já expressava um pouco o pensamento liberal-conservador, queria a redemocratização, e a bomba explodiu na Ordem. Não atingiu o presidente, que era o Seabra Fagundes, mas matou a dona Lyda Monteiro, que era a secretária dele. Aquilo, simbolicamente, marcou o fim de uma era. O atentado partiu, inequivocamente, de dentro do governo ou de organizações muito próximas a ele. E foi em alguma medida acobertado pelo governo. E provocou um grande afastamento dos militares dos setores formadores de opinião que ainda se sentiam ligados a ele. Nessa ocasião nós fizemos uma grande mobilização. Aí reunimos a faculdade inteira, fomos ao velório e depois fomos todos andando até o cemitério, em Botafogo, onde dona Lyda foi enterrada. Uma manifestação maravilhosa do ponto de vista político. A gente tinha um slogan que era: “Vai acabar, vai acabar, a Ditadura Militar” Era todo o movimento, ali tinha muitos milhares de pessoas. Foi um marco, o povo de volta na rua. Este processo de retomada da mobilização popular, de volta às ruas viveu seu apogeu em 1984, com a Campanha das ‘Diretas Já’.” (Luis Roberto Barroso – Professor Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, advogado e parecerista)

Novembro/1980

O Congresso Nacional restabelece as eleições diretas para governadores e acaba com as eleições indiretas para o Senado.

“A sensação que eu tinha é que as amarras tinham sido cortadas. Porque ali era o discurso do Figueiredo “Prendo, arrebento, vai ter abertura democrática...” Nós tínhamos saído do período Geisel, da abertura lenta e gradual, para um período em que o Figueiredo se comprometera com eleições para governador, e houve eleições em 1982, e aí já era a discussão se haveria eleição direta para Presidente. Mas foi um período em que nós, de repente, não resolvemos ficar possuídos por fantasmas, embora eles até pudessem existir. Mas a nossa ânsia de participação era tão grande que as cautelas maiores dos antigos, nós não tínhamos, não.” (Otávio Leite – ex-aluno da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Deputado Estadual e atual vice-prefeito da cidade do Rio de Janeiro)

1980

Greves dos metalúrgicos pára parte do parque industrial automotivo paulista. Um dos líderes do movimento é o torneiro mecânico Luiz Inácio Lula da Silva.

A produção anual de automóveis bate um recorde: mais de um milhão de veículos foram fabricados pelas multinacionais instaladas no país.

Surgem novos partidos políticos: o Partido dos Trabalhadores (PT), reunindo lideranças operárias, católicos de esquerda e vários intelectuais socialistas; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), herdeiro do MDB e o Partido Democrático Social (PDS), substituto da extinta Arena.

Abril/1981

Durante um espetáculo de MPB no centro de convenções Riocentro, no bairro carioca de Jacarepaguá, dois integrantes do DOI-CODI explodem acidentalmente uma bomba que planejavam usar num atentado, gerando pânico entre o público presente. Um dos militares, um sargento do I exército, morre na explosão e o outro é gravemente ferido.

“Outro marco veio pouco tempo depois, em 30 de abril de 1981, com o atentado do Rio-centro. Ali acabou o Regime Militar. A fatalidade da explosão de uma bomba dentro do carro do capitão e do sargento que a conduziam, revelou para quem não sabia que os atentados, o terrorismo de direita, estava dentro do governo. Figueiredo manifestou indignação, prometeu investigar, mas precisou voltar atrás. Aparentemente porque a articulação do atentado, que pretendia explodir bombas e causar pânico em um show musical no qual se comemorava o 1º de maio - organizado por grupos de esquerda, e cheio de artistas conhecidos - havia se dado muito próxima, talvez dentro do círculo do poder. Frustrado com o desdobramento do episódio, o general Golbery, que de certa forma era um dos artífices da abertura política, deixa o governo. Figueiredo teve um problema cardíaco grave logo à frente e o governo se arrastou até o fim.” (Luis Roberto Barroso – Professor Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, advogado e parecerista)

Julho/1981

O jornal norte-americano New York Times noticia que pesquisadores da área médica estão estudando um estranho tipo de câncer que está atacando a comunidade homossexual de Nova York, São Francisco e Los Angeles. No ano seguinte, o termo Aids, em inglês *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (em português Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) seria usado pela primeira vez no periódico *Morbidity and Mortality Weekly Report*, com o título de “*Current Trends Update on Acquired Immune Deficiency Syndrome (Aids) - United States*”.

Julho/1982

O general Jeremy Moore, comandante da força-tarefa britânica, retoma as Ilhas Malvinas (Falklands, para os ingleses), dois meses após a ocupação pelo exército argentino.

Novembro/1982

Inaugurada Itaipu, uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo, no rio Paraná, entre Brasil e Paraguai. Os presidentes dos dois países, os generais João Baptista Figueiredo e Alfredo Stroessner, participam da solenidade

Dezembro/1982

Leonel Brizola é eleito governador do estado do Rio de Janeiro.

“Eu estava saindo da faculdade e fui orador da turma. Meu discurso, em agosto de 1981, voltava-se para a necessidade de reconstrução da democracia, no momento em que passava a existir, digamos assim, certo espaço de liberdade. Era um discurso cheio de esperança - em 1981 anunciavam-se as eleições de 1982 -, em que a sociedade democrática finalmente asseguraria uma distribuição justa de renda e melhores condições de vida para a população. Acho que minha geração, nesse particular, fracassou. Não conseguimos ainda estabelecer balizas éticas para a vida pública e as condições mínimas de dignidade para o povo brasileiro.” (Gustavo Tepedino – Professor Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da UERJ, Presidente do Instituto de Direito Civil, advogado e parecerista)

“Já em 1981, antes mesmo de disputar a eleição do Centro Acadêmico, alguns colegas e eu, em especial o Daniel Homem de Carvalho, resolvemos organizar um debate para a sucessão do governador Chagas Freitas, na Concha Acústica da UERJ. E aí saímos em campo para convidar os candidatos, e os nomes principais eram Sandra Cavalcanti, pelo PTB; Moreira Franco, pelo PDS; Miro Teixeira, pelo PMDB, Brizola, pelo PDT, e Lysâneas, pelo PT. E o debate ocorreu. Lotou a Concha Acústica e foi muito emocional, típico de uma prévia eleitoral, num instante em que as pessoas estavam ávidas por participar. A década de 80 foi muito propícia à atividade política, seja ela desempenhada na esfera do microcosmo do movimento estudantil, de um centro acadêmico, seja nas associações de moradores, que começavam a prosperar, a ter peso.” (Otávio Leite – ex-aluno da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Deputado Estadual e atual vice-prefeito da cidade do Rio de Janeiro)

1982

O professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UERJ, Oscar Dias Corrêa, é nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Fevereiro/1983

Inicia-se a campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República.

Março/1983

O deputado federal Dante de Oliveira, do PMDB do Mato Grosso, apresenta um projeto de emenda constitucional que prevê o restabelecimento de eleições diretas para presidente da República. Desde 1960 os brasileiros não escolhem o chefe do executivo.

Dezembro/1983

Raúl Alfonsín assume a Presidência argentina acabando com 8 anos de um violento regime militar.

O sindicalista polonês Lech Walesa, fundador da Central Sindical Solidarnosc, recebe o Prêmio Nobel da Paz.

1983

Fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Abril/1984

Comício da campanha pelas eleições diretas para presidente reúne 1,3 milhão de pessoas em São Paulo. No Rio de Janeiro, o comício pelas “Diretas já” reúne 1 milhão de pessoas. O jornalista Barbosa Lima Sobrinho se destaca como defensor da redemocratização geral do país.



Primeira página do jornal *Falo da Lei*, publicado pelo Centro Acadêmico Luiz Carpenter (Calc), com uma charge do presidente João Figueiredo. 1984.

Matéria sobre a Campanha das Diretas Já publicada no jornal *Falo da Lei*, do Centro Acadêmico Luiz Carpenter (Calc). 1984.



Abril/1984

Apesar da mobilização nacional, a Câmara dos Deputados rejeita a emenda constitucional “Dante de Oliveira” por uma diferença de 22 votos.

Agosto/1984

É homologada a candidatura de Tancredo Neves, do PMDB, para presidente da República. Seu adversário é o candidato do PDS, Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo.

31/10/1984

A primeira-ministra da Índia, Indira Ghandi, é assassinada com dez tiros por dois extremistas siks.

1984

Acontece o primeiro desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro na nova avenida do samba, projetada por Oscar Niemeyer e batizada pelos cariocas de “Sambódromo”.

São abertos os primeiros concursos públicos para o cargo de professor auxiliar na Faculdade de Direito da UERJ.

“Sempre tive o desejo de dar aula na UERJ. Era um grande sonho, uma ligação muito forte, por várias razões. Primeiro, pela ligação afetiva que a gente tinha, e segundo, pelo fato da UERJ ser a vitrine das Faculdades de Direito aqui no Estado, além de ser considerada uma das melhores do Brasil. Na realidade, só pude concretizar o sonho — e esse dado é muito importante — em 1984. Mas por que essa demora? Antigamente, na UEG (ou na UERJ) não havia concurso para o plano inicial da carreira, de professor auxiliar. As pessoas eram indicadas e contratadas pela faculdade. Após, elas podiam seguir a carreira, fazendo livre-docência, etc. E, eu não tive essa oportunidade, apesar de

ter dado aula na UERJ, como professor, durante um período. Mas, em 1984, o primeiro concurso foi aberto. O diretor da faculdade de Direito — acho importante registrar — era o professor Ricardo Lira. Então, foi somente a partir de 1984, que o ingresso de professores na UERJ passou a ser possível por concurso. E eu fiz esse concurso para professor auxiliar. Ocorre que seis meses antes, o professor Hamilton Moraes e Barros, de Processo, se aposentou, e o professor José Carlos Barboza Moreira perguntou se eu queria dar aula como professor contratado durante aquele período. E aceitei! Comecei a dar aula, e veio o concurso em 1984. Prestei as provas e fui aprovado.” (Paulo Cezar Pinheiro Carneiro — ex- aluno, Professor Titular de Teoria Geral do Processo da Faculdade de Direito da UERJ, advogado e parecerista)

Os Professores Paulo Cezar Pinheiro Carneiro e José Carlos Barboza Moreira, da Faculdade de Direito da UERJ.





“Era o início de 1987. Abriu-se então o concurso público, com apenas um mês de antecedência, para professor auxiliar de Direito Civil. Achei que não tinha condições de disputá-lo, porque haveria seguramente muitos candidatos e o programa era enorme. De fato, houve 18 inscritos. Procurei o professor Chamoun e comuniquei que não faria o concurso, que aquele não era ainda o meu momento. Eu não conseguiria preparar todos os pontos do programa. Respondeu-me ele, definitivo: “Se o senhor não disputar o concurso tenha a honestidade de pedir sua exoneração amanhã mesmo e abandonar a turma. Afinal, não poderá se manter em sala de aula se não se sente em condições de disputar o concurso para professor oferecido pela faculdade onde leciona”. Fiquei desconcertado e decidi me arriscar. Fui beneficiado pela honestidade e seriedade com que os concursos se realizam tradicionalmente na Faculdade de Direito da UERJ. A banca foi composta pelos professores Ricardo César Pereira Lira, Simão Isaac Benjô e Jacob Dolinger. Havia inúmeros ex-alunos da casa disputando o concurso comigo e houve igualdade de tratamento, mesmo sendo eu um desconhecido, vindo de outra Universidade. O concurso era composto por uma prova escrita, uma aula didática e o exame de títulos. A prova escrita teve como ponto ‘Contrato de fiança’. Os 10 aprovados foram convocados para a prova de aula. O ponto sorteado foi ‘Empreitada’. Os candidatos foram convidados a ficar numa sala, da qual eram chamados, de hora em hora, a partir das 8 horas da manhã em diante, para a aula. A Banca foi obrigada a ouvir 10 aulas sobre o mesmo tema, em pleno domingo, por dez horas consecutivas. Dizia-se que o bedel da Faculdade de Direito, Duarte, já falecido, tornou-se um especialista em ‘empreitada’.” (Gustavo Tepedino — Professor Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da UERJ, Presidente do Instituto de Direito Civil, advogado e parecerista)

“Nós mantemos a qualidade docente em primeira linha. E temos feito isso. Por exemplo: o Tepedino, um talento, jovem, não é? Eu vi Tepedino entrar pela porta, eu como diretor, num concurso de Direito Civil em que havia 19 candidatos. Eu nunca tinha visto o Tepedino. E o Tepedino tirou o primeiro lugar no concurso. Nunca tinha visto. Tal é a seriedade do concurso público. E nós temos mantido essa seriedade com rigor.” (Ricardo Cesar Pereira Lira — ex-aluno, ex-diretor e professor emérito da Faculdade de Direito da UERJ)

“No meu tempo todos os professores eram profissionais de grande reconhecimento, de grande prestígio. Ou eram desembargadores, procuradores de justiça, ou eram homens públicos, deputados e senadores. Era natural que os professores tivessem se dedicado a variados setores da vida profissional, mas sempre relacionados ao Direito, direta ou indiretamente às carreiras jurídicas, públicas, ou sendo grandes advogados. Ou à vida política, à vida pública, que esta sempre foi muito associada ao Direito. Então, era assim naquele tempo. Com o correr dos anos, eu verifico que há um profissionalismo acadêmico maior. As carreiras estão melhor definidas, sobretudo dentro da universidade. Há promoções. Há tarefas a serem cumpridas. Há exigências de publicação. Exigências curriculares. Isso tudo é saudável. Organiza melhor a universidade. Não é um templo apenas de grandes pensadores, como era no meu tempo, de pessoas de alto prestígio nacional. Hoje, você pode ter um excepcional professor que não tem prestígio nacional, que não passou pelo Parlamento, que não é membro de Tribunal e, não obstante, é um excelente professor. Uma pessoa dedicada a preparar as suas aulas. Atualizada com a jurisprudência. Então, esses professores que vivem no anonimato do pensamento jurídico, no sentido de não estarem ligados às profissões públicas, mas fazendo do professorado um verdadeiro sacerdócio, eu tenho uma verdadeira admiração.” (Carlos Roberto Siqueira Castro — ex-aluno e professor titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, ex-procurador chefe da Procuradoria Geral da República no Estado do Rio de Janeiro, ex-assessor especial da Assembléia Nacional Constituinte, ex-secretário de Estado e chefe de Gabinete Civil do governo do Estado do Rio de Janeiro, advogado e sócio do escritório Siqueira Castro Advogados)



Cartaz comemorativo dos cinquenta anos do Centro Acadêmico Luiz Carpenter (Calc). 1985

15/01/1985

Tancredo Neves é eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral. Seu vice é José Ribamar Sarney.

Janeiro/1985

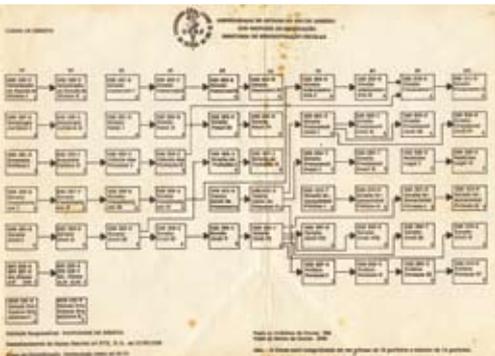
Realiza-se em Curitiba, Paraná, o primeiro Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), cuja principal bandeira é a reforma agrária.

Março/1985

O presidente eleito Tancredo Neves é internado no Hospital de Base de Brasília, onde vem a falecer após 38 dias de internação. José Sarney, vice-presidente, é empossado, pondo fim a 21 anos de governo militar.

1985

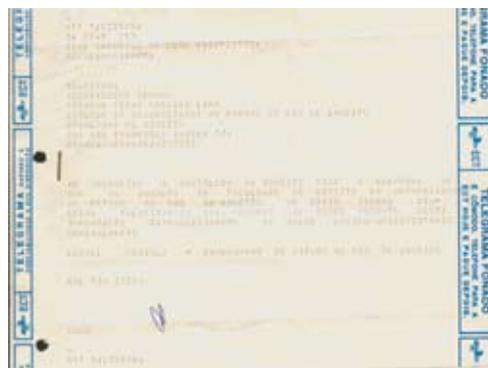
A Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro comemora seu Jubileu de Ouro com várias atividades, entre elas a publicação do livro "Temas Atuais do Direito Brasileiro", composto por artigos escritos por professores da casa, além de uma exposição com documentos e fotografias de seu acervo.



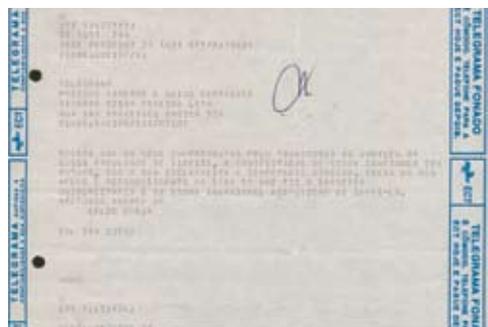
Grade de disciplinas do curso de Direito da UERJ. Década de 1980.



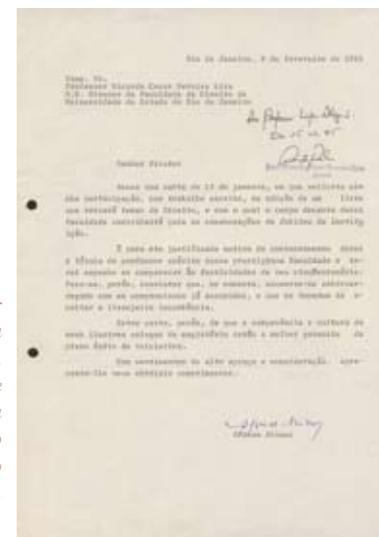
Reivindicações do Diretório Central dos Estudantes da UERJ: eleições diretas, mais verbas e autonomia universitária. C. 1985.



Telegrama enviado pelo governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, à direção da Faculdade de Direito da UERJ, na ocasião da comemoração do Jubileu de Ouro daquela instituição. 1985.



Carta enviada pelo jurista e professor emérito Afonso Arinos à direção da Faculdade de Direito da UERJ, parabenizando-a pelo seu Jubileu de Ouro, e agradecendo o convite para participar do livro comemorativo "Temas Atuais do Direito Brasileiro nos anos 1980". 1985.



Telegrama enviado pelo professor Célio Borja à direção da Faculdade de Direito da UERJ, congratulando-a pelo seu Jubileu de Ouro. 1985



Comemorações do Jubileu de Ouro da Faculdade de Direito da Uerj. Da esquerda para a direita: professor Ivo Barbieri, vice-reitor; professor Ricardo César Pereira Lira, diretor da Faculdade de Direito; professor Charley Fayal de Lyra, reitor; professor José Pereira Lira (em pé, discursando); e professor Oscar Dias Corrêa. 1985.

Comemorações do Jubileu de Ouro da Faculdade de Direito da Uerj. Da esquerda para a direita: professor Ivo Barbieri, vice-reitor; professor Ricardo César Pereira Lira, diretor da Faculdade de Direito; professor Charley Fayal de Lyra, reitor; professor José Pereira Lira; e professor Oscar Dias Corrêa. 1985.



ATENÇÃO

CONCURSO CINQUENTENÁRIO DA FACULDADE DE DIREITO-UERJ

DOIS PRÊMIOS
PRESIDENTE TANCREDO NEVES
PROFESSOR JOSÉ PEREIRA LIRA

Cr\$ 1.000.000 (HUM MILHÃO DE CRUZEIROS CADA UM) PARA OS DOIS MELHORES TRABALHOS SOBRE O TEMA

"A ECONOMIA DE MERCADO E SEUS INSTRUMENTOS JURÍDICOS".

INSCRIÇÕES NA SECRETARIA DA FACULDADE DE DIREITO

INSTRUÇÕES NO EDITAL Nº 01/85, AFIXADO NA SECRETARIA DA FACULDADE, NAS SALAS DE AULAS, NOS QUADROS DE AVISOS E NO CENTRO ACADÊMICO LUIZ CARPENTER.

APOIO:
FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE BANCOS

Cartaz do concurso "Cinquentenário da Faculdade de Direito da Uerj", com dois prêmios: "Presidente Tancredo Neves" e "Professor José Pereira Lira". 1985

 UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro tem o prazer de convidar para o coquetel de lançamento do livro "Os Temas Fundamentais do Direito Brasileiro nos anos 80", dia 22 de abril, às 19 horas, na Sala de Exposições Cândido Portinari, no Campus da UERJ.

Rua São Francisco Xavier, 524 - Estacionamento Próprio

Convite para o lançamento do livro "Temas Atuais do Direito Brasileiro nos anos 1980". 1985.

Janeiro/1985

Acontece no Rio de Janeiro o *Rock in Rio*, festival que une ídolos da música pop internacionais e nacionais e contou com um público de mais de um milhão de pessoas.

Fevereiro/1986

Lançamento do Plano Cruzado, uma tentativa do governo de controlar a inflação que, no ano anterior, chegara a 255,16%. O novo plano econômico substituiu o cruzeiro pelo cruzado (corte de três zeros), acaba com a correção monetária, cria o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e congela os preços.

O jornal O Carbonário, publicado pelos alunos da Faculdade de Direito da UERJ, crítica, com muito humor, o Centro Acadêmico Luiz Carpenter (Calc) e plano de controle da inflação e gastos públicos do Governo Sarney. C. 1987.



Panfletos da chapa "Sacode a poeira", candidata ao Calc, com críticas à situação do ensino superior no país e à Assembleia Constituinte.

Outubro/1986

Nas eleições diretas para governador, o PMDB elege 22 governadores.

1986

O presidente José Sarney nomeia o ex-deputado federal Célio Borja, formado pela Faculdade de Direito da UERJ, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

01/02/1987

É instalada a 5ª Assembleia Nacional Constituinte, sob a presidência de Ulysses Guimarães, líder do PMDB.



“Eu me tornei muito amigo de Afonso Arinos. Acabei sendo assistente dele na faculdade. Depois, o encontrei na Constituinte. Ele foi relator da Assembléia Nacional Constituinte e eu fui um dos professores convidados pelo deputado Ulysses Guimarães, que era presidente da Constituinte, para assessorar a Constituinte. Nós éramos constituintes ad-hocs, como a gente chamava. Era um grupo suprapartidário, onde estavam, por exemplo o José Afonso da Silva, de São Paulo, Miguel Reale Júnior, a professora Ada Pellegrini, o professor Paulo Benavides, do Ceará. Era um buquê de pessoas que tinham a posição muito de um constitucionalismo democrático e nós fomos então recrutados, convocados a dar apoio a Constituinte. Eu fiquei praticamente um ano e meio indo a Brasília toda semana. Morando em Brasília e voltando no fim de semana para ficar com a família. Foi um momento de muito entusiasmo. Muito apaixonante. Era o Brasil se reencontrando com a democracia. O Brasil se exorcizando de todo aquele legado de tristezas, de arbitrariedade da ditadura. E o povo brasileiro estava muito próximo da constituinte.” (Carlos Roberto Siqueira Castro – ex-aluno e professor titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, ex-procurador chefe da Procuradoria Geral da República no Estado do Rio de Janeiro, ex-assessor especial da Assembléia Nacional Constituinte, ex-secretário de Estado e chefe de Gabinete Civil do governo do Estado do Rio de Janeiro, advogado e sócio do escritório Siqueira Castro Advogados)

Fevereiro/1987

O governo brasileiro anuncia a suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa, que atinge US\$ 108 bilhões.

Novembro/1987

O governo brasileiro declara o fim da moratória, pagando US\$ 500 milhões ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Dezembro/1987

A Unesco declara Brasília Patrimônio Histórico da Humanidade.

Fevereiro/1988

Tempestades de verão causam mortes e estragos no Rio de Janeiro. Trezentas pessoas morrem, 700 ficam feridas e 10 mil estão desabrigadas.

Junho/1988

Um grupo dissidente do PMDB funda o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

05/10/1988

A Assembléia Constituinte promulga a nova constituição do Brasil. É a sétima carta constitucional do país desde a sua independência, em 1822.

“Esta revolução no Direito Constitucional foi feita, em ampla medida, a partir daqui da UERJ. A minha própria tese de livre-docência chamava-se o “Direito Constitucional e a efetividade de suas normas”, que era o desenvolvimento de um artigo anterior, que eu tinha escrito, chamado “Por que não uma constituição para valer?”. E neste momento, em meados da década de 80, é que começa esse movimento de transformação da constituição num instrumento de trabalho. E esse era um movimento importante porque, mesmo aquela constituição que era a Constituição de 1969, constituição do regime militar, tinha partes extremamente avançadas, extremamente progressistas. Portanto, transformar a Constituição num instrumento de trabalho dos juizes, dos operadores políticos, era permitir que o Direito se tornasse mais progressista. E efetivamente esse movimento desaguou na Constituição de 1988, que tem muitas deficiências, mas certamente é a Constituição que fez a travessia bem sucedida do Brasil de um regime autoritário, intolerante e por vezes violento, para um Estado Democrático de Direito. E é uma Constituição que em muitas das suas partes é uma constituição progressista. De modo que eu faço parte de uma geração que sonhou um país em liberdade e venceu!”(Luis Roberto Barroso – Professor Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, advogado e parecerista)

“Essa última Constituição ficou divulgada, quase não se vende ela sozinha... Porque ela vem nos Códigos, tanto da Saraiva quanto da RT, Revista dos Tribunais, que são mais organizados. E ela vem inserida no Código de Processo Civil, no Código Civil, no Código Penal, no Código de Processo Penal, no Código Comercial. Você pede o Código Comercial, vem a Constituição. Até nem se vende mais, mas há procura. A Constituição é imprescindível. Ela é que rege toda a história.”(Antenor Barbosa dos Santos – Livreiro da Faculdade de Direito da UERJ)

09/11/1988

Cerca de 3 mil operários em greve ocupam a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e reivindicam reposição salarial e turno de seis horas. Cerca de 1300 homens do exército e da PM são chamados para retirar os grevistas. Três operários são mortos e nove ficam feridos na ação.

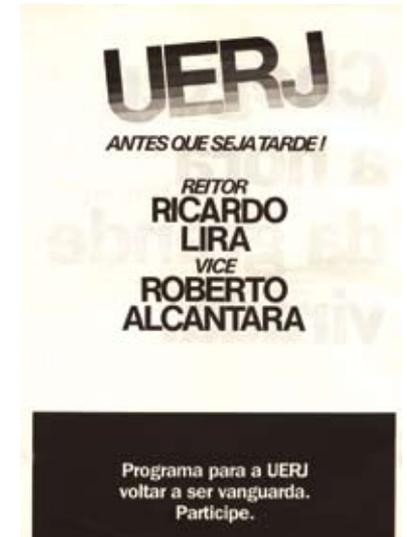
22/12/1988

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (AC), Chico Mendes, é morto a tiros no quintal de sua casa. O assassino é Darci Alves, filho do fazendeiro Darly Alves, mandante do crime. Organizações de defesa dos Direitos Humanos pedem ao governo brasileiro punição para os criminosos.

1988

A UERJ, acompanhando o movimento de redemocratização nacional, elege pela primeira vez em sua história um reitor através do voto direto. Os Professores Ivo Barbieri, do Instituto de Letras, e João Regazzi, do Instituto de Medicina Social, são eleitos reitor e vice-reitor para um mandato de quatro anos.

Primeiro número do jornal Transparência, publicado à época da primeira eleição direta para reitor da UERJ, em 1987. Concorriam ao cargo cinco chapas, entre elas a chapa liderada por Ricardo Lira, professor e ex-diretor da Faculdade de Direito.



Capa do programa de gestão dos candidatos Ricardo Lira e Roberto Alcântara, na ocasião das primeiras eleições diretas para reitor da UERJ, em 1988.



As eleições diretas para reitor da UERJ é notícia na 'Tribuna da Imprensa'. Outubro de 1987.





O jornal satírico O Carbonário, publicado pelos alunos da Faculdade de Direito da UERJ, anuncia as eleições diretas para reitor da universidade. 1987.

Abril/1989

Oscar Dias Corrêa, ex-diretor da Faculdade de Direito da UERJ e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), é eleito para a cadeira nº 28 da Academia Brasileira de Letras.

Junho/1989

Milhares de estudantes chineses protestam na Praça da Paz Celestial, em Pequim, por liberdade e democracia. O Exército de Libertação do Povo invade a praça e mata milhares de manifestantes.

15/11/1989

Realizam-se eleições diretas para presidente. Disputam o 2º turno Fernando Collor de Mello (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O candidato do PRN ganha a disputa com 53,03% dos votos contra 46,97% do candidato do PT.

Novembro/1989

O Muro de Berlim, que desde 1961 dividia a antiga capital alemã em duas zonas, uma capitalista e outra comunista, é derrubado. Centenas de alemães, de ambos os lados, se reencontram emocionados.

Dezembro/1989

Após 16 anos de ditadura, chilenos elegem Patricio Aylwin para a presidência da República, pondo fim ao regime ditatorial de Augusto Pinochet.

1989

Criado o Centro Cultural Banco do Brasil, um pólo multimídia e fórum de debates, instalado na antiga sede do banco, uma imponente construção do início do século XX, à Rua Primeiro de Março, no centro do Rio de Janeiro.



Campanha pelas eleições diretas para reitor da UERJ, década de 1980.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE DIREITO

SOLENIDADE COMEMORATIVA DOS 60 ANOS DA FACULDADE DE DIREITO

O Diretor e o Vice-Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professores Antonio Celso Alves Pereira e Gustavo José Mendes Tepepino, têm a honra de convidar para a solenidade comemorativa dos sessenta anos de fundação da Faculdade, participando a seguinte programação:

Dia 11 de maio de 1995

- 19:00h - Conferência do Professor Cúrio Tício, Professor Catedrático, Ex-Reitor e Ex-Diretor da Faculdade de Direito da UERJ, sobre a Faculdade de Direito e sua história
- 20:00h - Inauguração da Galeria de Retratos dos Ex-Diretores da Faculdade de Direito
- 20:30h - Apresentação da Galeria de Retratos dos Ex-Diretores da Faculdade de Direito, edição comemorativa

Década de 90

Palestra de Técio Lins e Silva, ex-secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no auditório da Faculdade de Direito da Uerj. Entre outros, da esquerda para a direita: Luiz Gustavo Castanho de Carvalho, coordenador do Setor Criminal do Escritório Modelo da Faculdade de Direito da Uerj (2°); e o palestrante (3°). 3/05/1990.



1990

Após 27 anos de prisão, o líder nacionalista negro Nelson Mandela é libertado na África do Sul.

15/03/1990

Fernando Collor de Mello é empossado presidente da República.

Março/1990

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, anuncia o Plano Collor, pacote econômico que, entre outras medidas, confisca, por 18 meses, os saldos de conta corrente e poupança e outros investimentos superiores a CR\$ 50.000 e reintroduz o cruzeiro em substituição ao cruzado novo. Dezenas de brasileiros correm aos bancos na tentativa de retirar suas aplicações.

Reforma constitucional na URSS cria uma função presidencial, abole o papel dirigente do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), e reconhece a propriedade privada.

Maió/1990

A área Criminal do Escritório Modelo da Faculdade de Direito da UERJ promove um debate com a participação do criminalista Técio Lins e Silva, ex-secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Agosto/1990

As tropas do ditador iraquiano Saddam Hussein invadem o Kuwait. Saddam recusa o ultimato da ONU para retirar tropas em nove dias. Em janeiro de 1991, as forças norte-americanas, francesas e inglesas iniciam a operação “Tempestade no Deserto”, contra as forças iraquianas.

Assinatura, em Berlim, do Tratado de Unificação entre a República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental) e a República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), concluindo a união monetária, econômica e social, iniciada em maio.

26/03/1991

Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai assinam o Tratado de Assunção, que cria o Mercado Comum do Sul (Mercosul), tornando-os parceiros comerciais.



Palestra de Técio Lins e Silva, ex-secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no auditório da Faculdade de Direito da Uerj. Luiz Gustavo Castanho de Carvalho, coordenador do Setor Criminal do Escritório Modelo da Faculdade de Direito da Uerj e o palestrante convidado. 3/05/1990.

I Seminário de Desenvolvimento do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro, realizado na UERJ com o apoio da Faculdade de Direito e da Sub-reitoria de Extensão e Cultura (SR-3). O diretor da Faculdade de Direito, Professor Maurício Jorge Pereira Mota (2º, da esquerda para a direita), fala durante o evento.



Março/1991

Entre em vigor o Código de Defesa do Consumidor

10/05/1991

Assume o Ministério da Fazenda o embaixador Marcílio Marques Moreira, ex-aluno e professor da Faculdade de Direito da UERJ à época.

Junho/1991

Bóris Yeltsin é eleito, através do voto direto, presidente da Federação Russa. Mikhail Gorbachev renuncia ao cargo de secretário-geral do Partido Comunista, que é colocado na ilegalidade.

Agosto/1991

É criada pela Organização Européia de Pesquisa Nuclear (Cern), sediada na Suíça, a World Wide Web (www), permitindo a publicação de informações em páginas da rede mundial de computadores.

“Uso a Internet. Não entusiasticamente. A minha relação com o computador, e com tudo o que se refere a ele, é um pouco litigiosa. Não tenho muito jeito para lidar com aparelhos, com máquinas. E acho que o computador deixa ainda muito a desejar. É muito aleatório, de repente ele dá certos “faniquitos”, “fricotes” inesperados. Mas eu uso a internet como instrumento de pesquisa, digamos assim, moderadamente.” (José Carlos Barbosa Moreira – Professor Titular de Direito Processual da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro)

Dezembro/1991

A União Russa Socialista Soviética (URSS) é extinta.

“A maior frustração da minha geração, dentro da minha postura ideológica, foi o desaparecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Eu até brinco com os meus amigos, dizendo que se o meu pai ressuscitasse e encontrasse comigo na avenida Rio Branco e eu falasse sobre a minha vida, então ele iria acreditar em tudo. Mas se eu falasse para ele: “Oh, papai, a União Soviética acabou!”, ele não iria acreditar... Morreu em 1986, era algo que não estava no horizonte intelectual dele. Então, a minha maior derrota, além dessa derrota ideológica, a minha maior derrota é que o modelo americano dos Estados Unidos não ganhou apenas na economia. Eles ganharam na política.” (Luiz Fernando Couto – ex-aluno, ex-presidente do CALC, Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, Consultor Jurídico de FURNAS)

A Faculdade de Direito da UERJ anuncia a criação de um curso de pós-graduação em Direito da Cidade, o primeiro do país na área voltado para o fenômeno urbano. O curso, que será iniciado no primeiro semestre de 1991 com a abertura de 15 vagas, deverá envolver, entre outras temáticas, Política e Estrutura dos Valores Urbanos; Planejamento; Arquitetura e Antropologia.

“A idéia nasceu quando eu era diretor da Faculdade de Direito. Ai eu estruturei e pensei tudo. Mas propriamente a instituição formal já foi com o Benjô, que me sucedeu. Eu imaginei tudo. Definimos qual seria a nossa área de concentração. Definimos que seria o Direito da Cidade, considerando os nossos problemas de ocupação irregular do espaço; problema da intensidade demográfica do Rio de Janeiro; o problema das migrações multidirecionais. Já definimos tudo isso, e estabelecemos todo o esquema. Apenas o meu mandato acabou e foi implantado na gestão do Benjô, que era um entusiasta também. Que gostava, também, e estava inteiramente de acordo comigo. E acontece isto mesmo: você não tem tempo de acabar na sua gestão e, desde que você não tenha um opositor, e não tínhamos, o Benjô era meu amigo, realizamos! Realizamos a pós-graduação, com grande sucesso. E veio o reconhecimento pela CAPES. A CAPES é um órgão do Ministério da Educação que é uma fundação destinada ao aperfeiçoamento do ensino superior. Antes de você ter o reconhecimento pela CAPES, a CAPES manda 2 ou 3 visitantes para ir ver como é que está o curso, como é o programa. Eles ficaram encantados. E ai houve um reconhecimento pleno, direitinho, do Direito da Cidade. Tudo funcionou às mil maravilhas.” (Ricardo Cesar Pereira Lira – ex-aluno, ex-diretor e professor emérito da Faculdade de Direito da UERJ)

É fundada pelos alunos da Faculdade de Direito da UERJ a Associação Atlética Acadêmica Ricardo Lira.

“O Centro Acadêmico representa os alunos perante os órgãos acadêmicos. A Associação Atlética – que se chama Associação Atlética Acadêmica Ricardo Lira, não por outra razão, senão porque ele foi um grande incentivador do movimento estudantil e da criação de uma associação atlética –, mas a Associação Atlética também é uma associação de alunos, uma personalidade jurídica, tudo direitinho. Mas, ela não interfere com assuntos acadêmicos, quer dizer, o Centro Acadêmico tem assento no Conselho Departamental da faculdade. A Associação Atlética não tem assento em lugar nenhum. E a Associação Atlética da época movimentava a faculdade. Na época, nós criamos, não foi a minha geração, foi uma geração anterior, o Japiassú foi um dos fundadores, professor da faculdade, pois criaram um negócio chamado Jogos Jurídicos que, na época, levavam por volta de 10 mil estudantes de Direito para uma determinada cidade e faziam uma pequena olimpíada. E aquilo, realmente, movimentava muito a faculdade. Quer dizer, a gente, na época, devia ter uns 1.500 alunos na Faculdade. Desses 1.500, talvez 1000 fossem alunos ativos, quer dizer, aquele sujeito que frequenta a faculdade, assiste aula. E a gente conseguia levar 800 pessoas... Isto em 1994, 95, 96. Nós fizemos Jogos Jurídicos Nacionais em Resende, em 1995, 1996. Tinham mais de 15 mil estudantes do país inteiro. A cidade parava.” (Flávio Galdino – ex-aluno e professor de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da UERJ)



A equipe esportiva da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) exibe os troféus conquistados no torneio I Jogos Jurídicos Nacionais. Outubro de 1993.

Equipe feminina de Futebol de Salão da Associação Atlética Acadêmica Ricardo Lira durante um torneio na cidade de Petrópolis, em 1995.



Equipe e torcida da Associação Atlética Acadêmica Ricardo Lira durante um torneio em Campos, em 1995.



Time de handebol da Associação Atlética Acadêmica Ricardo Lira no Campeonato Universitário, em Atibaia, São Paulo.



A torcida da Associação Atlética Acadêmica Ricardo Lira nos Jogos Jurídicos Regionais, na cidade fluminense de Campos, em 1995.



Jornal O Século, publicado pelo Centro Acadêmico Luiz Carpenter (Calc), com a apresentação do professor Antônio Celso Pereira Alves, diretor da Faculdade de Direito da Uerj. Maio de 1994



1992

Acontecem as primeiras eleições diretas para o cargo de diretor da Faculdade de Direito da Uerj. São eleitos diretor e vice-diretor os professores Antônio Celso Alves Pereira e Gustavo Tepedino.



Os candidatos à direção da Faculdade de Direito da Uerj, os professores Antônio Celso Pereira Alves e Gustavo Tepedino, durante a campanha eleitoral, no saguão da faculdade. 1992.



Solenidade de posse dos diretores eleitos da Faculdade de Direito da Uerj, Antônio Celso Pereira Alves e Gustavo Tepedino, para o quadriênio 1992-1996. Da esquerda para a direita, o ex-reitor Ivo Barbieri, Otávio Leite, o professor Ricardo César Pereira Lira, os professores empossados, o reitor Hésio Cordeiro e o professor Caio Tácito.



O professor Antônio Celso Pereira Alves, candidato ao cargo de diretor da Faculdade de Direito da Uerj, durante a campanha eleitoral. 1992.

Janeiro/1993

A Tchecoslováquia é dividida em República Tcheca, com a capital em Praga, e República Eslovaca, com a capital em Bratislava.

Março/1993

Acontece na Faculdade de Direito da UERJ um debate sobre regimes e formas de governo, na ocasião do plebiscito a respeito da manutenção do presidencialismo no Brasil. Participam do evento o senador Darcy Ribeiro; o ex-governador do estado de São Paulo, Franco Montoro; e o professor Gastão Reis. Além dos convidados, compareceram o reitor Hésio Cordeiro, o diretor da faculdade de direito, Antônio Celso Alves Pereira, e o presidente do Centro Acadêmico Luiz Carpenter (CALC), Demmys Zimmermman.

Junho/1993

A Universidade do Norte Fluminense (UNEF), idealizada pelo antropólogo Darcy Ribeiro, realiza seu primeiro vestibular. O campus universitário da nova universidade está localizado no município de Campos dos Goitacazes.

01/11/1993

Entra em vigor o Tratado de Maastricht, que cria a União Européia. A partir dessa data, a Comunidade Européia deixa de ser apenas uma zona de livre comércio e inicia sua unificação política e econômica.

Dezembro/1993

O ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso anuncia um programa de estabilização econômica. O chamado Plano FHC cria a URV (Unidade Real de Valor), indexador que será base para a nova moeda, o Real.

1993

Entra em vigor o novo currículo da Faculdade de Direito da UERJ, reformulado por uma Comissão Acadêmica coordenada pelo professor Gustavo Tepedino.

É implementado pela Faculdade de Direito da UERJ o Programa de Iniciação Científica, com o objetivo de estimular atividades de pesquisa entre os alunos da graduação da Faculdade.

Janeiro/1994

É realizada a primeira defesa de dissertação no Programa de Pós-graduação em Direito da Cidade da Faculdade de Direito da UERJ. A dissertação “A crise da matriz estadocêntrica na arena de segurança: uma alternativa de interpretação”, da mestranda Maria Cristina Ferraz Alves, foi avaliada pelos professores Ronaldo Coutinho, Ricardo Lobo Torres e Jose Ribas Vieira, que integraram a banca examinadora.

01/05/1994

O piloto brasileiro Ayrton Senna morre após acidente em Imola, Itália. A morte do piloto, três vezes campeão mundial de Fórmula 1, causa grande comoção no país.

Maiio/1994

É inaugurado o Eurotúnel, ligando a Inglaterra à França sob o Canal da Mancha. Trens de alta velocidade fazem o percurso entre Calais (França) e Folkstone (Inglaterra) em aproximadamente 35 minutos.

01/07/1994

Entra em circulação a nova moeda, o Real (R\$). Os preços, então expressos em URV, são convertidos para Real, mantendo a paridade

Julho/1994

O Brasil é tetracampeão mundial de futebol, ao vencer a Itália, em Los Angeles, na Copa do Mundo dos Estados Unidos.

Outubro/1994

O ex-ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente da República em primeiro turno com 54,3% dos votos contra 27% do petista Luiz Inácio Lula da Silva.

O ex-presidente Fernando Collor, julgado inelegível por oito anos pelo Senado Federal, em 1992, é absolvido no Supremo Tribunal Federal (STF), no processo criminal que o acusa de prática de corrupção passiva. À frente da defesa está o criminalista Antônio Evaristo de Moraes Filho, ex-aluno e professor de Direito Penal da Faculdade de Direito da UERJ. Apesar da vitória, o ex-presidente ainda responde por 35 ações judiciais.

”SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ação Penal n.º 307-31020 - Distrito Federal

Relator: Exmo. Sr. Ministro Ilmar Galvão

Revisor: Exmo. Sr. Ministro Moreira Alves

Denunciados: Fernando Affonso Collor de Mello e outros

APRESENTAÇÃO

Esta publicação, que o jargão forense denomina memorial, contém as alegações finais da Defesa, apresentadas no processo a que responde o ex-presidente Fernando Collor, perante o Supremo Tribunal Federal, onde figura como acusado da prática do delito de corrupção passiva, estando o julgamento previsto para breve.

Em regra, os memoriais são distribuídos, exclusivamente, para os juízes e advogados participantes da causa.

Entretanto, como assinala o penalista italiano Titta Mazzuca, em sua “Anatomia dell’Errore Giudiziario”, há certos processos que são submetidos a dois debates paralelos: um disciplinado pelos códigos e dirigido aos magistrados; e outro sem qualquer parâmetro na lei, muitas vezes descompromissado com as provas dos autos, tendo a opinião pública como juiz.

Seria farisaico desconhecer que o “Caso Collor” constitui exemplo típico de processo lançado ao duplo debate, com a singularidade de a voz da Defesa vir sendo ouvida tão só num deles, o travado no tribunal.

Assim já fora, desde outubro de 1992, durante o vertiginoso transcurso do processo de impeachment.

Naquela ocasião, o pretexto para desprezar-se a eloqüente frieza dos argumentos da Defesa foi que se tratava de um julgamento político, e não jurídico. A ardência do clamor popular seria o mais potente fermento para a condenação.

De nada valeram os reclamos da Defesa em busca de um julgamento baseado na lei e nas provas, com o Senado Federal a funcionar como um verdadeiro corpo judiciário, em respeito às lições de um dos maiores juristas brasileiros, Pontes de Miranda.

Mais tarde, o caráter estritamente político do processo de impeachment desnudou-se, ao se ter notícia, através da palavra insuspeita do Governador do Estado de São Paulo, Dr. Luiz Antonio Fleury Filho, de que o então Presidente da República em exercício, Dr. Itamar Franco, nomeara Ministro da Indústria e Comércio o senador Andrade Vieira porque esse parlamentar “representava o PTB e ele, presidente, precisava dos votos do PTB para apoiar o impeachment no Senado” (“Jornal do Brasil”, 05/09/93, p. 13).

Assim, mais do que político, foi um julgamento político-partidário.

O epílogo todos conhecemos. O Sr. Fernando Collor acabou destituído da Presidência, através de uma renúncia coacta, e foi condenado à inabilitação, por oito anos, para o exercício de qualquer função pública.

Não se discute o mérito do veredicto senatorial. O intolerável é que a pretexto de tratar-se de um julgamento político, negou-se ao ex-presidente o exercício amplo do direito de defesa.

Agora, entretanto, o parecer dos doutos é uníssono. Estamos diante de um julgamento jurídico, a consumir-se à luz das leis e das provas, tornando-se impertinente falar-se em descabida impunidade, caso os mais conspícuos juizes do país venham a proclamar a improcedência da denúncia.

Os eminentes ministros do Supremo Tribunal Federal já conhecem as razões da Defesa. Assim, o presente memorial destina-se, em primeiro lugar, aos profissionais do foro, em geral; aos professores e alunos das academias de Direito; à Ordem e aos Institutos dos Advogados, para que todos possam melhor compreender o futuro veredicto da Alta Corte, seja ele qual for.”

(trecho das Alegações Finais da defesa do ex-presidente Fernando Collor. Pelos advogados Antonio Evaristo de Moraes Filho, Cláudio Lacombe e Fernando Neves da Silva. Junho de 1994)

1994

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), acompanhando uma tendência do meio acadêmico nacional, cria sua própria editora, a EDUERJ. Atualmente, a EDUERJ possui sua própria livraria, localizada no pavimento térreo do pavilhão João Lyra Filho, no Campus Maracanã.

Acontece na Faculdade de Direito da UERJ o seminário Sociedade Anônima e Direito Empresarial, promovido pelo Centro Acadêmico Luiz Carpenter (Calc) e pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Cidade, da Faculdade de Direito. Participam do evento vários professores da Faculdade, como Ricardo Cesar Pereira Lira, Celso Mello, Luis Roberto Barroso, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro e Antonio Celso.

É eleito governador do Estado do Rio de Janeiro Marcello Nunes de Alencar (PSDB), ex-aluno da Faculdade de Direito da UERJ.

↑ *Novembro/1995*

O quadro “Abaporu”, da pintora brasileira Tarsila do Amaral (1886-1973), é arrematado em leilão por Eduardo Constantini, colecionador e banqueiro argentino, por US\$ 1,3 milhão. A tela ficará exposta no Museu de Arte Latino-americano de Buenos Aires (Malba), construído para abrigar a coleção particular do banqueiro argentino.

1995

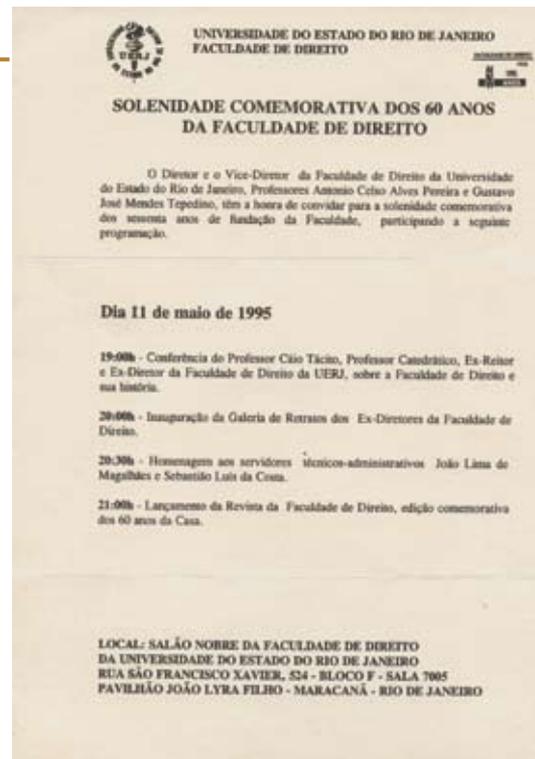
São inaugurados os primeiros provedores comerciais de acesso à Internet nas principais cidades brasileiras.

A Faculdade de Direito da UERJ completa 60 anos de fundação.

Convite para solenidade comemorativa dos 60 anos da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Maio de 1995.

A Faculdade de Direito da UERJ anuncia a expansão de seu Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu ao abrir a área de concentração em Direito Civil, em nível de mestrado e doutorado.

“Logo depois da implantação da primeira área de concentração do Programa de Pós-Graduação, Direito da Cidade, tratamos de criar a área de Direito Civil. Juntamente com a professora Maria Celina Bodin de Moraes, com o professor Ricardo Lira, a professora Heloisa Helena e sob a liderança do Antonio Celso, na direção da Faculdade, ousamos criar, concomitantemente, o mestrado e o doutorado em direito civil. Contamos com alguns professores visitantes, que tinham conhecimento e experiência em pós-graduação, e foram fundamentais para a implantação do Programa. A Professora Maria Celina Bodin de Moraes concebeu em grande parte o projeto relativo ao direito civil e a Professora Rosângela Lunardelli nos aproximou do mundo da CAPES e das agências de fomento. Minha lembrança daquele período é de muito trabalho, especialmente porque não tínhamos uma cultura da pós-graduação em nossa Faculdade.” (Gustavo Tepedino – Professor Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da UERJ, Presidente do Instituto de Direito Civil, advogado e parecerista)



“Tudo o que queria era ser professor, e queria muito poder construir uma escola de pensamento, como tinha visto na Itália. Construir uma escola no sentido de formação de uma corrente de pensamento, de pessoas que partilham daquilo que a gente hoje chama de mesmos marcos teóricos e que desenvolvem estudos e grupos de pesquisa numa mesma direção. Tenho a alegria de dizer que construímos, a muitas mãos, uma escola na Faculdade de Direito da UERJ. (...) Nossa escola de Direito Civil se espalhou para todo o Rio de Janeiro e hoje tem interlocutores no Brasil e no exterior, com os mesmos matizes dogmáticos, teóricos e metodológicos. Há efetivamente coerência entre as diversas gerações de estudiosos e temos na Revista Trimestral de Direito Civil, publicada pela Editora Padma/Renovar, um importante fórum de debate.”
(Gustavo Tepedino – Professor Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da UERJ, Presidente do Instituto de Direito Civil, advogado e parecerista)

17/04/1996

A rodovia PA-150, em Eldorado dos Carajás, é ocupada por manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que protestam contra a lentidão da reforma agrária. A Polícia Militar intervém e, em apenas 20 minutos de confronto, 19 sem-terra são mortos. Três anos depois, os oficiais da PM responsáveis pela ação seriam julgados e absolvidos.

Maio/1996

Consórcio liderado pela estatal francesa Electricité de France compra por R\$ 2,216 bilhões o controle acionário da Light, a companhia de eletricidade do Rio de Janeiro.

Junho/1996

Entra em vigor a Emenda Constitucional que institui a possibilidade da reeleição por mais um período dos atuais mandatários dos cargos executivos – presidente, governadores e prefeitos.

Dezembro/1996

O presidente sul-africano Nelson Mandela assina a nova Constituição de seu país, pondo fim ao *Apharteid*.

Fevereiro/1997

Cientistas britânicos anunciam o nascimento de Dolly, primeiro mamífero clonado a partir de célula não-reprodutiva de um adulto. Clones de embriões ou de células reprodutivas de mamíferos já haviam sido obtidos havia duas décadas.

Novembro/1997

Inaugurado o posto de atendimento jurídico do IX Juizado Especial Cível (JEC), instalado no campus Maracanã da UERJ.

“Uma das linhas, não é que seja a mais importante, mas é aquela que gerou um fruto muito valioso, foi a pesquisa de campo. E pesquisa de campo era uma coisa também muito nova em Direito. Foi incrível, porque totalmente diferente. Começavam, naquele momento, a existir os Juizados de Pequenas Causas, e tinha tudo a ver com a linha de pesquisa que desenvolvíamos. Quer dizer, aquelas pessoas que eram privadas do Judiciário, ou pela questão financeira, ou porque não tinham advogados, agora possuíam a chance de levar adiante pequenas causas. A nossa pesquisa começou a ser feita a partir de 1994, e alguns anos antes foi criado o Juizado de Pequenas Causas, que eram tribunais situados em bairros e que tinham por finalidade, receber e julgar causas de pequena monta, em que as pessoas podiam ir sem advogados, sem custas e resolver com uma rapidez sensacional, até mesmo porque a sua proposta era resolver os casos em, no máximo, 60 dias. Os pequenos Juizados começaram a ser inaugurados em alguns locais, e eu, naquele momento, via a possibilidade de instalar e criar um Juizado para funcionar na UERJ. Então, o Juizado se tornou uma realidade na faculdade. Ele cumpre um papel importantíssimo hoje, ele vive cheio... Mas a verdade é que foi uma luta muito grande a sua implantação.” Paulo Cezar Pinheiro Carneiro – ex- aluno, Professor Titular de Teoria Geral do Processo da Faculdade de Direito da UERJ, advogado e parecerista)



Posto de Atendimento Jurídico do 9º Juizado Especial Cível na Faculdade de Direito da Uerj.



Sala de Conciliação do Posto de Atendimento Jurídico do 9º Juizado Especial Cível na Faculdade de Direito da Uerj.

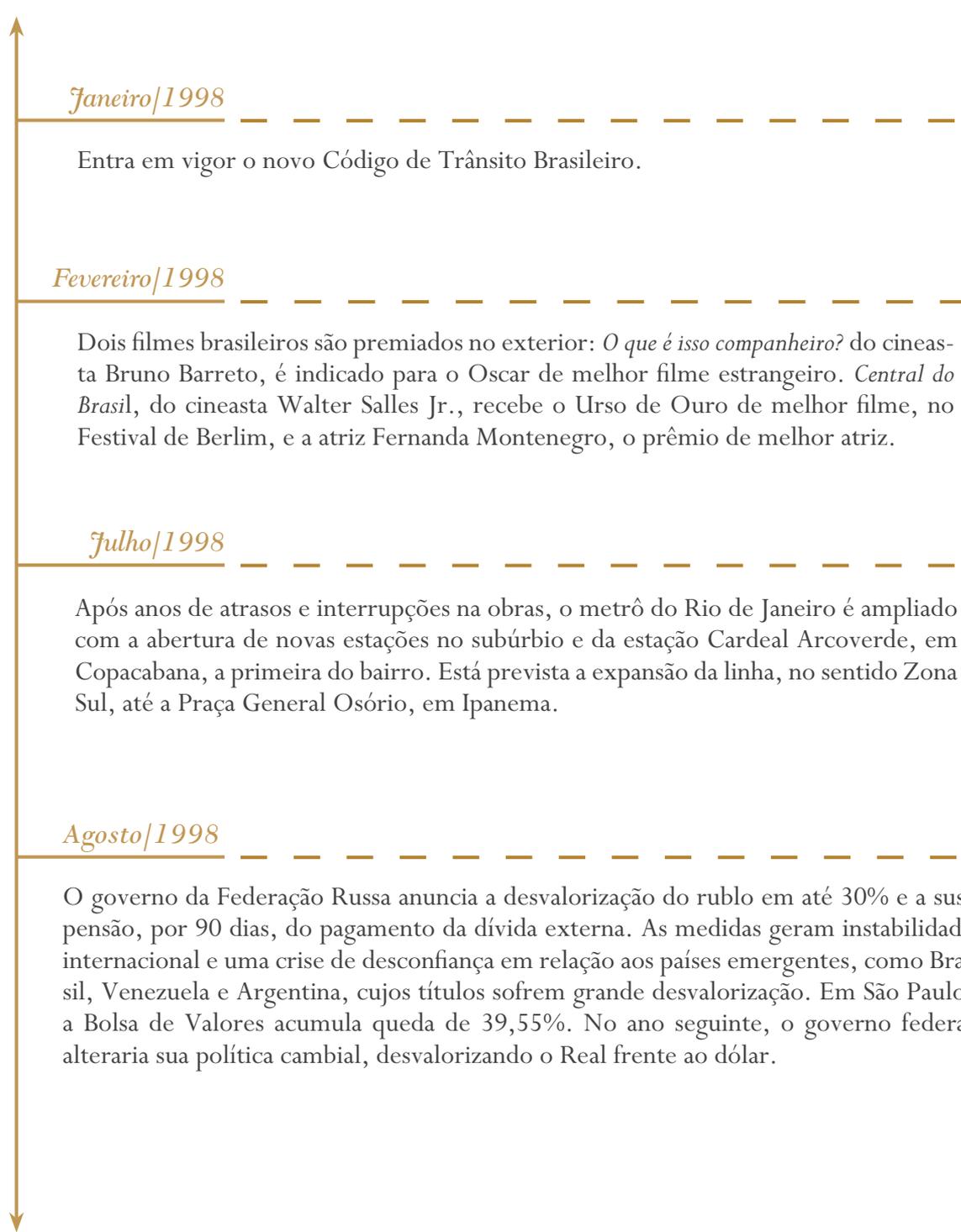
1997

A Faculdade de Direito da UERJ abre duas novas áreas de concentração em seu Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu: Direito Público e Direito Internacional e Integração Econômica.

“Eu fiz mestrado em Direito Público. Entrei logo depois que me formei, eu não lembro exatamente, 1998, 1999. Lembro da prova, muito complicada, muito difícil porque era muita gente fazendo, tinha prova de idioma. Já era muita gente fazendo. O mestrado, acho que foi criado em 90, 91, foi paulatinamente criando interesse nas pessoas. Um interesse que se conserva até hoje. E a minha prova já tinha muita gente fazendo; era assim: a faculdade inteira parava para ter a prova de mestrado. Uma prova difícil. Obviamente, como eu já sabia que eu queria fazer mestrado, eu comecei a estudar bem mais cedo. Enfim, não teve muita dificuldade para mim. Eu já sabia qual era o sistema da prova. Essa é uma das vantagens de ser aluno, porque eles divulgam uma bibliografia antes. Então, eu peguei a bibliografia do ano anterior, comecei a estudar muito mais cedo. A prova era muito boa. Continua até hoje, o sistema é muito bom.” (Flávio Galdino — ex-aluno e professor de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da UERJ)



Uma das salas de aula da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no Pavilhão João Lyra Filho, Campus Maracanã. Década de 1990.



Janeiro/1998

Entra em vigor o novo Código de Trânsito Brasileiro.

Fevereiro/1998

Dois filmes brasileiros são premiados no exterior: *O que é isso companheiro?* do cineasta Bruno Barreto, é indicado para o Oscar de melhor filme estrangeiro. *Central do Brasil*, do cineasta Walter Salles Jr., recebe o Urso de Ouro de melhor filme, no Festival de Berlim, e a atriz Fernanda Montenegro, o prêmio de melhor atriz.

Julho/1998

Após anos de atrasos e interrupções na obras, o metrô do Rio de Janeiro é ampliado com a abertura de novas estações no subúrbio e da estação Cardeal Arcoverde, em Copacabana, a primeira do bairro. Está prevista a expansão da linha, no sentido Zona Sul, até a Praça General Osório, em Ipanema.

Agosto/1998

O governo da Federação Russa anuncia a desvalorização do rublo em até 30% e a suspensão, por 90 dias, do pagamento da dívida externa. As medidas geram instabilidade internacional e uma crise de desconfiança em relação aos países emergentes, como Brasil, Venezuela e Argentina, cujos títulos sofrem grande desvalorização. Em São Paulo, a Bolsa de Valores acumula queda de 39,55%. No ano seguinte, o governo federal alteraria sua política cambial, desvalorizando o Real frente ao dólar.

01/01/1999

Entra em vigor o Euro, a moeda única da União Européia. A nova moeda passa a valer nos seguintes países: Bélgica, Espanha, Finlândia, Alemanha, França, Áustria, Grécia, Holanda, Itália, Irlanda, Portugal e Luxemburgo. Apesar de também integrarem a União Européia, Suécia, Reino Unido e Dinamarca decidiram manter suas moedas nacionais.

Janeiro/1999

Reeleito em primeiro turno após vencer o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente Fernando Henrique Cardoso inicia seu segundo mandato.

Julho/1999

O presidente de Cuba Fidel Castro, em visita oficial ao Brasil, é homenageado pela UERJ e recebe a medalha “José Bonifácio”.

1999

A UERJ concede o título de “Doutor Honoris Causa” a Elie Wiesel, prêmio Nobel da Paz. A proposta da homenagem partiu da Faculdade de Direito e foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Universitário.

**OAB RECOMENDA
2001**

*O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, conforme o deliberado
pela Comissão de Ensino Jurídico, concede à*



*Universidade Estadual do Rio de Janeiro
o selo de qualidade OAB Recomenda.*

Brasília, 16 de Abril de 2001.

Rubens Appabato Machado
Presidente do Conselho Federal da OAB

2000-2005

Abril/2000

Acontecem em Porto Seguro, na Bahia, as comemorações oficiais dos 500 anos do Descobrimento do Brasil.

Dezembro/2000

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) comemora seu Jubileu de Ouro.

“A UERJ é uma escola emblemática no Rio de Janeiro. Merece ser lembrada a todo momento, porque ela divulga o que o Rio de Janeiro tem de melhor. Todo mundo imagina que o Rio de Janeiro é bonito pelas suas praias, pelos lugares encantadores, pelo carnaval e futebol. Por um povo alegre. Mas, como eu e outros colegas dizemos nas palestras, e que logra obter grande acolhida dos auditórios, o Rio de Janeiro é maravilhoso, é lindo, mas entre uma caipirinha e outra, também se faz ciência.” (Luiz Fux – ex-aluno, Professor Titular de Direito Processual da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Ministro do Superior Tribunal de Justiça)

*Vista panorâmica
atual do Campus
Universitário
Francisco Negrão de
Lima, da Univer-
sidade do Estado do
Rio de Janeiro.*



2000



A Universidade do Estado do Rio de Janeiro adquire o acervo bibliográfico e museológico do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, ex-presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), cujo falecimento, aos 103 anos, ocorrera neste mesmo ano. O acervo irá constituir o Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho, a ser instalado no prédio da antiga sede da Faculdade de Direito, à Rua do Catete.



Obras de restauração da antiga sede da Faculdade de Direito, no Catete. No lugar será instalado o Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho, que contará com a vasta biblioteca do eminente jornalista. O Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho abrigará também a Casa de Cultura e Memória da Faculdade de Direito da UERJ. O foco de suas atividades estará na organização de cursos, encontros, palestras e seminários na área jurídica, com o objetivo de incentivar a pesquisa, a produção acadêmica e o intercâmbio no campo do Direito.



Confraternização entre os operários e a coordenação do Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho. Ao centro, agachada, a coordenadora do projeto, Sonia Faerstein.

2000

O recenseamento registra 170 milhões de habitantes no Brasil.

Ellen Gracie Northfleet, ex-aluna da Faculdade de Direito da UERJ, é nomeada ministra do Supremo Tribunal Federal (STF). É a primeira mulher a ocupar uma vaga no STF.

Abril/2001

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) concede ao curso de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) o selo “OAB Recomenda”, tornando a Faculdade de Direito uma das instituições de ensino jurídico mais importantes do país.

Julho/2001

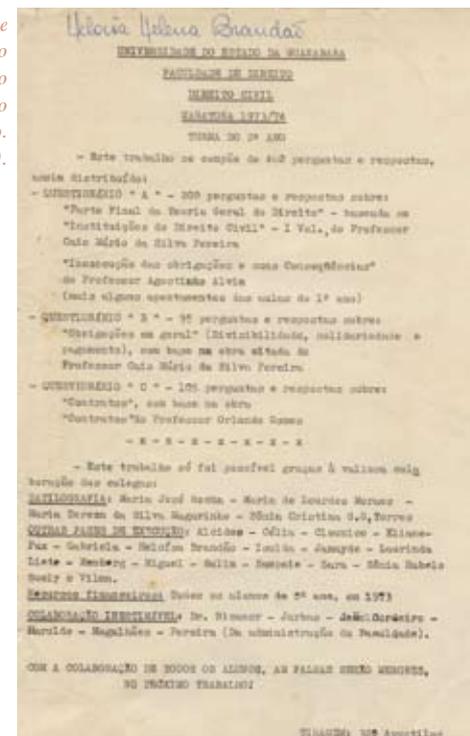
A Faculdade de Direito da UERJ perde um de seus mais queridos e importantes professores: Simão Isaac Benjó, ex-diretor e professor titular de Direito Civil.

“Considero que a minha turma foi premiada, porque teve grandes professores. O professor que efetivamente me marcou e que, enfim, determinou a minha carreira até hoje foi o falecido professor Simão Isaac Benjó, que era titular, na época catedrático, de Direito Civil. Na verdade, o Benjó foi uma grande escola. Formou muitas gerações de alunos e tinha uma relação muito afetiva com eles. Há um culto até hoje à pessoa dele, porque independentemente de ser um grande civilista, promotor de justiça e grande advogado, era, sobretudo, e ele sempre se orgulhou muito disso, um professor. Uma das coisas de que me orgulho é ter sido sua aluna. Não trabalhava com ele, mas dei algumas aulas para ele, eventualmente. Ele fazia isso até para treinar alunos. Seria um embrião do que é hoje o projeto de monitoria, e que ele fazia espontaneamente. Tinha um grupo de estudos, sim, mas era uma coisa promovida por ele. Orgulho-me muito em dizer que era sua amiga pessoal. Diziam que eu era uma das alunas prediletas dele; realmente tinha uma relação pessoal com ele muito forte, mas todos para ele eram prediletos. Benjó me incentivou muitíssimo na carreira universitária. Se estou aqui como professora e titular, devo a ele. Foi uma grande figura. Acho que se você perguntar a qualquer pessoa quem foi Simão Benjó dentro da faculdade, foi um grande mito. Era uma pessoa cultuada e tinha esse carisma, não só na área acadêmica. Acho que esse espírito da turma foi gerado pelo Benjó, porque o Benjó tinha umas coisas como, por exemplo, o que a gente chamava de maratona. Era o seguinte: ele fazia questionários com a matéria, mas questionários com 500, 600 perguntas, reunia os alunos, um grupo que queria, evidentemente, para trabalhar essas perguntas e responder na casa dele, às vezes aos sábados. Isso ele fazia por amor à arte, porque era ocupadíssimo. Até hoje ainda tenho essas maratonas lá em casa, guardei com muito carinho.” (Heloísa Helena Gomes Barboza – ex-aluna e professora titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da UERJ)



Certificado do selo de qualidade OAB Recomenda. 2001.

Apostila do curso de Direito Civil, ministrado pelo professor Simão Isaac Benjô, catedrático da Faculdade de Direito. Década de 1970.



Setembro/2001

Ataque terrorista com aviões de companhias norte-americanas destrói o World Trade Center, em Nova York, e parte do Pentágono, em Washington; um quarto avião cai nas imediações de Shanksville, Pensilvânia.

Outubro/2001

Inicia-se o bombardeio norte-americano contra alvos do grupo extremista islâmico Talibã, no Afeganistão, e da Organização Al-Qaeda, liderada por Osama Bin Laden, considerados os responsáveis pelos atentados de 11 de Setembro.

Dezembro/2001

Após tentativas frustradas de tirar o país da recessão, mantendo a paridade cambial segundo a política econômica ditada por Domingo Cavallo, o presidente da Argentina Fernando De La Rúa assina sua renúncia. Em meio à crise política e econômica, assume Eduardo Camaño, 4º presidente em 10 dias.

2001

Luiz Fux, ex-aluno e professor da Faculdade de Direito da UERJ, é eleito para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

2001

O Centro de Estudos e Pesquisas do Direito (Ceped), núcleo de ensino e pesquisa fundado na década de 1960 pela Faculdade de Direito, é reinstalado com a abertura do curso de especialização em Direito do Consumidor.

“A Faculdade de Direito, na minha visão e de vários outros professores, se ressentia de uma atividade docente, uma atividade de pesquisa mais sistemática, que agregasse novas áreas, trabalhasse com novos temas, uma oferta maior de cursos. Dessa maneira, retomamos as atividades do CEPED, em 2001, que tinha sido uma experiência de renovação do ensino jurídico extremamente bem sucedida nos anos 60 e 70. A primeira iniciativa, em 2002, é a da realização do curso de Direito do Consumidor, um curso de especialização. É uma época marcada por uma expansão das atividades de advocacia, decorrente do processo de privatização, e há todo um criar de novos negócios, principalmente na área de telefonia. Assim, é um período de expansão de cursos, de escritórios, e conseqüentemente de um interesse pelos novos temas de Direito. O ensino de pós-graduação lato sensu vai se inserir dentro dessa lógica, de buscar um maior aprimoramento profissional, buscar uma especialização desses escritórios, e o aperfeiçoamento de advogados de empresas públicas. Em relação ao que cogitávamos em 2001, para que o temos hoje, há de fato um avanço bastante significativo. Hoje, temos mais de 20 cursos em andamento: especialização, aperfeiçoamento profissional e atualização. Sem dúvida, eu acho que o CEPED é uma experiência absolutamente bem sucedida. Aquilo que idealizamos vem se desenvolvendo de maneira crescente. Nós estamos conseguindo agregar novos valores, novos estudos, abrindo novas áreas de investigação, criando programas de pesquisas.” (Maurício Mota – diretor da Faculdade de Direito da UERJ, Professor de História do Direito, Procurador do Estado do Rio de Janeiro, ex-Conselheiro Curador da UERJ)

Agosto/2002

O Rio de Janeiro é escolhido para sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007, vencendo a cidade de San Antônio (Texas, Estados Unidos), em eleição realizada na Cidade do México, por 30 votos a 21.

11/10/2002

O Senado dos EUA aprova a resolução que autoriza o presidente William W. Bush a declarar guerra ao Iraque. Em março de 2003, com o fim do prazo do ultimato dado pelo presidente norte-americano George W. Bush ao presidente iraquiano Saddam Hussein, iniciaria-se a operação militar “Liberdade no Iraque”, com o bombardeio de Bagdá e a entrada em ação das forças anglo-americanas.

2002

A seleção brasileira de futebol realiza um feito inédito na Copa do Mundo do Japão e Coréia do Sul: torna-se a única seleção pentacampeã do mundo, ao vencer a Alemanha na partida final.

Outubro/2002

Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) vence, pela primeira vez, as eleições para Presidente da República.

Março/2003

O Programa de Recursos Humanos em Direito do Petróleo (PRH33) da Faculdade de Direito da UERJ, criado a partir do convênio entre a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a faculdade, abre inscrições para a seleção de novos bolsistas, entre doutorandos, mestrandos e graduandos. As atividades do PRH33 abrem um novo campo de atuação para advogados e correspondem a uma demanda da economia fluminense, impulsionada nos últimos anos pela atividade petrolífera da Bacia de Campos, norte do Estado.

19/08/2003

Explosão de carro-bomba diante da sede das Nações Unidas em Bagdá, Iraque, mata 22 pessoas, entre as quais, o diplomata brasileiro Sergio Vieira de Mello, representante especial da ONU no Iraque.

09/01/2004

O ditador Saddam Hussein é preso e declarado “prisioneiro de guerra” pelos Estados Unidos.

Março/2004

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) adere ao Aluno Online, sistema lançado pela Faculdade de Direito, no qual os alunos da universidade poderão realizar suas inscrições em disciplinas através da internet.



“Hoje, nós temos cerca de 1.500 alunos em graduação, cerca de 300 alunos em pós-graduação lato sensu, em diversas modalidades, e cerca de 250 alunos em mestrado e doutorado. Para gerenciar isto tudo decidimos ampliar também a informatização da Faculdade de Direito. Temos mais de 100 computadores na faculdade, procuramos informatizar todos os setores administrativos. Nós criamos um laboratório de informática para o uso de nossos alunos, com 20 máquinas absolutamente modernas e potentes. Procuramos facilitar a formação profissional dos nossos alunos e funcionários, e ministramos cursos gratuitos de informática a cada semestre. Hoje, a formação de informática é essencial para o profissional de Direito. Outro ponto que cabe destacar é o da universalização das informações concernentes à nossa Faculdade. O site da Faculdade de Direito foi inteiramente reformulado e hoje abriga todas as informações relevantes relativas ao nosso ensino. As inscrições em disciplinas nos nossos cursos de pós-graduação lato sensu, mestrado e doutorado são realizadas através da internet. Nós propugnamos na Universidade a criação de um sistema informatizado de inscrição em disciplinas, e a Faculdade de Direito foi pioneira na inscrição de disciplinas de graduação via internet. Depois, esse programa foi estendido para toda a UERJ, e hoje se chama ‘Aluno Online’.” (Maurício Mota – diretor da Faculdade de Direito da UERJ, Professor de História do Direito, Procurador do Estado do Rio de Janeiro, ex-Conselheiro Curador da UERJ)

11/03/2004

Explosões simultâneas matam ao menos 173 pessoas e ferem centenas em trens de Madri, em pleno horário do *rush* matinal. Os ataques, que antecedem eleições no país, foram classificados como os mais sangrentos “atos de terror” na história da União Européia.

21/06/2004

Falece no Rio de Janeiro, aos 82 anos, o presidente nacional do PDT e ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola.

13/08/2004

São abertos os Jogos Olímpicos de Atenas.

2004

O professor Maurício Mota, doutor pelo Programa da Pós-Graduação da Faculdade de Direito e ex-diretor do CEPED, assume a direção da faculdade.

“O diretor da Faculdade de Direito é eleito por alunos, professores e funcionários. É uma eleição direta com um peso diferenciado dos segmentos, segundo as regras universitárias. A eleição foi em 2003, o mandato começou em 2004. Eu fui eleito com votos de mais de 80% dos alunos, professores e funcionários, para um mandato de 4 anos. Procurei fundamentalmente dar continuidade ao trabalho que o professor Celso Albuquerque Mello já vinha desenvolvendo. Ele fez um grande trabalho de renovação da Faculdade de Direito. O grande capital da Casa é o seu capital intelectual, são os professores, é a renovação do corpo docente. O professor Celso Mello sempre implementou uma política agressiva de concursos públicos e eu procurei dar continuidade a esse trabalho.” (Maurício Mota – diretor da Faculdade de Direito da UERJ, Professor de História do Direito, Procurador do Estado do Rio de Janeiro, ex-Conselheiro Curador da UERJ)

O reitor Nival Nunes dá posse ao diretor eleito da Faculdade de Direito, professor Maurício Mota. 2004.



O professor Celso Melo, diretor da Faculdade de Direito, passa o cargo ao diretor eleito, professor Maurício Mota. Ao lado, o procurador-geral do Estado do Rio de Janeiro, Francesco Conte, e o ex-reitor e professor da Faculdade de Direito, Antônio Celso Alves Pereira. 2004.



Cerimônia de posse do professor Maurício Mota à direção da Faculdade de Direito. Da esquerda para a direita: professor Maurício Mota, professor Ronaldo Lauria, vice-reitor, e professor Celso Mello, ex-diretor da faculdade. 2004.

Fevereiro/2005

A Faculdade de Direito da UERJ perde Celso Duvivier de Albuquerque Mello, ex-diretor e professor titular de Direito Internacional Público.



Homenagem do Centro Acadêmico Luiz Carpenter (Calc) ao Professor Celso Mello, ex-diretor da Faculdade de Direito da Uerj, falecido em 2005.

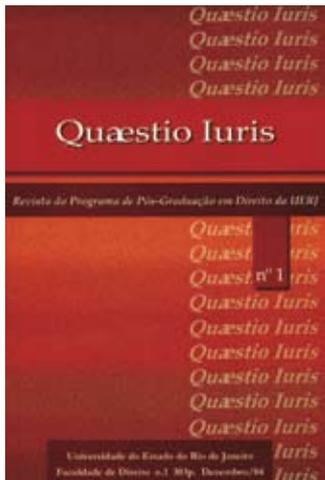
“Por força das minhas atividades como diretor da CEPED, passei a colaborar de maneira muito próxima com o professor Celso Albuquerque Mello, que era o diretor da faculdade, e tivemos uma atividade conjunta muito gratificante. O professor Celso era uma figura maravilhosa, modelo de mestre e de educador, e assim começou o meu engajamento na própria atividade, no dia-a-dia da Faculdade, colaborando com o trabalho dele.” (Maurício Mota – diretor da Faculdade de Direito da UERJ, Professor de História do Direito, Procurador do Estado do Rio de Janeiro, ex-Conselheiro Curador da UERJ)

2005

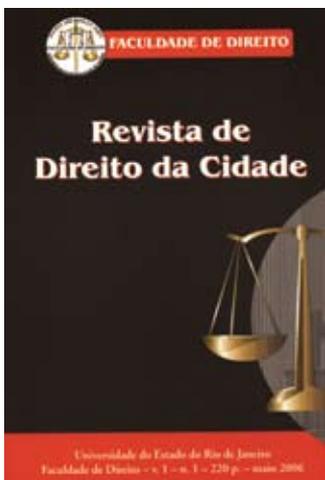
A Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) recebe o selo de qualidade CINCO ESTRELAS na avaliação de cursos superiores do Guia do Estudante (GE) da Editora Abril, ficando entre as melhores faculdades de Direito do país. O selo de qualidade CINCO ESTRELAS é concedido após uma rigorosa avaliação da qual participam mais de 1500 consultores de todo o Brasil e na qual são avaliados a qualificação dos professores, a infra-estrutura da escola, a produção científica, a inovação na área, a assistência jurídica, o ensino interdisciplinar e o intercâmbio acadêmico com importantes escolas no exterior.



2005



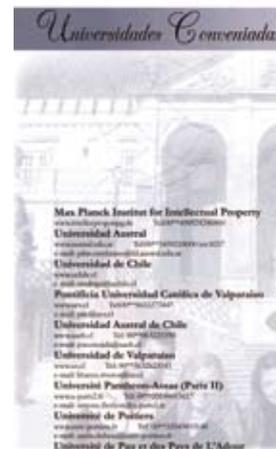
*Revistas especializadas
publicadas pela Faculdade
de Direito da UERJ*



Quatro novas revistas são publicadas pela Faculdade de Direito da UERJ: Quaestio Iuris, do Programa de Pós-Graduação em Direito; Revista de Direito da Cidade; Revista Brasileira de Direito do Petróleo, Gás e Energia; Revista de Direito Empresarial e Revista de Previdência.

A família do professor Caio Tácito, ex-diretor da Faculdade de Direito e ex-reitor da UERJ, doa à biblioteca da Faculdade de Direito cerca de 4000 obras. Os livros pertencem à coleção particular do catedrático de Direito Administrativo e passarão a integrar a “Coleção Caio Tácito”, da biblioteca.

O Programa de Intercâmbio Acadêmico Internacional da Faculdade de Direito da UERJ, estabelecido a partir de convênios firmados com universidades de diversos países, como Portugal, Japão, França, Argentina, Inglaterra, Chile, Itália e Estados Unidos, já contabiliza 47 intercâmbios de alunos da faculdade e 18 de alunos de instituições do exterior.



Prospecto do Programa de Intercâmbio Acadêmico Internacional da Faculdade de Direito da UERJ. 2005.

2005

A Faculdade de Direito da UERJ completa 70 anos, plenamente estabelecida e reconhecida como uma das melhores instituições de ensino e pesquisa na área jurídica do país. Ela é responsável por 88,09% das aprovações no exame da OAB em todo estado do Rio de Janeiro, além de seu curso de pós-graduação ter conquistado a excelência, ao alcançar o nível seis da Capes.

“Tenho uma admiração muito profunda pelo resultado da Faculdade de Direito. Hoje, a Faculdade de Direito é considerada e reconhecida como uma das melhores faculdades de Direito do país. O nosso curso de pós-graduação começou como disse, embrionariamente, lá com as livre-docências e depois foi com muito sacrifício que se construiu, e aí se agregaram outros professores que tiveram papel fundamental, como o professor Tepedino e uma série de outras pessoas que se agregaram. Isso é um trabalho de construção. O que a faculdade é hoje resulta do trabalho de muitas pessoas. Não se pode dizer: “ah, fui eu, fui eu...” Não é isso. É um grupo, isso não se faz sozinho. E nesse “não se faz sozinho”, temos um alunado excepcional. Tanto de graduação quanto de pós-graduação.” (Heloísa Helena Gomes Barboza – ex-aluna e professora titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da UERJ)

“A UERJ sempre foi parte substancial da minha vida, desde criança. Desde 12, 13 anos... E eu adquiri um amor... Pela Faculdade de Direito e pela universidade também. Ela é uma universidade que tem muita coisa a melhorar. E a Faculdade de Direito é a melhor unidade, indiscutivelmente, da universidade.” (Ricardo Cesar Pereira Lira – ex-aluno, ex-diretor e professor emérito da Faculdade de Direito da UERJ)

“Para mim a Faculdade de Direito significa o finzinho da adolescência e o resto de toda a vida. Uma coisa curiosa essa na qual talvez eu nunca tivesse pensado. Mas o fim da adolescência foi lá; o exórdio e o epílogo da minha vida também.” (Célio de Oliveira Borja – ex-aluno da Faculdade de Direito da UERJ, ex-Ministro da Justiça, ex-presidente da Câmara dos Deputados e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal)

Gerações de alunos da Faculdade de Direito da UERJ se reúnem para comemorarem os 70 anos de fundação do Centro Acadêmico Luiz Carpenter. Da esquerda para a direita, em pé: Otávio Leite, vice-prefeito do Rio de Janeiro; Luis Roberto Barroso, professor titular de Direito Constitucional, professor Maurício Mota, diretor da Faculdade de Direito, e Pedro Sanglard, promotor de justiça e ex-diretor do Calc. Sentados: Ricardo César Pereira Lira, professor emérito da Faculdade de Direito; Alexandre Magno, diretor do Calc, Luiz Fernando Couto, professor de Direito Constitucional, e Ricardo Quiroga, ex-diretor do Calc. 2005



Medalha Comemorativa da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



“A Faculdade de Direito da UERJ significa para mim duas coisas. É a escola, na qual comecei a lecionar, e na qual lecionei por cerca de 30 anos com muita dedicação, com muito carinho, fazendo amizades e criando praticamente toda a minha vida profissional no magistério. Do ponto de vista institucional, é certamente uma das grandes faculdades de Direito que o país tem, que se está renovando, adaptando e ocupando o seu lugar dentro do nosso cenário para atender melhor a mocidade de hoje.” (Arnoldo Wald – Professor Catedrático da Faculdade de Direito da UERJ, Advogado e parecerista, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ex-integrante do Conselho Monetário Nacional, membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Presidente do Grupo Brasileiro da Association Henri Capitant)

“Eu entrei na faculdade de Direito da UERJ numa manhã de março em 1976 e nunca mais saí daqui. Em 2006 faz 30 anos. Portanto, eu diria que a minha história de vida é um pouco a história da UERJ, com todas as dificuldades do ensino público em um país como o Brasil. Quer dizer, eu não tenho uma visão colorida, eu tenho uma percepção crítica, severa, das dificuldades. Mas, ao comparar a UERJ de 1976 com a UERJ de 2005, eu sou capaz de ter um parâmetro de como o país melhorou. Já o ensino público não, o ensino público continua dependendo de pessoas idealistas.” (Luis Roberto Barroso – Professor Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, advogado e parecerista)

“Hoje a UERJ é a minha casa, é a minha vida. Adoro a Faculdade de Direito, meus alunos de graduação, que considero os mais bem preparados do Brasil na área de Direito. São cultos, superaram um vestibular disputadíssimo. Temos um ambiente científico riquíssimo. Creio que o ambiente acadêmico seja o fator mais importante e determinante na formação universitária.” (Gustavo Tepedino – professor titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da UERJ)

A UERJ é um grande instituição. A nossa Faculdade tem uma folha notável de serviços prestados ao ensino jurídico no Brasil e nós temos que saber cultivar essa memória deixando para gerações futuras, porque muitas pessoas amanhã poderão ter interesse nesse grande buquê de homens e mulheres que construíram essa instituição. Eu me considero uma florzinha pequena nesse buquê. Não sou uma rosa principal, como são os professores antigos que foram entrevistados, mas acho que todos compomos esse quadro florido de serviços prestados à nossa Universidade, ao Brasil e ao Estado do Rio de Janeiro, sobretudo. É um prazer muito grande quando nós, professores, encontramos um aluno numa posição de destaque como juiz, como promotor ou como grande advogado, grande colega, às vezes, até nos cruzando profissionalmente. O colega se apresenta “eu fui seu aluno”. Isso nos dá uma alegria de pai, sabe? Porque se reencontra um daqueles filhos, porque os alunos no fim são todos um pouco filhos nossos. Eu, pelo menos, tenho um sentido de adoção paternal com eles. E tenho a grande alegria de encontrá-los e quando me visitam. Alguns telefonam só para vir visitar ou quando publicam um artigo vêm me trazer. Isso nos deixa a todos muito felizes. (Carlos Roberto Siqueira Castro – ex-aluno e professor titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ, ex-procurador chefe da Procuradoria Geral da República no Estado do Rio de Janeiro, ex-assessor especial da Assembléia Nacional Constituinte, ex-secretário de Estado e chefe de Gabinete Civil do governo do Estado do Rio de Janeiro, advogado e sócio do escritório Siqueira Castro Advogados)